



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

PORANGATU – GOIÁS
2023

“O principal objetivo da administração deve ser o de assegurar o máximo de prosperidade ao patrão e, ao mesmo tempo, o máximo de prosperidade ao empregado”.
(Frederick W. Taylor)

I CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR (IES)	6
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES	7
1.2 O Município de Porangatu	8
a) População	9
b) Matrículas do Ensino Básico em Porangatu	11
c) Dados Geográficos de Porangatu	13
1.3 PERFIL INSTITUCIONAL.....	14
1.4 Missão.....	14
1.5 Valores.....	14
1.6 Opções estratégicas.....	15
1.7 Diretrizes	15
1.8 Breve Histórico da FIP.....	16
1.9 Objetivos da Instituição	17
1.9.1 Objetivo Geral	17
1.9.2 Objetivos Específicos	18
1.10 Avaliação Institucional.....	18
1.10.1 Metodologia, Dimensões e Instrumentos a Serem Utilizados no Processo de Avaliação	20
1.10.2 Participação.....	22
1.10.3 Formas de Utilização dos Resultados das Avaliações	23
1.1 Administração da IES	23
1.11.1 Condições de Gestão	23
1.12 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO	25
a) Nome do Curso	25
b) Nome da Mantida	25
c) Endereço de Funcionamento do Curso.....	25
d) Justificativa para a criação/existência do curso, com dados socioeconômicos e socioambientais da região.....	25
1.13 Justificativa do Curso	28
II. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	31
2.1 Contexto Econômico e Social.....	31
2.1.1 Caracterização regional da Área de Inserção da Instituição	31
2.1.2 Demanda pelo Curso.....	31
2.2 Missão do Curso	32
2.3 Perfil do Curso.....	32
2.4 Objetivos do Curso.....	34
2.4.1 Objetivo Geral	34
2.4.2 Objetivos específicos:.....	34
2.5 Avaliação da Aprendizagem	35
2.6 Forma de Acesso ao Curso	39
2.7 Perfil Profissional do Egresso, Competências e Habilidades	40
2.7.1 Perfil do Egresso	40
2.8 Políticas Institucionais no âmbito do Curso	42
2.8.1 Articulação do PPC com o PDI.....	42
2.8.2 Implementação das políticas institucionais constantes no PDI	42
2.9 Políticas Raciais	43
2.10 Educação ambiental e direitos humanos	44
2.10.1. Direitos Humanos	45

2.11 Estrutura Curricular	45
2.11.1. Conteúdos Curriculares	45
2.11.2. Aspectos inovadores da integração ensino e extensão	48
2.12. Desenvolvimento de Monitoria, Iniciação Científica e Atividades de Extensão e Pós-Graduação	50
2.12.1. Atividades de Pós-Graduação	51
2.12.2. Distribuição da Carga Horária por Conteúdo	51
2.12.3. Distribuição da Carga Horária por Conteúdo	55
2.12 Coerência do currículo com os objetivos do curso.....	57
2.12.1 Estratégias de flexibilização curricular	57
2.12.2 Ementário	58
2.13 Metodologia.....	114
2.13.1 Metodologia de ensino.....	114
2.13.2 Adequação da metodologia de ensino à concepção	117
2.13.3 Interdisciplinaridade.....	118
2.13.4 Transversalidade	119
2.14 Atividades Acadêmicas Articuladas à Formação	121
2.14.1 Estágio curricular supervisionado	121
2.14.2 Prática de ensino desenvolvida no Estágio Supervisionado	122
2.14.3 Atribuições do Professor.....	122
2.14.4 Frequência, avaliação e aproveitamento escolar	122
2.14.5 Avaliação.....	123
2.14.6 Obrigações do aluno:.....	123
2.15 Estágio Curricular Supervisionado.....	124
a) REGULAMENTO GERAL DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO	125
2.16 Atividades Complementares.....	132
2.16.1 Cumprimento das Atividades Complementares	133
a) REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES OBRIGATÓRIAS NO CURSO DE BACHAREL EM ADMINISTRAÇÃO	134
2.17 Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.....	136
a) REGULAMENTO DO TCC	137
2.18 Ações decorrentes do processo de avaliação do curso	143
2.18.1 Avaliações Externas	143
2.18.2 Autoavaliação	143
2.18.3 Avaliação do Curso	145
2.19 Tecnologia de Informação e Comunicação – TICs no Processo Ensino Aprendizagem	146
2.20 Procedimentos de Avaliação dos Processos de Ensino-Aprendizagem.....	147
2.21 Número de vagas	149
III. CORPO DOCENTE.....	150
3.1 Atuação do Núcleo Docente Estruturante - NDE	151
a) REGULAMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)	152
3.2 Atuação do Coordenador	156
3.3 Articulação da gestão do curso com a gestão institucional.....	157
3.4. Funcionamento do Colegiado de Curso.....	158
a) REGULAMENTO DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS DOS CURSOS	161
IV. CORPO DISCENTE	166
4.1 Apoio ao Discente.....	166
4.2 Ouvidoria.....	168
4.3 Assessoria Pedagógica	168
4.4 Atendimento Psicopedagógicos	170
4.5 Núcleo Psicopedagógico de Apoio ao Discente - NUPAD	171
4.6 Nivelamento	171
4.7 Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior FIES	172
4.8 Programa Universidade para Todos PROUNI	173

V. INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS DE APOIO PARA O CURSO.....	175
5.1 Gabinete de Trabalho para Professores de Tempo Integral e Parcial.....	175
5.2 Espaço de Trabalho para Coordenação e Serviços Acadêmicos	175
5.3 Sala dos Professores	175
5.4 Salas de Aula	176
5.5 Laboratórios Didáticos Especializados: Quantidade	176
5.5.1 Laboratórios Didáticos Especializados: Qualidade	177
5.5.2 Laboratórios Didáticos Especializados: Serviços	177
5.6 Acesso dos Alunos aos Equipamentos de Informática e Recursos Audiovisuais e Multimídias.....	179
5.7 Espaço físico	180
5.8 Condições de Acesso para Portadores de Necessidades Especiais	181
5.9 Biblioteca.....	184
5.9.1 Serviços	184
5.9.2 Pessoal técnico-administrativo	185
5.9.3 Política de aquisição, expansão e atualização.....	185
5.9.4 Implementação das Políticas Institucionais de Atualização do Acervo no Âmbito do Curso	187
5.9.5 Bibliografia Básica acervo físico e virtual.....	187
5.9.6 Bibliografia Complementar acervo físico e virtual	188
5.9.7 Periódicos Especializados	188
VI REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS.....	189
6.1 Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso	189
6.2 Componentes Curriculares	189
6.3 Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena.....	189
6.4 Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos	189
6.5 Estudos referentes à temática das Relações Étnico-Raciais	189
6.6 Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista	190
6.7 Titulação do Corpo Docente	190
6.8 Núcleo Docente Estruturante (NDE).....	190
6.9 Tempo de Integralização	190
6.10 Condições de Acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida	190
6.11 Disciplina de Libras (Dec. Nº 5.626/2005)	191
6.12 Informações Acadêmicas (Portaria Normativa Nº 40 de 12/12/2007, alterada pela Portaria Normativa MEC Nº 23 de 01/12/2010, publicada em 29/12/2010).....	191
6.13 Políticas de Educação Ambiental (Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 e decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002).....	191

I CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR (IES)

Mantenedora: **INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO NORTE GOIANO LTDA - ME**

CNPJ: **28.492.687/0001-49**

Registro na Junta Comercial: **52 20461391-7**

Endereço: **RUA 15 N. 27 QUADRA34 LOTE 34 ANDAR 01- CENTRO**

CEP: **76.550-000** – Município: **PORANGATU** – Estado: **GO**

Fone: (62) 3362-1465

E-mail: mzulkieliche@yahoo.com.br

Dirigente: **MAZULKIELICHE JERONIMO DOS REIS**

1.2 Mantida: **FACULDADE IMPACTO DE PORANGATU- FIP**

Endereço: **RUA 15 N. 27 QUADRA34 LOTE 34 ANDAR 01- CENTRO**

CEP: **76.550-000** – Município: **PORANGATU** – Estado: **GO**

Fone: (62) 3362-1465

E-mail: faculdadeimpactoporangatu@gmail.com

Dirigente: **MAZULKIELICHE JERONIMO DOS REIS**

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES

A Faculdade Impacto de Porangatu - FIP é uma instituição particular, situada à Rua 15 N. 27, Qd. 34 Lt. 34 – CEP: 76.550-000 Porangatu – Estado: GO. A IES é mantida pelo Instituto de Educação do Norte Goiano LTDA – ME (CNPJ: 28.492.687/0001-49), pessoa jurídica de direito privado, com fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Porangatu e está registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás, sob nº 52 20461391-7.

A FIP tem como missão *“Oportunizar a construção do conhecimento mediante métodos e tecnologias atualizadas, tendo, como resultado final, cidadãos empreendedores, autônomos, inovadores, críticos e capazes de planejar, organizar, liderar e participar ativamente da sociedade atual e futura, alcançando sucesso acadêmico, profissional e pessoal”*.

Porangatu é um município brasileiro do interior do estado de Goiás, Região Centro-Oeste do país. Sua população estimada em 2017 era de 45.315 habitantes (IBGE). É considerado o principal município do Norte de Goiás. O município é cortado pela Rodovia Belém-Brasília (BR-153), um dos mais importantes corredores rodoviário brasileiro, por onde escoam grande parte da produção agrícola e industrial brasileira.

Porangatu está em sua própria microrregião, (Microrregião de Porangatu), com 45.315 habitantes em uma área de 35.287 km²; está a 426 km da capital, Goiânia. Esta microrregião (com área total de 35.171,853 km²) serve como um núcleo para dezoito municípios no norte do Estado de Goiás sendo eles: Alto Horizonte, Amaralina, Bonópolis, Campinaçu, Campinorte, Campos Verdes, Estrela do Norte, Formoso, Mara Rosa, Minaçu, Montividiu do Norte, Mutunópolis, Niquelândia, Nova Iguaçu de Goiás, Santa Tereza de Goiás, Santa Terezinha de Goiás, Trombas e Uruaçu com um total de 241.009 habitantes em 2016 segundo Ministério da Saúde. O município se situa a oeste da principal rodovia do estado, que é a BR-153, que liga Belém a Brasília e o sul do estado com o estado do Tocantins.

Em 2015, o salário médio mensal era de 1.8 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 14.6%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 146 de 246 e 107 de 246, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 3020 de 5570 e 2237 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 35.3% da população nessas

condições, o que o colocava na posição 118 de 246 dentre as cidades do estado e na posição 3505 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

O imóvel onde funcionará a IES é alugado.

Os cursos relacionados ao Credenciamento da IES para os primeiros anos de funcionamento da IES são os cursos de Bacharelado em Administração (100 vagas), Ciências Contábeis (100 vagas) e o de Engenharia Civil (100 vagas), Psicologia (100 Vagas), Medicina Veterinária (100 vagas), Agronomia (100 vagas), Biomedicina (100 vagas), na modalidade presencial, conforme PDI 2018-2022.

1.2 O Município de Porangatu

Breve histórico

Porangatu é um município brasileiro do interior do estado de Goiás, Região Centro-Oeste do país. Sua população estimada em 2021 era de 45.866 habitantes (IBGE). É considerado o principal município do Norte de Goiás. O município é cortado pela Rodovia Belém-Brasília (BR-153), um dos mais importantes corredores rodoviários brasileiros, por onde escoam grande parte da produção agrícola e industrial brasileira.

Antigamente a região que hoje é chamada de Porangatu era habitada pelos índios Canoeiros. O município começou a ser formado entre 1750 e 1770, época em que o ouro se encontrava no seu apogeu, por padres que chegaram ao local a fim de catequizar os índios.

Os padres se instalaram a Fazenda Pintobeira de posse do bandeirante João Leite que chegou à região em busca de ouro. A partir de tais pessoas, foi fundada a Igrejinha Nossa Senhora da Piedade.

Outro fator importante na formação do município foi a Guerra do Paraguai de 1865 a 1870 que influenciou na formação de povoados, vilas e arraiais formados por homens convocados a ir à guerra e que fugiram com sua família. Assim surgiu o Povoado de Descoberto da Piedade.

Em 1911, o povoado foi elevado à Distrito pertencente a Pilar de Goiás e em 1933 passou a pertencer a Uruaçu. Em 31 de dezembro de 1943 o distrito passou a se chamar Porangatu (que em tupi significa Paisagem Bela) e em 1948 foi elevado à

município. Em 14 de novembro de 1952, o município foi emancipado e elevado a Comarca.

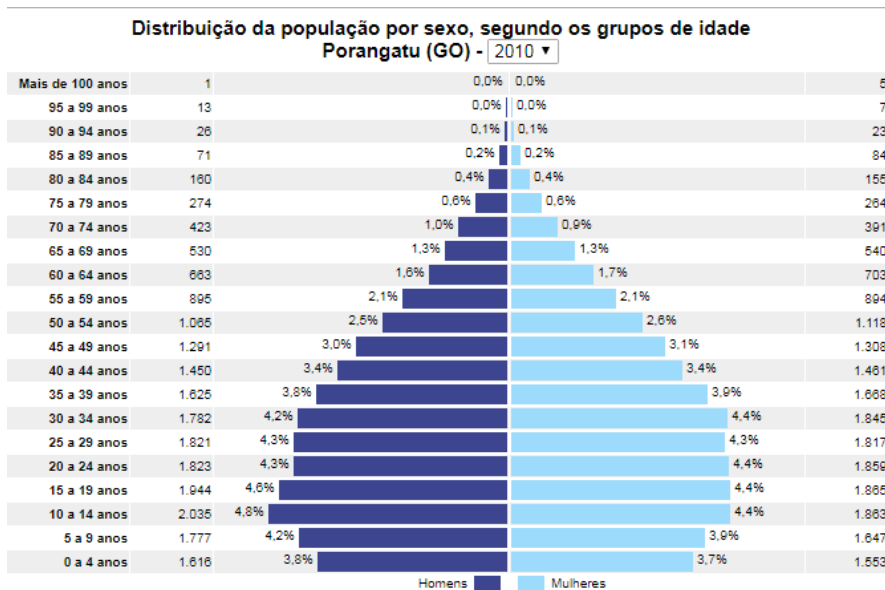
O advento da rodovia BR-153 (Belém - Brasília), em 1958, aumentou a influência do município na região.

a) População

Porangatu está em sua própria microrregião, (Microrregião de Porangatu), com 45.866 habitantes em uma área de 35.287 km²; está a 426 km da capital, Goiânia. Esta microrregião (com área total de 35.171,853 km²) serve como um núcleo para 19 municípios no norte do Estado de Goiás sendo eles: Alto Horizonte, Amaralina, Bonópolis, Campinaçu, Campinorte, Campos Verdes, Estrela do Norte, Formoso, Mara Rosa, Minaçu, Montividiu do Norte, Mutunópolis, Niquelândia, Nova Iguaçu de Goiás, Porangatu, Santa Tereza de Goiás, Santa Terezinha de Goiás, Trombas e Uruaçu, com um total de **238.783** habitantes em 2021. O município se situa a oeste da principal rodovia do estado, que é a BR-153, que liga Belém a Brasília e o sul do estado com o estado do Tocantins.

Em 2020, o salário médio mensal era de 1.7 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 16.0%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 173 de 246 e 97 de 246, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 3792 de 5570 e 2036 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 35.3% da população nessas condições, o que o colocava na posição 118 de 246 dentre as cidades do estado e na posição 3505 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

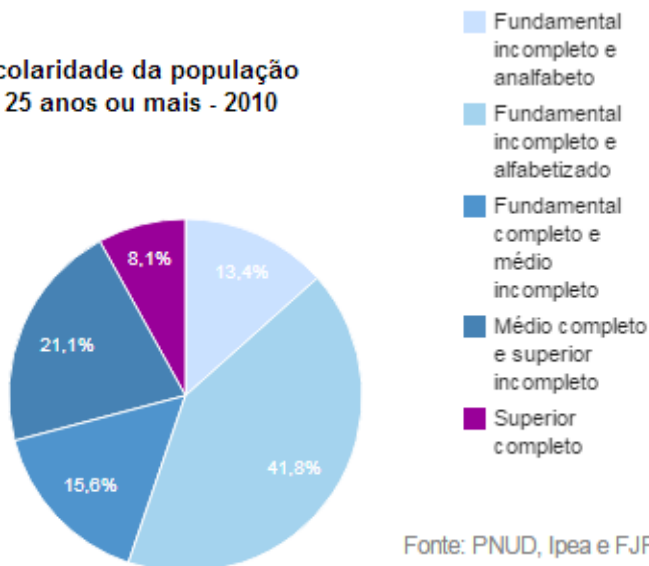
A população porangatuense apresenta na faixa etária entre 19 e 34 anos a sua maior população, conforme ilustra a pirâmide etária abaixo:



Fonte¹: CENSO2010.IBGE.

Nessa perspectiva, é nessa idade em que grande parte dos jovens concluem o Ensino Fundamental e ingressam no Ensino Superior, logo, esse é o público predominante atendido pelas faculdades e universidades públicas e particulares. Conforme estudo ilustrado pelo PNUD, em Porangatu, só 8,1% da população com essa faixa etária concluiu o ensino superior.

Escolaridade da população de 25 anos ou mais - 2010



Ainda segundo o PNUD, o índice de IDH – Índice de Desenvolvimento Humano de um município, estado ou país, é medido pela sua potencialidade nos âmbitos da Longevidade, que está relacionado às políticas públicas de saúde, à Educação, e à

¹Disponível em:

https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_piramide.php?ano=2010&codigo=521800&corhomem=3d4590&cormulher=9cdbfc&wmaxbarra=180

Distribuição de Renda que relaciona-se à ocupação da população. Assim, aumentar os índices educacionais no município, representa uma melhora na qualidade de vida da população. Uma população com formação profissional está mais apta ao mercado de trabalho, portanto, terá melhores salários, estará mais informada e formada para as necessidades básicas de saúde, bem como apresentará uma maior bagagem cultural.

Em Porangatu, o IDH-M calculado em 2010 é considerado alto, 0,727e tem um alto PNUD/2010.Comparado com os 246 municípios do estado de Goiás Porangatu ocupa o 37º lugar.

Para a manutenção e elevação desse índice, a educação torna-se uma importante aliada.

Em 2014, tinha um PIB per capita de R\$ 18235.13. Na comparação com os demais municípios do estado, sua posição era de 110 de 246. Já na comparação com cidades do Brasil, sua colocação era de 2005 de 5570.

Em 2015, tinha 76.3% do seu orçamento proveniente de fontes externas. Em comparação às outras cidades do estado, estava na posição 181 de 246 e, quando comparado a cidades do Brasil todo, ficava em 4130 de 5570.

De acordo com o IBGE (2023), em 2020, tinha um PIB per capita de R\$ 22.280,54. Na comparação com os demais municípios do estado, sua posição era de 40º de 246.

Já na comparação com cidades do Brasil, sua colocação era de 897º de 5570.

b) Matrículas do Ensino Básico em Porangatu

A Faculdade Impacto de Porangatu - FIP integra-se as demais Instituições existentes no Estado de Goiás e sua ação acadêmica está direcionada para a realidade social, de modo a provocar a implementação de propostas político-pedagógica que se efetivam nas práticas construtoras de novas relações, pautadas no exercício de direitos e, em última análise, nas condições de desenvolvimento da cidadania.

No contexto educacional da região em que se insere a Faculdade Impacto de Porangatu - FIP que atende às necessidades sociais caracterizadas nos três níveis de ensino, são fatores de destaque:

- A demanda para os cursos e habilitações em nível de formação superior, absorvido pela Instituição;
- Existe um número expressivo de clientela escolar atendida em escolas de educação básica, abrangendo educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; educação de jovens e adultos, estimulada por meio de oportunidades educacionais apropriadas, tais como: acesso gratuito ao Centro de Estudos Supletivos do Estado de Goiás, ou participação em exames promovidos pelo poder público estadual; a educação profissional, oferecida em escolas públicas e particulares aos alunos matriculados ou egressos do ensino fundamental e médio; o atendimento de alunos portadores de necessidades especiais por intermédio de escolas e centros de educação especial.

As expressões artísticas em sua maioria vêm presas à história do povoamento regional, buscando evidenciar os mais diferentes grupamentos étnicos que formam sua população.

No estado em 2023, segundo dados do Educa censo/INEP, funcionavam **4.638** escolas distribuídas conforme quadro abaixo.

Total de Escolas do Estado

	Dependência Administrativa	Nº de Escolas
Goiás	Estadual	960
	Federal	27
	Municipal	2.513
	Privada	1.138
	Total	4.638

Ainda segundo dados do Educa censo/INEP, 2023 em Porangatu, funcionavam 33 escolas, distribuídas conforme quadro abaixo.

Total de Escolas de Porangatu

	Dependência Administrativa	Nº de Escolas
Porangatu	Estadual	7
	Federal	0
	Municipal	19
	Privada	7
	Total	33

Fonte: <https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard>

Em Porangatu, somente no ensino médio em 2021, chegou a 1.706 o número de alunos matriculados².

Matrículas em creches	496 estudantes
Matrículas em pré-escolas	1.089 estudantes
Matrículas anos iniciais	3.223 estudantes
Matrículas anos finais	2.747 estudantes
Matrículas ensino médio	1.688 estudantes
Matrículas EJA	361 estudantes
Matrículas educação especial	0 nenhum

Fonte: <https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard>

Aliada aos anseios do Estado de Goiás, a Faculdade Impacto de Porangatu - FIP se insere no contexto educacional a fim de formar profissionais aptos a contribuir para o desenvolvimento regional e nacional do município de Porangatu e do estado de Goiás. A formação de profissionais de nível superior contribui para o incremento não só econômico, pois fornecerá mão-de-obra qualificada que fará com que a circulação de renda se acentue, mas também pelo caráter social que propicia ao município, aumentando índices de IDH, bem como propiciando acesso à cultura e educação na busca pela melhora da qualidade de vida da população porangatuense e goiana.

c) Dados Geográficos de Porangatu

Porangatu está em sua própria microrregião, (Microrregião de Porangatu), com 45.866 habitantes em uma área de 35.287 km²; está a 426 km da capital, Goiânia. Esta microrregião (com área total de 35.171,853 km²) serve como um núcleo para 19 municípios no norte do Estado de Goiás sendo eles: Alto Horizonte, Amaralina, Bonópolis, Campinaçu, Campinorte, Campos Verdes, Estrela do Norte, Formoso, Mara Rosa, Minaçu, Montividiu do Norte, Mutunópolis, Niquelândia, Nova Iguaçu de

²Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/porangatu/pesquisa/13/5908>

Goiás, Porangatu, Santa Tereza de Goiás, Santa Terzinha de Goiás, Trombas e Uruaçu.

Geografia

Índice Pluviométrico: 167,0 mm por ano

Relevo: planície

Temperatura média anual: 25° C

Clima: quente eúmido

Bioma: Cerrado

Latitude – 13° 26' 27" Sul

Longitude – 49° 08' 56" Oeste

Superfície e localização

Porangatu está localizada ao norte do Estado de Goiás e ocupa uma área de aproximadamente 4.820,5 km², possui uma geografia contínua, com poucos morros e baixadas, trata-se de uma área aplainada caracterizada por ser uma região do Planalto Central do Brasil.

1.3 PERFIL INSTITUCIONAL

1.4 Missão

“Oportunizar a construção do conhecimento mediante métodos e tecnologias atualizadas, tendo, como resultado final, cidadãos empreendedores, autônomos, inovadores, críticos e capazes de planejar, organizar, liderar e participar ativamente da sociedade atual e futura, alcançando sucesso acadêmico, profissional e pessoal”.

1.5 Valores

Os valores da Faculdade Impacto de Porangatu (FIP) foram estabelecidos a partir da premissa de que, em suas bases de gestão administrativa e acadêmica, a valorização da pessoa humana é primordial, reconhecendo-a e respeitando-a em seu processo de aprendizado na busca pelo conhecimento. Para tanto, defende uma **formação humanística**, pautada na instrumentalização do saber para ampliar suas perspectivas no exercício de suas funções.

Entende também que a **ética profissional** resgata, como princípios norteadores, atitudes e comportamentos delineados a partir de decisões coerentes,

estabelecidas em forma de regras de boa conduta.

Outra questão igualmente importante é a **responsabilidade social**. A Faculdade entende que suas ações devem alcançar à comunidade, por meio de comportamentos solidários e fraternos na busca por uma sociedade menos desigual.

Mais adiante, para formar sua base de sustentação em relação aos valores, definiu ainda, o **respeito à diversidade**, como princípio aglutinador na busca pela tolerância em relação ao processo de crescimento e pela busca do conhecimento sem fronteiras, independentemente de sua estrutura social e cultural.

Por fim, definiu pela **transparência** em todas as suas ações, sendo essa uma vertente a ser incorporada a partir dos demais valores.

1.6 Opções estratégicas

- Crescimento;
- Gestão e organização de processos;
- Gestão de pessoas;
- Excelência acadêmica;
- Excelência no atendimento a toda comunidade.

1.7 Diretrizes

- Que sejam desenvolvidas ações e políticas com a finalidade de captar e fidelizar alunos;
- Que os processos internos sejam padronizados, organizados, gerenciados e aprimorados;
- Que os colaboradores sejam treinados, orientados, acompanhados e supervisionados para que tenham condições de identificar as melhorias necessárias e incentivados para o aprimoramento do seu desempenho profissional e dos processos acadêmicos e administrativos;
- Que o planejamento institucional e os procedimentos acadêmicos promovam a excelência acadêmica por meio de metodologias eficazes e inovadoras, voltadas para aprendizagem ativa e significativa;
- Que o atendimento seja eficiente e eficaz no sentido de deliberar de forma adequada, rápida e coerente em todas as situações.

1.8 Breve Histórico da FIP

A Mantenedora (Instituto de Educação do Norte Goiano LTDA - ME) da Faculdade Impacto de Porangatu (FIP), com de mais de 5 anos trabalhando com ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA) Ensino Profissionalizante e pré-vestibular, nasceu de uma ação desafiadora direcionada para a ressignificação do modelo educacional através de um processo humanizado e com os conhecimentos das grandes carências sociais e de ensino de Porangatu e da região. Nesse sentido, observaram o grande vácuo que existe no ensino, principalmente no que tange a área tecnológica do Estado de Goiás, contando com uma estrutura sólida, principalmente pela proposta séria no tocante ao ensino e extensão. Aberta à participação da população, visando à difusão de conquistas e benefícios da criação cultural e tecnológica, tem como missão a atividade educacional formativa, desenvolvendo e preparando profissionais e cidadãos livres e conscientes, que busquem projetos de vida, participativos, responsáveis, críticos e criativos, construindo e ampliando o conhecimento para o aprimoramento contínuo da sociedade em que vivem.

Colocando-se em prática a diretriz de que a expansão do ensino superior brasileiro deve ser feita dentro dos padrões de qualidade que assegurem o seu aprimoramento, fez-se necessário estabelecer critérios bem definidos para a instalação da Faculdade Impacto de Porangatu (FIP). Deste modo está se propondo a servir à comunidade gerando conhecimento e recursos importantes para o desenvolvimento científico, econômico, profissional, social e cultural, mas não exclusivamente da região em que se localiza, mas, com uma proposta contemporânea, levar ao Centro-Oeste uma entidade preocupada com a qualidade de ensino e com a extensão.

Assim, a FIP se coloca no compromisso de desenvolver um processo de produção de conhecimento, pautado em princípios éticos, condição essencial que oriente para a formação de seres humanos completos e capazes de contribuir para a promoção de uma sociedade mais justa e equânime na perspectiva da integralidade da assistência, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania.

1.9 Objetivos da Instituição

1.9.1 Objetivo Geral

A Faculdade Impacto de Porangatu (FIP) é um estabelecimento particular de ensino superior, que busca “Oportunizar a construção do conhecimento mediante métodos e tecnologias atualizadas, tendo, como resultado final, cidadãos empreendedores, autônomos, inovadores, críticos e capazes de planejar, organizar, liderar e participar ativamente da sociedade atual e futura, alcançando sucesso acadêmico, profissional e pessoal”. Para alcançar este objetivo, a FIP promoverá uma educação superior que historicamente atende a uma população que dispõe, em sua maioria, somente do período noturno para frequentar um curso superior. A Educação a distância ampliou a oferta de ensino superior, em seu planejamento a FIP solicitará o credenciamento e a autorização de cursos em EaD. Por outro lado, a qualificação profissional que a FIP proporcionará, contribuirá com a melhoria dos índices de desenvolvimento sociais de Porangatu e região.

A área de atuação da FIP será expandida através do tempo. Inicialmente, a formação de profissionais nas áreas de Ciências Humanas (curso de Administração e Ciências Contábeis), Ciências Exatas (Engenharia Civil e Agronomia) e Ciências Biológicas (Biomedicina, Psicologia, Medicina Veterinária e Enfermagem) é o seu principal objetivo. No entanto, a exigência de novos profissionais para o mercado de trabalho local e regional certamente motivará a abertura novos cursos voltados para outras áreas.

A FIP busca oferecer a seus alunos uma formação sólida, articulada com as novas tecnologias de aprendizagem e com o mercado de trabalho. Estas ações certamente permitirão aos futuros egressos uma melhoria na interação com a sociedade com responsabilidade social, além permitir uma melhoria na condição econômica, individual e familiar.

As diretrizes que norteiam o Projeto Institucional da **FIP** estabelecem como compromisso a busca de um padrão de excelência no ensino da Graduação e da Tecnologia, associando a eficiência e a eficácia exigidas pelo mercado aos princípios éticos que regem a atuação do profissional a ser formado. A decorrência dessa concepção geral é a de procurar formar um profissional que contribua para a melhoria da qualidade de vida em nossa sociedade.

Nessa perspectiva, os conteúdos curriculares, as competências e as habilidades a serem assimilados e adquiridos na IES devem conferir-lhe terminalidade e capacidade acadêmica e/ou profissional, considerando as demandas e as necessidades prevalentes e prioritárias da região e do país.

Esse conjunto de competências deve promover no aluno a capacidade de desenvolvimento intelectual e profissional autônomo e permanente.

1.9.2 Objetivos Específicos

- I. Democratizar o acesso e permanência na Educação Superior à população da região.
- II. Desenvolver profissionais e especialistas nas diversas áreas de formação da FIP, aptos à inserção no mercado de trabalho e a participar no desenvolvimento da sociedade.
- III. Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, segundo a ética e os princípios democráticos que devem reger a vida em sociedade.
- IV. Incentivar o desenvolvimento de estudos e pesquisas, comprometidos com a melhoria da qualidade de vida das pessoas e do meio ambiente.
- V. Estender as ações educacionais e a pesquisa aplicada à comunidade por meio de programas e serviços especiais.
- VI. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos, difundindo o saber por meio de ações educacionais, publicações e outras formas de comunicação.
- VII. Estimular o espírito empreendedor dos profissionais e promover sua autonomia intelectual para a aprendizagem permanente.
- VIII. Promover o intercâmbio educacional no âmbito científico e tecnológico entre instituições congêneres, nacionais e estrangeiras.
- IX. Propiciar meios de valorização do pessoal docente, técnico e administrativo, por meio de programas de educação continuada e políticas de incentivos.

1.10 Avaliação Institucional

Gestores de instituições de ensino, sejam elas públicas ou privadas, sabem que as Instituições de Ensino Superior (IES) são organizações extremamente complexas e difíceis de administrar, dada a sua natureza peculiar.

Nesse contexto, a Avaliação Institucional apresenta-se como uma ferramenta indispensável para a gestão institucional, visto que, instituições de ensino se diferenciam dos demais tipos de organização pela sutileza dos processos envolvidos em sua atividade-fim. Enquanto sua porção administrativa se assemelha à de qualquer empresa prestadora de serviços, a parte pedagógica lida de modo mais direto com as incertezas das dimensões lógicas do conhecimento e do pensamento

humano. Esse aspecto peculiar das escolas, colégios, faculdades e universidades faz com que a monitoração e controle exijam procedimentos específicos, adequados às suas características específicas. É nesse sentido que a Avaliação Institucional se impõe como ferramenta fundamental para a gestão de sistemas educacionais.

A Faculdade Impacto de Porangatu - FIP considera que a Avaliação Institucional é uma forma de examinar a instituição de Ensino Superior, em termos de suas estruturas e relações internas e externas, buscando uma visão compreensiva e crítica sobre o conjunto articulado de dimensões que constituem a totalidade do seu sistema educacional de forma a atingir os seguintes objetivos:

- a) Contribuir para aperfeiçoamento contínuo de sua atividade-fim;
- b) Servir como ferramenta para o planejamento da gestão empresarial e educacional;
- c) Permitir a construção de um processo sistemático para prestação de contas;
- d) Buscar a excelência do nível de serviço educacional como diferencial competitivo;
- e) Viabilizar o processo de desenvolvimento institucional.

Ou seja, a Avaliação Institucional é componente fundamental para a diferenciação entre o gerenciamento inteligente e o gerenciamento irracional, fornecendo subsídios para a justificativa de investimentos passados e futuros, agregando valor à Instituição através do fortalecimento da gestão do sistema educacional e empresarial dada as melhorias que traz ao processo de planejamento e tomada de decisões pela obtenção dos seguintes benefícios:

- I A monitoração de todos os processos, dimensões e tendências relevantes a Instituição;
- II A obtenção e uso de modelos que mostram como atuam os mecanismos condicionantes dos processos e tendências observados no sistema empresarial e educacional;
- III A identificação das necessidades estratégicas e orientações específicas acerca da melhor forma de supri-las.

Através do conhecimento produzido pela Avaliação Institucional e dos mecanismos de controle que são colocados à disposição dos gestores, são produzidas as condições para que a instituição possa maximizar a sua qualidade e minimizar suas perdas e custos, ganhando tanto em eficiência quanto em eficácia.

A avaliação Institucional da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP é um processo continuado e planejado para que os dados obtidos com a avaliação institucional realizada em um semestre possam refletir o passado e o presente da instituição, o que permitirá elaborar metas para o futuro.

A concepção técnica e filosófica da avaliação institucional a ser adotada na instituição tem como referência a legislação em vigor e o SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES), instituído pela lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Fundamenta-se na necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais.

1.10.1 Metodologia, Dimensões e Instrumentos a Serem Utilizados no Processo de Avaliação

O SINAES integra três modalidades principais de instrumentos de avaliação, aplicados em diferentes momentos:

1. Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES) – é o centro de referência e articulação do sistema de avaliação que se desenvolve em duas etapas principais:
 - a) Autoavaliação - coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA);
 - b) Avaliação externa – realizada por comissões designadas pelo INEP, segundo diretrizes estabelecidas pela CONAES.
2. Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) – avalia os cursos de graduação por meio de instrumentos e procedimentos que incluem visitas in loco de comissões externas. A periodicidade desta avaliação depende diretamente do processo de reconhecimento e renovação do reconhecimento a que os recursos estão sujeitos.

Princípios fundamentais do SINAES:

- a) Responsabilidade social com a qualidade de educação superior;
- b) Reconhecimento da diversidade do sistema;
- c) Respeito à identidade, à missão e à história das instituições;

- d) Globalidade, isto é, compreensão de que a instituição deve ser avaliada a partir de um conjunto significativo de indicadores de qualidade vistos em sua relação orgânica e não de forma isolada;
- e) Continuidade do processo avaliativo.

3. Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE) – aplica-se aos estudantes do final do primeiro e do último ano do curso, estando prevista a utilização de procedimentos amostrais. Anualmente o Ministro da Educação, com base em indicações da CONAES, definirá as áreas que participarão do ENADE.

No desenvolvimento de um processo avaliativo, cabe observar as seguintes etapas:

- a) Sensibilização de toda comunidade acadêmica;
- b) Definição da sistemática para a coleta de dados;
- c) Análise e definição dos dados.

Para o desenvolvimento do projeto de avaliação, é indispensável proceder ao diagnóstico da situação em estudo mediante:

- a) Dados cadastrais;
- b) Autoavaliação ou avaliação interna;
- c) Avaliação externa

A realização do diagnóstico da realidade educacional da Faculdade Impacto de Porangatu inclui as áreas:

Pedagógica

Corpo docente

- Qualificação profissional;
- Experiência docente na Instituição e fora dela;
- Experiência profissional fora da área acadêmica;

Corpo discente

- Desejos;
- Posturas;
- Futuro.

Biblioteca

- Acervo;
- Qualificação do pessoal;
- Condições de funcionamento;

- Sistema de organização;
- Grau de informatização;
- Qualidade dos serviços e adequação ambiental.

Organização didático-pedagógica

- Efetividade do funcionamento dos órgãos colegiados;
- Critérios de avaliação discente;
- Avaliação dos currículos dos cursos de graduação;
- Levantamento dos programas de extensão;
- Levantamento da produção científica dos professores e alunos;
- Análise dos resultados da avaliação externa.

Técnico-Administrativa

- Levantamento da qualificação dos funcionários e dirigentes;
- Autoavaliação dos dirigentes e avaliação dos mesmos pela comunidade acadêmica.

Física

- Análise das condições físicas dos prédios e sua adequação às necessidades específicas de cada curso;
- Análise dos equipamentos e da tecnologia de informação disponibilizada aos cursos à distância e sua adequação às necessidades específicas de cada curso.

1.10.2 Participação

A CPA possui regimento próprio e nele constam todas as formas de participação da comunidade acadêmica, técnica e administrativa e dos representantes da comunidade local, estando de acordo com os princípios estabelecidos pelo SINAES. Dessa forma a CPA – Comissão Própria de Avaliação é integrada por seis profissionais da FIP, sendo dois representantes do corpo docente, um representante do corpo técnico-administrativo, dois representantes do corpo discente e um representante da comunidade.

Cabe aos integrantes da CPA propor diretrizes, objetivos e outras especificações necessárias à elaboração dos instrumentos de autoavaliação institucional, a condução dos processos de avaliação internos da Instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP através da CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior, sendo a responsável pelo preenchimento de formulários e relatórios de avaliação a serem fornecidos aos SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e, atuar de forma autônoma em relação a Conselhos e demais órgãos colegiados existentes na Instituição de Ensino Superior.

1.10.3 Formas de Utilização dos Resultados das Avaliações

Na etapa de consolidação do processo é elaborado um relatório final, envolvendo as ações realizadas, a análise das informações e o tratamento dado aos relatórios parciais, inclusive a preparação dos documentos para divulgação e elaboração do plano de adequação e implantação dos resultados.

Inserir-se, ainda, nessa etapa, a divulgação do relatório final do sistema de avaliação, bem como a elaboração de um balanço crítico que apresente a análise das estratégias adotadas pelo sistema, análise diagnóstica dos principais problemas e possíveis causas e dos aspectos positivos relevantes da Instituição, bem como planejamento das ações futuras. A consolidação do processo efetiva-se com o encaminhamento do relatório final do processo de avaliação para CONAES/INEP.

Com base no Relatório Final são conhecidos os pontos fortes e os pontos fracos da FIP. Com isso, as medidas de ajustes são feitas e apresentadas à comunidade como forma de manter e aumentar o padrão de qualidade que desejamos.

1.1 Administração da IES

1.11.1 Condições de Gestão

A Faculdade Impacto de Porangatu - FIP tem definida sua organização acadêmico-administrativa e financeira em seu regimento geral, e possibilitam adequada interação entre a estrutura organizacional e a prática administrativa.

A Faculdade Impacto de Porangatu apresenta uma estrutura organizacional

composta por:

- I. Conselho Superior– CONSUP
- II. Diretoria Geral;
- III. Diretoria Acadêmica;
- IV. Gerencia Administrativa e Financeira
- V. Coordenadoria de Curso;
- VI. Colegiado do Curso;
- VII. Núcleo Docente Estruturante – NDE;

O Conselho Superior (CONSUP) é o órgão superior normativo e de deliberação da Faculdade e sua definição, composição e atribuições estão descritas nos Artigos 5º, 6º e 7º do Regimento Interno da Faculdade.

A Diretoria Geral é exercida pelo Diretor sendo o órgão executivo superior de gestão de todas as atividades da Faculdade e as suas organizações e funcionamentos são definidos em regulamento próprio, aprovados pelo CONSUP.

A Diretoria Acadêmica é exercida pelo Diretor(a) Acadêmico(a), sendo órgão executivo superior de gestão das atividades correlatas ao ensino, à pesquisa, à extensão e à pós-graduação da Faculdade.

A Diretoria Acadêmica é composta pelas Coordenações de Curso, Coordenação de Pós-Graduação, Coordenação de Extensão e Coordenação de Estágios, tem por finalidade promover a avaliação institucional e pedagógica da Faculdade, avaliando e propondo a viabilidade de criação de novos cursos de graduação e pós-graduação. Desenvolve as ações necessárias à autorização e reconhecimento dos cursos, bem como criando projetos e planos com a finalidade de concretizar as prioridades, a missão e o referencial de qualidade definidos pela IES, propondo melhorias com base nos relatórios obtidos da análise e acompanhamento de cada curso.

Compete ao Diretor(a) Acadêmico(a) elaborar o planejamento anual de atividades para a implementação das ações e projetos que visem à melhoria do ensino, da gestão e da aprendizagem na Faculdade, estabelecendo normas para o funcionamento dos setores acadêmicos.

As Coordenações de Curso são concebidas para executar as atividades de coordenação, bem como para coordenar as atividades entre professores e alunos. Às Coordenações é entregue um papel muito importante que é a gestão didático-pedagógica do ensino.

Sendo assim, a base das funções de ensino e extensão da FIP se constituem

dos docentes das disciplinas que a integram, sua administração se encontra sob a responsabilidade de um coordenador, escolhido pelo Diretor Geral e designado pelo Diretor(a) Acadêmico(a).

1.12 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

a) Nome do Curso

Bacharelado em Administração

b) Nome da Mantida

Faculdade Impacto de Porangatu – FIP

c) Endereço de Funcionamento do Curso

O Curso de Bacharelado em Administração da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP é ofertado no Endereço: **RUA 15 N. 27 QUADRA34 LOTE 34 ANDAR 01- CENTROCEP: 76.550-000** – Município: **PORANGATU** – Estado: **GO**
Fone: (62) 3362-1465

d) Justificativa para a criação/existência do curso, com dados socioeconômicos e socioambientais da região.

Considerando a importância do papel do administrador no contexto sócio, político e econômico do País, enquanto um profissional comprometido com os interesses e os desafios que emanam da sociedade, e tendo como pressuposto básico a ideia de que, embora considerando as peculiaridades regionais e locais, a formação do administrador deve ter um caráter abrangente e eclético, a Faculdade Impacto de Porangatu - FIP reconhece como imperativo capacitar profissionais, na área da administração, com formação básica adequada, buscando dotá-los de uma visão crítica, com capacidade plena de avaliação e reavaliação de seu desempenho e de ajustamento, com competências, às novas exigências geradas pelo avanço científico e tecnológico e as exigências conjunturais em permanente evolução.

O compromisso, neste sentido, é buscar desenvolver um perfil de administrador, cuja formação garanta a internalização de ideias, valores e convicções fundamentadas na responsabilidade social, justiça e ética; uma formação humanística e geral, que assegura a compreensão de seu meio social, político, econômico e cultural; uma sólida formação teórica e técnica, voltada para uma atuação crítica e reflexiva acerca da área de administração das organizações; e, com capacidade de compreensão da necessidade de aperfeiçoamento profissional, interpessoal e

institucional contínuo.

A formação deste novo perfil pressupõe, entretanto, um embasamento teórico que assegure o desenvolvimento de um conjunto de habilidades e domínio de conteúdos básicos, que de forma articulada possibilite: a compreensão e a interpretação da realidade das organizações; a compreensão do processo de administração de forma integrada, sistêmica e estratégica, a utilização do raciocínio lógico, crítico e analítico; a capacidade de lidar com modelos de gestão inovadores; enfim, a capacidade de tomada de decisão em um mundo diversificado e interdependente, através da ordenação de atividades e programas e da seleção de formas e conteúdos adequados as ações previstas.

Assim, com base neste perfil desejado, observadas as diretrizes estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 9.394/96 capítulo IV e da Educação Nacional; nos pareceres e Resoluções do CNE – Conselho Nacional de Educação e das Diretrizes Curriculares emanadas do MEC, como também diante das novas exigências sociais políticas e tecnológicas, que ora se colocam em nível regional e nacional é que a Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, através da Coordenação de Administração propõe, neste projeto pedagógico os objetivos, conteúdos, propostas metodológicas, proposta de avaliação de ensino – aprendizagem, matriz curricular bem como as referências mínimas necessárias, que formam a proposta curricular do Curso de Administração.

O Curso de Graduação em Administração tem como perfil do formando egresso/profissional o administrador (a), com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, capacitado a absorver e desenvolver novas tecnologias, estimulando a sua atuação crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade”, na Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais; na Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos; na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, e no Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002, sobre Políticas de Educação Ambiental; com adequação de seus conteúdos curriculares às exigências do Decreto nº 5.626/2005, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. A temática da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena está inclusa nas disciplinas e atividades curriculares do Curso Bacharelado

em Administração, em atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Lei nº 11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004).

O PPC contempla a disciplina de Libras na estrutura curricular do curso, conforme o Dec. Nº 5.626/2005.

Há integração da educação ambiental às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente, conforme as Políticas de educação ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002).

Além disso, a FIP conta também com o Projeto: Conservação, Preservação e Sustentabilidade da FIP que tem como objetivo “Desenvolver uma política de gestão ambiental, implantando práticas voltadas para a CONSERVAÇÃO, PRESERVAÇÃO e SUSTENTABILIDADE da Faculdade Impacto de Porangatu (FIP) ”.

A infraestrutura institucional apresenta condições de acesso para portadores de necessidades especiais, em observância ao Decreto nº 5.296/2004.

O presente Projeto é o resultado da construção coletiva na sua revisão produzida durante reuniões do NDE e do Colegiado do Curso, dos quais participaram docentes sob a coordenação do coordenador do Curso, docentes, Direção da Faculdade. À Coordenação do Curso coube a tarefa de planejar, coordenar todo o processo, os encontros e elaborar as atas do que foi produzido.

Buscou-se revisar o Projeto Pedagógico para que refletisse o desejo dos docentes em fazer parte de um Curso de Administração com ênfase na integração das diversas áreas do conhecimento responsáveis pela formação do/a aluno/a.

A sua construção e posterior revisão procurou contemplar oportunidades para que o futuro profissional da área esteja capacitado para cuidar/educar/gerenciar/pesquisar de forma crítico-reflexiva, sempre atento às inovações da profissão e do mercado de trabalho, participando da construção do conhecimento, gerando e utilizando pesquisas, um profissional que represente o esforço do Curso de Administração para atender às expectativas de excelência dos cursos da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP.

1.13 Justificativa do Curso

O curso de Bacharelado em Administração foi concebido de modo a atender a dois objetivos: a busca da excelência acadêmica e a do compromisso regional na colaboração direta e indireta do desenvolvimento de Porangatu. Justifica-se o primeiro pela qualidade do corpo docente com a combinação do perfil do Curso com as disciplinas bem concebidas e bem ministradas. Já o segundo objetivo, do compromisso regional, por pensar e atender às demandas sociais levantadas, principalmente na área dos direitos humanos e com viés empresarial. Salienta-se ainda, o apoio dado ao estudante, que denominamos de Atividade Complementar - tudo organizado para que o mesmo tenha a melhor compreensão do fenômeno com a devida capacidade e reflexão crítica.

Porangatu é um município brasileiro do interior do estado de Goiás, Região Centro-Oeste do país. Sua população estimada em 2017 era de 45.315 habitantes (IBGE). É considerado o principal município do Norte de Goiás. O município é cortado pela Rodovia Belém-Brasília (BR-153), um dos mais importantes corredores rodoviário brasileiro, por onde escoam grande parte da produção agrícola e industrial brasileira.

Porangatu está em sua própria microrregião, (Microrregião de Porangatu), com 45.315 habitantes em uma área de 35.287 km²; está a 426 km da capital, Goiânia. Esta microrregião (com área total de 35.171,853 km²) serve como um núcleo para dezoito municípios no norte do Estado de Goiás sendo eles: Alto Horizonte, Amaralina, Bonópolis, Campinaçu, Campinorte, Campos Verdes, Estrela do Norte, Formoso, Mara Rosa, Minaçu, Montividiu do Norte, Mutunópolis, Niquelândia, Nova Iguaçu de Goiás, Santa Tereza de Goiás, Santa Terezinha de Goiás, Trombas e Uruaçu com um total de 241.009 habitantes em 2016 segundo Ministério da Saúde. O município se situa a oeste da principal rodovia do estado, que é a BR-153, que liga Belém a Brasília e o sul do estado com o estado do Tocantins.

Em 2015, o salário médio mensal era de 1.8 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 14.6%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 146 de 246 e 107 de 246, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 3020 de 5570 e 2237 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 35.3% da população nessas condições, o que o colocava na posição 118 de 246 dentre as cidades do estado e na

posição 3505 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

O curso de Bacharelado em Administração ganha destaque e importância pelas possibilidades da necessidade que tem e na esfera educacional e para a sociedade de um modo geral, seus interesses e necessidades pessoais que motivam jovens e adultos a iniciarem a vida acadêmica em nível superior.

O curso visa fornecer ensino e formação profissional para grande número de alunos, mantendo, contudo, o pressuposto fundamental da preservação da qualidade em primeiro lugar, dentro do espírito de formar um profissional mais competente e ao mesmo tempo com maior versatilidade frente a um mercado de trabalho cada vez mais complexo, diversificado e competitivo, é o que se prepõe.

As desigualdades de oportunidade no mercado de trabalho dependem em grande medida das características de acesso ao sistema educacional. Apesar do intenso crescimento da oferta do ensino superior, especialmente privado, o percentual de jovens no com acesso a esse nível de ensino é ainda bastante reduzido. A situação econômica do grupo familiar deve ser considerada de forma relevante, e um dos procedimentos de incentivo aos estudantes provenientes de escolas públicas de ensino médio seria oferecer acesso em cursos mais próximos de suas residências. A partir da falta de perspectivas de nossos jovens evoluírem como pessoas e da carência de oportunidades apresentadas a estes, a proposta é direcionar esforços para garantir uma formação de qualidade a esta parcela da população. Principalmente com a visão de que a cultura é o que iguala as oportunidades das pessoas, e tendo esta como uma de suas fontes à educação, proporcionar uma educação de qualidade à população representa emancipar (igualar) os indivíduos mais carentes na sociedade.

Contribuindo e fortalecendo a missão institucional da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, o curso de Administração foi criado e com ele este Projeto Pedagógico do Curso (PPC), necessário para direcionar as ações do Colegiado do curso. Ele constitui o documento norteador de suas atribuições acadêmicas, com especificidades e particularidades e descreve objetivamente o funcionamento do curso, a partir de um conjunto integrado de estratégias didáticas de ação.

A articulação entre as atividades curriculares é imprescindível, visto que a construção do conhecimento passa invariavelmente pela integração de partes da organização universitária, tais como atividades de pesquisa, ações comunitárias, desenvolvimento de tecnologias, gestões participativas e exercício da democracia.

Embora desenvolvido em bases bem definidas, a natureza do PPC é flexível, pois está sujeito à dinâmica do ensinar e do aprender de acordo com os avanços permanentes na área educacional. Ademais, as mudanças globais demandam novos conhecimentos e novas capacitações, que determinam novas formas de atuação profissional no campo da Administração.

Dados Gerais do Curso

Denominação do Curso:	ADMINISTRAÇÃO				
Modalidade:	Bacharelado				
Endereço da I.E.S.:	RUA 15 N. 27 QUADRA 34 LOTE 34 ANDAR 01- CENTRO				
Turno De Funcionamento:	Integral	Matutino	Vespertino	Noturno	Totais
Nº. De Vagas Anuais Oferecidas:				100	100
Regime De Matrícula:	Semestral				
Dimensão Das Turmas:	Teóricas		Práticas		
	50		25		
Duração Do Curso:	Tempo Mínimo		Tempo Máximo		
	8 semestres		12 semestres		

Carga Horária Total do Curso

O curso Bacharelado em Administração da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP tem a duração de 3.040 horas.

II. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1 Contexto Econômico e Social

2.1.1 Caracterização regional da Área de Inserção da Instituição

A Faculdade Impacto de Porangatu - FIP situa-se na **RUA 15 N. 27 QUADRA 34 LOTE 34 ANDAR 01- CENTRO**, Porangatu – GO. A cidade de Porangatu está em sua própria microrregião, (Microrregião de Porangatu), com 45.315 habitantes em uma área de 35.287 km²; está a 426 km da capital, Goiânia. Esta microrregião (com área total de 35.171,853 km²) serve como um núcleo para dezoito municípios no norte do Estado de Goiás sendo eles: Alto Horizonte, Amaralina, Bonópolis, Campinaçu, Campinorte, Campos Verdes, Estrela do Norte, Formoso, Mara Rosa, Minaçu, Montividiu do Norte, Mutunópolis, Niquelândia, Nova Iguaçu de Goiás, Santa Tereza de Goiás, Santa Terezinha de Goiás, Trombas e Uruaçu com um total de 241.009 habitantes em 2016 segundo Ministério da Saúde. O município se situa a oeste da principal rodovia do estado, que é a BR-153, que liga Belém a Brasília e o sul do estado com o estado do Tocantins.

2.1.2 Demanda pelo Curso

Essa organização curricular propõe um currículo, que vise assegurar a formação do graduado em Administração, como profissional intelectual, crítico e reflexivo. Essa profissional protagonista de ações sociais própria constrói e reconstrói o conhecimento, intervém na realidade através da sua atuação na docência, na gestão e na investigação educacional. Tem por intencionalidade a busca da consolidação da cidadania ativa.

A Matriz Curricular do Curso de Administração é a tradução prática de um projeto de formação, comprometida com o fortalecimento do poder do Administrador, no sentido de ser autor de sua prática, como a capacidade de realizar e de possibilitar uma tomada de ação.

Para o Administrador ter o seu poder fortalecido, exige-se que o processo formativo contemple a apropriação de conhecimentos e de domínio de tecnologia. Esse poder é desenvolvido através de habilidades, de capacidades cognitivas e afetivas, e da responsabilidade com o compromisso social e ético. As bases

processuais da formação têm como foco a prática crítico-reflexiva. Esses processos são traduzidos por componentes curriculares que são expressos nos seguintes eixos de formação: a) formação básica; b) formação profissional; c) formação e estudos quantitativos e suas tecnologias; e d) formação prático-profissional e complementar.

O Administrador deve contar com os três “pilares”, ensino, pesquisa e extensão, para conseguir um alicerce para seguir a carreira. Deve ter ainda os seguintes pressupostos e princípios, tais como: o exercício do pluralismo de ideias e da interdisciplinaridade, a formação generalista e abrangente dos conhecimentos básicos e específicos da administração, o compromisso ético-social, a concepção e articulação dos saberes teórico-práticos das dimensões pedagógicas das práticas extensionistas e de pesquisa, articulação das dimensões investigativas e interventivas próprias da administração, bem como obedecer e ser ético como se prega na profissão da administração.

A universalização progressiva do ensino médio constitui exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A necessária expansão deste nível de ensino foi claramente planejada nas metas do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 10.172/2001, e no projeto de lei do novo PNE.

Na região de inserção da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP o ensino médio apresentou crescimento nas últimas décadas, o que pode ser associado à melhoria do ensino fundamental, à ampliação do acesso ao ensino médio e a uma maior demanda pela educação superior.

2.2 Missão do Curso

Oferecer um ensino de qualidade atualizado que atenda as demandas de formação profissional de nível superior em administração, inserida na realidade local dentro de uma visão global que permita atuar no moderno cenário competitivo que se fez presente no Brasil e no mundo formando cidadãos e profissionais críticos e reflexivos capazes de atuarem como agentes transformadores da sociedade.

2.3 Perfil do Curso

A especificidade da ação educativa se caracteriza, fundamentalmente, como a formação da consciência sobre a realidade humana e sobre o mundo a cerca, como também na criação das condições sistemáticas que permitam ao homem a

identificação de problemas e a busca de soluções mais adequadas. Neste sentido, o conhecimento e a ação educativa se definem como forma de compreensão, interpretação e intervenção na realidade.

Estabelecer, portanto, uma proposta de ação para uma instituição de natureza educativa, no caso de uma faculdade, depende, essencialmente, de sua tomada de posição política e filosófica, depende, assim da visão do ideal de homem e de sociedade que se quer construir. Este posicionamento é que vai, por sua vez, apresentar uma definição sobre a ação educativa e sobre as características que deve ter uma instituição desta natureza.

A Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, tendo com finalidade a formação de profissionais, aptos para a inserção no diferentes setores sociais, apresenta como princípio político e filosófico o desenvolvimento das capacidades de percepção, observação e intervenção na realidade dinâmica e global, vista em suas dimensões: social, política, econômica, religiosa, jurídica, e cultural e, igualmente, no desenvolvimento das formas de representações desta mesma realidade, a fim de que esses profissionais possam participar de forma ativa e efetiva do desenvolvimento da sociedade em que se encontram inseridos.

O Curso de Administração da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP, define com premissa básica, para o cumprimento de sua missão, o comprometimento com uma postura orientada pelos seguintes princípios filosóficos:

Visão humanística;

Excelência como busca permanente;

Produção de conhecimento;

Interdisciplinaridade;

Prática do diálogo;

Preservação de valores éticos;

Universalidade e pluralidade do pensamento;

Comprometimento com o desenvolvimento sustentável;

Inovação nos modelos de negócios.

A carga horária necessária para a integralização do Curso de Bacharelado em Administração da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP está distribuída entre componentes teóricos administrativas (2440 horas), atividades complementares (140

horas), trabalho de conclusão de curso (160 horas), estágios supervisionados (300 horas), atividades extensionistas (304 horas), totalizando 3040 horas.

2.4 Objetivos do Curso

Na intenção de apresentar excelente coerência, em uma análise sistêmica e global, com os aspectos: perfil profissional do egresso, estrutura curricular e contexto educacional, o curso possui os seguintes objetivos:

2.4.1 Objetivo Geral

O Curso de Graduação em Administração da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP tem como objetivo geral a formação de profissionais por meio da transmissão, análise e questionamento acerca do conjunto de conhecimentos e ferramentas que favoreçam o desenvolvimento de competências e habilidades específicas, a fim de assegurar níveis de competitividade e de legitimidade frente às transformações econômicas e sociais que vêm ocorrendo no âmbito interno e externo das organizações.

2.4.2 Objetivos específicos:

São objetivos específicos do Curso de Graduação em Administração da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP:

- Assegurar a articulação entre o ensino, investigação científica e extensão, garantindo uma formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, que leve à construção do perfil almejado;
- Desenvolver os conteúdos, as competências e habilidades fundamentais à formação profissional;
- Buscar a abordagem precoce de temas inerentes às atividades profissionais de forma integrada, evitando a separação entre os núcleos básico, profissionalizante e específico;
- Favorecer a flexibilização curricular de forma a atender interesses mais específicos/atualizados, sem perda dos conhecimentos essenciais ao exercício da profissão;

- Estimular as dinâmicas de trabalho em grupos, por favorecerem a discussão coletiva e as relações interpessoais;
- Valorizar as dimensões éticas e humanísticas, desenvolvendo no aluno atitudes e valores orientados para a cidadania e a prática profissional;
- Disponibilizar tempo para a consolidação dos conhecimentos e para as Atividades Complementares objetivando progressiva autonomia intelectual do aluno;
- Desenvolver atitude investigativa que favoreça o processo contínuo de construção do conhecimento, por meio da investigação científica e da extensão.

2.5 Avaliação da Aprendizagem

A avaliação não é entendida nem como um ato isolado, ao término de um período letivo em que se julga se o aluno pode ou não ser aprovado, nem como um conjunto de constatações a respeito do aproveitamento ou não do aluno, sem se basear em medidas concretas e imediatas que permitam corrigir o comportamento do aluno (ou, se for o caso, do professor, ou até mesmo da programação). A avaliação deve ser entendida como um processo integrado ao processo ensino-aprendizagem.

Os Professores baseiam-se nos objetivos a alcançar como critérios definidores do processo de avaliação: são os objetivos que dizem o que avaliar, de que forma avaliar, qual a técnica ou instrumento utilizar para avaliar, o que registrar e de que forma, como discutir o aproveitamento ou não da atividade e qual o encaminhamento a ser combinado com o aluno, tendo em vista reiniciar o processo de aprendizagem.

Aquisição de informações, desenvolvimento de habilidades motoras, capacidade de comunicação, participação e iniciativa no processo de aprendizagem, prontidão, habilidades técnicas e artísticas, atitudes de companheirismo, relacionamento humano, colaboração com os colegas, imaginação, memória, capacidade de relacionar informações etc. São objetivos que se constituem em critérios para o Professor organizar o processo de avaliação, elaborar os instrumentos avaliatórios adequados e utilizar as técnicas convenientes a todos eles aspectos em parte imprescindíveis ao se propor uma avaliação.

Estes elementos devem estar claros tanto para professores como para os alunos já que desta clareza é que advém um clima de colaboração, de compreensão fundamental no relacionamento professor/grupo/classe.

Portanto, espera-se dos professores do Curso de Administração a manutenção de um clima de trabalho conjunto entre professor e aluno, mesmo durante o processo de avaliação. Que haja uma definição bastante clara do processo de avaliação quer por parte do professor quer por parte do aluno, mas também uma compreensão completa dos objetivos a serem atingidos. Isto traz segurança ao comportamento de ambos. O aluno sabe onde deverá chegar e que passos deverá percorrer para isso. O professor conhece quais são as aprendizagens a serem adquiridas pelo aluno e através de quais referências poderá determinar se elas foram ou não conseguidas de fato.

Faz parte do processo educativo o aluno aprender a se auto avaliar. O clima de cooperação e confiança entre professor e aluno facilita o desenvolvimento da capacidade de autoavaliação do aluno. Esta preenche finalidades importantíssimas, relacionadas com a condição de aprendiz de todo ser humano. Aprender a se autoavaliar é educar-se para a vida como cidadão do mundo.

A autoavaliação, para ser realizada adequadamente, requer todo um trabalho do professor e do aluno, a fim de que seja aprendida e desenvolvida, gradualmente, por meio de treino. O aluno precisa aprender não só a se observar, a comparar e a relacionar seu desempenho com os objetivos propostos, mas também a desenvolver uma honestidade pessoal a fim de reconhecer tanto seu sucesso como seu fracasso.

O processo de avaliação abarca tanto o desempenho do aluno, quanto o do professor, bem como a adequação do programa. Um processo de aprendizagem resulta da inter-relação de três elementos: o desempenho do aprendiz, o de seu orientador e a adequação do programa apresentado.

- Dentre os mecanismos empregados para a avaliação podemos destacar:
- Acompanhamento das atividades e participação em sala de aula;
- Realização de trabalhos de pesquisa em grupo e individualmente;
- Provas;
- Avaliações multidisciplinares;
- Seminários;
- Participação nas discussões promovidas em sala de aula;

- Realização e apresentação de trabalhos;
- Realização e apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso;
- Realização do Estágio Supervisionado e a apresentação do respectivo relatório.

É avaliado através de acompanhamento contínuo do aluno e dos resultados por ele obtidos nos exercícios escolares. Compete ao professor da disciplina elaborar os exercícios escolares sob a forma de prova e demais trabalhos, bem como lhes julgar os resultados. Os exercícios escolares de verificação constam de trabalhos de avaliação, trabalhos de pesquisa e outras formas previstas no plano de ensino da disciplina.

O processo de Avaliação do Ensino Aprendizagem, previsto no Regimento Geral da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, estipula que deverá haver pelo menos uma avaliação escrita por disciplina por bimestre, ficando a cargo do professor estipular outras formas de avaliação, tais como, projetos, seminários, pesquisas bibliográficas, apresentação de relatórios etc., que julgar conveniente e acordadas com os discentes. A aprovação por semestre exige uma média mínima de 6,0 e frequência não inferior a 75%.

De acordo com o Regimento Interno o processo de avaliação é:

Art. 68 - O rendimento escolar do aluno é verificado por disciplina, em função de assiduidade e eficiência nos estudos, ambos eliminatórios por si mesmos.

Art. 69 - Entende-se por eficiência o grau de aplicação do aluno aos estudos, e sua verificação se faz por provas, testes, pesquisas atividades práticas, trabalhos individuais e/ou em grupo.

Art. 70 - O número de trabalhos escolares a serem realizados em cada disciplina e seus respectivos valores fica a critério do professor, devendo ser estabelecidos no plano de ensino, aprovados pelo NDE.

Art. 71 - Para a avaliação da eficiência nos estudos são distribuídos pontos cumulativos numa escala de 0 (zero) a 100 (cem).

Art. 72 - A aprovação nas disciplinas dar-se-á por média ou por exame final.

§ 1º- Considera-se para todos os efeitos, Média Parcial (MP) como a média aritmética de notas bimestrais (B-1 e B-2), como sendo resultante de no mínimo 02 (duas) avaliações por bimestre prevista no plano de cada disciplina.

§ 2º- Considerar-se-á aprovado por média, o aluno que tiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco) por cento e média parcial igual ou superior a 6,0 (seis), consideradas todas as avaliações previstas no plano de ensino da disciplina. Calcula-se a Média pela seguinte fórmula:

$$\text{Exemplo: } \frac{B1 + B2 \text{ MP}}{2} = \text{ou } 6,0$$

§ 3º. Ao final da disciplina, o aluno que não atingir a Média Parcial (MP) estabelecida no caput deste artigo, pode prestar exame final (EF), devendo obter, também, neste caso, uma Média Final (MF), resultante da média aritmética simples entre as notas obtidas na Média Parcial (MP) e o exame final (EF) para a disciplina, sendo considerado aprovado o aluno que obtiver Média Final (MF) igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero).

$$\text{Exemplo: } \frac{\text{MP} + \text{EF MF}}{2} = \text{ou } 6,0$$

§ 4º. É considerado reprovado na disciplina o aluno que obtiver Média Parcial (B1 + B2 = MP) igual ou inferior a 1,9 (um vírgula nove) não podendo assim se submeter ao exame final (EF).

$$\text{Exemplo: } \frac{B1 + B2 \text{ MP}}{2} = \text{ou } 2,0$$

§ 5º- O aluno com Média Parcial Inferior a 2,0 (dois) ou com frequência inferior a 75% (setenta e cinco) por cento, será considerado reprovado na disciplina e não tem direito a prestar exame final (EF).

Art. 73 - O aluno que por motivo de força maior ou de doença, devidamente comprovado, não possa comparecer a uma avaliação regular é facultada a 2ª (segunda) chamada, mediante requerimento, encaminhado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da realização da mesma.

Parágrafo único. Para os casos devidamente comprovados, uma única 2ª (segunda) chamada por prova e por disciplina no bimestre letivo, poderá ser requerida.

Art. 74 - São asseguradas ao professor, na verificação do rendimento escolar, liberdade de formulação de questões e autoridade de julgamento, cabendo recurso de suas decisões para o Colegiado de Curso.

Art. 75 - As notas bimestrais deverão ser publicadas pelos professores, em locais previamente comunicados aos alunos, em até 05 (cinco) dias úteis após a data da realização da avaliação.

Parágrafo único. O controle da divulgação dos resultados finais será efetuado pela Secretaria Acadêmica.

Art. 76 - É assegurado ao aluno o direito à revisão de provas, desde que esta seja requerida na Secretaria Acadêmica com a devida justificativa até, no máximo, 05 (cinco) dias úteis após a publicação do resultado.

§ 1º- A revisão de prova será efetuada por banca composta de pelo menos 02(dois) professores e o Coordenador do Curso.

§ 2º- Para efeito do que prevê o parágrafo anterior, a banca deverá ter disponível:

- I. a prova aplicada ao aluno com o respectivo gabarito;
- II. os critérios de avaliação utilizados pelo professor responsável pela disciplina.

Art. 77 - Para um melhor desenvolvimento do plano de ensino das disciplinas e por iniciativa do professor, poderá ser desenvolvido, concomitante ao período letivo, estudos de recuperação de conteúdos e notas.

2.6 Forma de Acesso ao Curso

O acesso ao curso se dá por meio do processo seletivo que se destina a avaliar a formação recebida pelos candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e a classificá-los dentro do estrito limite das vagas oferecidas pelo curso.

As inscrições para processo seletivo são abertas em edital, do qual constarão os cursos oferecidos com as respectivas vagas, os prazos de inscrição, a documentação exigida para a inscrição, a relação das provas, os critérios de classificação e demais informações úteis.

O processo seletivo abrange conhecimentos comuns às diversas formas de escolaridade do ensino médio, sem ultrapassar este nível de complexidade, que são avaliados através de provas, na forma disciplinada pelo Conselho Superior.

A classificação é feita pela ordem decrescente dos resultados obtidos, sem ultrapassar o limite das vagas fixadas, excluídos os candidatos que não obtiverem os níveis mínimos estabelecidos pelo Conselho Superior.

A classificação obtida é válida para a matrícula no período letivo para o qual se realiza a seleção, tornando-se nulos seus efeitos se o candidato classificado deixar de requerê-la ou, em o fazendo, não apresentar a documentação regimental completa, dentro dos prazos fixados.

Na hipótese de restarem vagas poderá realizar-se novo processo seletivo, ou nelas poderão ser matriculados portadores de diploma de graduação, conforme legislação vigente.

Vale ressaltar que as especificações para os portadores de necessidades especiais são atendidas de acordo com a Lei vigente. O aluno ingressante pode contar com parcerias e convênios entre a instituição e várias empresas e instituições locais: associações, clubes, cooperativas, órgãos públicos, prefeituras e sindicatos bem como uma variedade de projetos sociais.

2.7 Perfil Profissional do Egresso, Competências e Habilidades

2.7.1 Perfil do Egresso

A criação, ampliação e expansão do setor terciário – fruto do desenvolvimento econômico e tecnológico – passou a exigir do administrador uma formação mais aprimorada, que inclui, além dos conhecimentos específicos, conhecimentos gerais e embasamento cultural. Atendendo ao artigo 3º da Resolução nº 5, de 14 de outubro de 2021, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, O Curso de Graduação em Administração deve proporcionar aos seus egressos, ao longo da formação, além dos conhecimentos, ao menos as seguintes competências gerais:

I - integrar conhecimentos fundamentais ao Administrador - Para além de apenas deter conhecimentos fundamentais, o egresso deve ser capaz de integrá-los para criar ou aprimorar de forma inovadora os modelos de negócios, de operacionais e organizacionais, para que sejam sustentáveis nas dimensões sociais, ambientais, econômicas e culturais. Entre os conhecimentos fundamentais incluem-se os de Economia, Finanças, Contabilidade, Marketing, Operações e Cadeia de Suprimentos, Comportamento Humano e Organizacional, Ciências Sociais e Humanas e outros que sirvam às especificidades do curso;

II - abordar problemas e oportunidades de forma sistêmica - Compreender o ambiente, modelar os processos com base em cenários, analisando a interrelação entre as partes e os impactos ao longo do tempo. Analisar problemas e oportunidades sob diferentes dimensões (humana, social, política, ambiental, legal, ética, econômico-financeira);

III - analisar e resolver problemas - Formular problemas e/ou oportunidades, utilizando empatia com os usuários das soluções, elaborar hipóteses, analisar evidências disponíveis, diagnosticar causas prováveis e elaborar recomendações de soluções e suas métricas de sucesso passíveis de testes;

IV - aplicar técnicas analíticas e quantitativas na análise de problemas e oportunidades - Julgar a qualidade da informação, diferenciando informações confiáveis de não confiáveis, e de que forma ela pode ser usada como balizadora na tomada de decisão.

Identificar, sumarizar, analisar e interpretar informações qualitativas e/ou quantitativas necessárias para o atingimento de um objetivo inicial. Julgar a relevância de cada informação disponível, diferenciando meras associações de relações causais. Comunicar suas conclusões a partir da construção e análise de gráficos e de medidas descritivas. Identificar os contextos em que técnicas de inferência estatística possam ser utilizadas e, por meio delas, julgar até que ponto os resultados obtidos em uma amostra podem ser extrapolados para uma população;

V - ter prontidão tecnológica e pensamento computacional - Compreender o potencial das tecnologias e aplicá-las na resolução de problemas e aproveitamento de oportunidades. Formular problemas e suas soluções, de forma que as soluções possam ser efetivamente realizadas por um agente de processamento de informações, envolvendo as etapas de decomposição dos problemas, identificação de padrões, abstração e elaboração de sequência de passos para a resolução;

VI - gerenciar recursos - Estabelecer objetivos e metas, planejar e priorizar ações, controlar o desempenho, alocar responsabilidades, mobilizar as pessoas para o resultado;

VII - ter relacionamento interpessoal - Usar de empatia e outros elementos que favoreçam a construção de relacionamentos colaborativos, que facilitem o trabalho em time e a efetiva gestão de conflitos;

VIII - comunicar-se de forma eficaz - Compartilhar ideias e conceitos de forma efetiva e apropriada à audiência e à situação, usando argumentação suportada por evidências e dados, deixando claro quando suportada apenas por indícios, com a preocupação ética de não usar dados para levar a interpretações equivocadas;

IX - aprender de forma autônoma - Ser capaz de adquirir novos conhecimentos, desenvolver habilidades e aplicá-las em contextos novos, sem a mediação de professores, tornando-se autônomo no desenvolvimento de novas competências ao longo de sua vida profissional.

O Administrador é o responsável pela gestão e funcionamento da empresa. É ele que ordena os fatores de produção e fiscaliza sua eficiência; que estuda a utilização da mão-de-obra de modo a obter elevados e crescentes índices de produtividade; que cuida do controle dos equipamentos; supervisiona atividades; avalia resultados; corrige distorções e re-planeja os serviços administrativos. Ocupa-se ainda do recrutamento, seleção e admissão de pessoal, da administração

financeira, das relações públicas e industriais, além da análise de programas e métodos.

Enfim, deve possuir visão generalista da administração nos diversos ramos de atividades, objetivo que a Faculdade Impacto de Porangatu - FIP estabelece para o bacharel em Administração que ela pretende formar.

2.8 Políticas Institucionais no âmbito do Curso

2.8.1 Articulação do PPC com o PDI

Os objetivos gerais constantes no Programa de Desenvolvimento Institucionais PDI da Faculdade Impacto de Porangatu (FIP) estão presentes no perfil de formação do estudante de Administração conforme pode concluir-se da análise da estrutura curricular do curso.

Coerentes com os objetivos institucionais sobressaem também os objetivos específicos de cada disciplina, convergindo todos, afinal, para o objetivo maior, qual seja o de, no médio prazo, identificar o Curso de Administração da FIP como, senão o melhor, um dos melhores cursos de graduação em Administração do Estado, proporcionando ao estudante, a oportunidade de uma formação em Administração ao nível das melhores oferecidas pelo mundo acadêmico do Brasil.

A Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, como instituição privada prestadora de serviços educacionais, adequa-se ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, pela Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004. Sistema esse de avaliação que enfatiza a avaliação institucional a partir da autoavaliação, combinando autoavaliação, avaliação externa e avaliação do desempenho do educando.

O SINAES, na sua regulamentação, prevê como um dos processos a autoavaliação institucional articulada ao desenvolvimento institucional. O desenvolvimento da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP tem como referência o seu Projeto de Desenvolvimento Institucional que define a sua missão, finalidades e objetivos.

2.8.2 Implementação das políticas institucionais constantes no PDI

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, instituído pela Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, enfatiza a avaliação institucional a partir da

autoavaliação, combinando autoavaliação, avaliação externa e avaliação do desempenho do educando. O SINAES, na sua regulamentação, prevê como um dos processos a autoavaliação institucional articulada ao desenvolvimento institucional.

A Faculdade Impacto de Porangatu – FIP tem como referência o seu Projeto de Desenvolvimento Institucional que define a sua missão, finalidades e objetivos.

A autoavaliação é fundamental para o gestor máximo da Faculdade acompanhar o desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Assim, a avaliação institucional vai além de mudanças nas práticas individuais e atinge a gestão, se tornando um processo qualitativo para subsidiar as políticas educacionais e científicas com a participação da instituição e sociedade.

2.9 Políticas Raciais

A instituição de ensino é o lugar de construção, não só do conhecimento, mas também de identidade, de valores, de respeito ao “outro”.

O Brasil é formado a partir das heranças culturais europeias, indígenas e africanas, e não contempla, de maneira equilibrada, essas três contribuições no sistema educacional. Além disso, os livros didáticos apresentam uma visão eurocêntrica, perpetuando estereótipos e preconceitos.

Esse quadro começa a mudar a partir de 2003, com a aprovação da Lei 10.639/03, que tornava obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas escolas de Ensino Fundamental e Médio, substituída, em 2008, pela Lei 11.645/08, que inclui também o ensino de História e Cultura Indígena. Essas leis alteraram a Lei de Diretrizes e Bases-LDB e têm o objetivo de promover uma educação que reconhece e valoriza a diversidade, comprometida com as origens do povo brasileiro.

Nessa perspectiva, o Projeto de Políticas étnico raciais da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP para o curso de Administração tem como objetivo instrumentalizar teoricamente o respeito às culturas afrodescendentes e indígenas, que têm sofrido ao longo da história brasileira preconceito, discriminação e exclusão social.

As políticas étnico-raciais do curso de Administração são direcionadas para as temáticas abordadas na de Sociologia, Antropologia e Relações Étnico Raciais ou outras disciplinas, cujas temáticas estejam contempladas nas respectivas ementas.

2.10 Educação ambiental e direitos humanos

A educação ambiental amparada legalmente na Constituição Federal de 1988, na Lei n. 9.795/99 e compromissos internacionais assumidos, como o documento resultante da Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental de Tbilisi de 1977. O Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA) de 1980 e outros, tem articulado uma educação ambiental voltada para a sustentabilidade e responsabilidade global.

Nesse processo vários países da América Latina e Caribe, dentre eles, o Brasil, assumiu compromissos internacionais como, por exemplo, o Plano Andino-amazônico de Comunicação e Educação Ambiental – PANACEA, que inclui os Ministérios do Meio Ambiente e de Educação dos países.

No plano das Políticas públicas o Ministério da Educação tem promovido inúmeras articulações, dentre elas, os Parâmetros em Ação-Meio Ambiente na Escola e o Programa de Formação Continuada de Professores (1999) a inclusão da Educação Ambiental no Censo Escolar (2001), a formação continuada de professores em Educação Ambiental e outros.

Mediante a esta realidade, o Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer CNE/CP nº 8, de 6 de março de 2012, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 30 de maio de 2012, estabeleceu as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos incluindo os direitos ambientais no conjunto dos internacionalmente reconhecidos, e definiu que a educação para a cidadania compreende a dimensão política do cuidado com o meio ambiente local, regional e global.

No âmbito da educação superior a educação integral tem como metas a sustentabilidade, interdisciplinaridade e o fomento à pesquisa voltada para a educação ambiental.

Nessa perspectiva a educação ambiental, na Faculdade Impacto de Porangatu (FIP) tem como meta a sustentabilidade, interdisciplinaridade e o fomento à pesquisa voltada para a educação ambiental, por entender que a educação ambiental e direitos humanos envolvem uma educação responsável, crítica, participativa e cidadã. Nelas articulam-se os saberes tradicionais, avança na construção da cidadania, e possibilita um futuro sustentável.

A FIP contará com o Projeto de Conservação, Preservação e Sustentabilidade da FIP que tem como objetivo “Desenvolver uma política de gestão ambiental, implantando práticas voltadas para a CONSERVAÇÃO, PRESERVAÇÃO e SUSTENTABILIDADE da Faculdade Impacto de Porangatu (FIP) ”.

Adicionalmente, o curso visa executar projetos de preservação do meio ambiente, abordando temas como Gestão Ambiental e Responsabilidade Social, reciclagem entre outros.

2.10.1. Direitos Humanos

Educação em Direitos Humanos (Parecer CP/CNE nº 8/12, que originou a Resolução CP/CNE nº 1/12), está contemplada na disciplina de atendidas na disciplina de Sociologia, Antropologia e Relações Étnico Raciais e na disciplina de Filosofia e Ética Profissional e em todas as disciplinas do curso, de forma transversal, como tema recorrente.

2.11 Estrutura Curricular

2.11.1. Conteúdos Curriculares

A organização curricular do curso de Administração observa os princípios constitucionais e legais à diversidade social, étnico-racial e regional do País; a organização federativa do Brasil; a pluralidade de ideias e concepções pedagógicas, aspectos previstos, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96 –, assim como em orientações sobre a gestão democrática e da autonomia e sobre o Plano Nacional de Educação, Lei que rege a formação de professores na sua fase inicial e continuada presentes nos pareceres CNE/CP nº5/2005 e CNE/CP nº3/2006, Resolução CNE/CP Nº 1º, de 15 de maio de 2006 e Resolução CNE/CP Nº2, DE 1º DE JULHO DE 2015.

Os conteúdos são coerentes com os objetivos do curso e com o perfil do egresso. Conforme pode ser observado na Matriz Curricular e no Ementário do curso, a proposta curricular atende plenamente a formação proposta no Projeto Pedagógico do Curso e atendem às necessidades e tendências regionais e nacionais.

O curso de graduação da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP foram constituídos por eixo de formação geral, que são disciplinas de embasamentos gerais.

Tais disciplinas estão distribuídas ao longo da matriz curricular do curso e trata de forma peculiar as temáticas da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, devidamente incluídas nas disciplinas: Gestão ambiental e Responsabilidade social; Filosofia e ética profissional, Sociologia, Antropologia e Relações Étnico Raciais e Português Instrumental, abrangente também em outros temas transversais relacionados às políticas públicas de ações afirmativas voltadas para a igualdade das minorias sociais, como determina a Lei nº 11.645/2008 e a Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004, bem como a Educação dos Direitos Humanos está incluída na disciplina: Sociologia, Antropologia e Relações Étnico Raciais, Filosofia e ética profissional integrando, também, de modo transversal e permanente os demais componentes curriculares do curso, nos termos da Resolução CNE/CP nº 1 de 30 de maio de 2012.

A Faculdade Impacto de Porangatu - FIP entende, e é preciso destacar, que igualdade racial, como quase todas as políticas de Direitos Humanos, se implementa de forma interdisciplinar e não pode, em hipótese alguma, se restringir a uma disciplina apenas na Estrutura Curricular, com esta visão o curso de Administração da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP se encarregará de promover eventos (Fóruns, Colóquios, Encontros, Mesa Redonda, entre outros.), abertos aos demais cursos e a toda comunidade acadêmica trabalhando de forma transversal as temáticas da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena e de Direitos Humanos.

Assim como em diversas outras áreas afetas à política social, na política de direitos humanos há dois componentes essenciais a serem demonstrados: primeiro, a conscientização para o trabalho com a pessoa com o transtorno do espectro autista e segundo, a participação dos movimentos sociais. Assim, não há nada mais relevante do que Instituições Educacionais promover e participar desses movimentos, proporcionando a conscientização, bem como a defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial.

A Faculdade Impacto de Porangatu - FIP tem ciência de que o processo de flexibilização não pode ser entendido como um processo de mera modificação ou acréscimo de disciplinas e/ou atividades complementares na estrutura curricular. Ele exige que as mudanças na estrutura dos currículos e nas práticas pedagógicas estejam em consonância com o projeto político pedagógico, na perspectiva de um ensino dinâmico e de qualidade para todos, assegurando igualdade de oportunidades.

Nesse viés a Faculdade Impacto de Porangatu - FIP tem como primícias basilares estimular a:

- a) Criação de uma cultura acadêmica voltada para a universalização dos direitos humanos, sua independência e prevalência;
- b) Construção de uma pedagogia multicultural que priorize o trato não-discriminador das diferenças, valorizando-as e respeitando-as, situando-as num campo de conflitos e desigualdade;
- c) Exercitação do respeito, a tolerância, a promoção e a valorização das diversidades (étnico-racial, religiosa, cultural, geracional, territorial, físico-individual, de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade, de opção política, dentre outras) a solidariedade e a paz entre povos e nações;
- d) Sensibilização de alunos e professores de diferentes disciplinas para a importância da inclusão das temáticas em discussão no currículo escolar;
- e) Construção de metodologias e materiais didáticos adequados a estes fins, promovendo vínculos entre os conteúdos desenvolvidos durante o curso e a atuação profissional em sala de aula;
- f) Participação de alunos e professores para a apresentação das principais questões relacionadas às temáticas em discussão e fornecer indicações para trabalhar com elas de forma interdisciplinar;
- g) Difusão de multiplicadores de valores antirracistas, ao promover a reversão de modelos negativos, possibilitando aos alunos negros a construção de uma autoimagem positiva, bem como aos não-negros reconhecer as marcas das culturas africanas que, independente da origem étnica de cada brasileiro, fazem parte do seu dia-a-dia;
- h) Conhecimento e reflexão sobre as experiências históricas e produções culturais do negro, na África e no Brasil, entendidas como matriz da sociedade e identidades brasileiras;
- i) Assegurar a todas as pessoas o acesso à participação efetiva em uma sociedade livre.

O objetivo é que os conteúdos curriculares previstos possam possibilitar, de maneira suficiente, o desenvolvimento do perfil profissional do egresso, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: atualização, acessibilidade,

adequação das cargas horárias (em horas), adequação da bibliografia, abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

2.11.2. Aspectos inovadores da integração ensino e extensão

O curso de Administração da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, constitui um universo planejado para a construção e difusão do saber. Nesse contexto, as práticas extensionistas funcionam como um instrumento adequado para a socialização do conhecimento concebido e/ou difundido no ambiente acadêmico, permitindo o diálogo entre a comunidade acadêmica e a sociedade, principalmente no âmbito das organizações, onde o papel do administrador é crucial para a melhoria dos parâmetros relacionados à qualidade de vida da população. É importante frisar que as ações extensionistas permitem a manutenção de um sistema que se retroalimenta, em que a comunidade acadêmica leva à sociedade o seu conhecimento, na forma de atitudes, habilidades e competências, retornando posteriormente ao ambiente acadêmico com experiências e reflexões que enriquecem, transformam e fornecem significado ao saber desenvolvido na academia.

As práticas extensionistas propostas para o curso de Administração de acordo com a Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018, reafirmam o compromisso social, ambiental, científico, ético, cultural e político da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP com a região metropolitana de Porangatu e com o estado de Goiás. Nesse sentido, a essência da profissão do administrador abrange as práticas do cuidado com as pessoas e organizações, o emprego de tecnologias e o desenvolvimento de ações de gestão, as quais podem ser replicadas em atividades/projetos extensionistas vinculados às disciplinas da matriz curricular através de: ações cívico-sociais, participação em eventos promovidos pelas entidades de classe, atuação em campanhas nacionais de orientação, promoção de ações de suporte aos serviços prestados em organizações públicas e privadas conveniadas com a Faculdade Impacto de Porangatu - FIP e desenvolvimento de práticas de educação para profissionais de administração e para a sociedade por meio de redes sociais.

As ações e projetos extensionistas oferecidos à comunidade são planejados semestralmente em conjunto pela coordenação do curso de Administração, equipe

docente e discentes. As atividades discentes que envolvem a etapa de planejamento são realizadas pelas Ligas acadêmicas, empresas juniores, escola modelo as quais compreendem associações civis e científicas livres sob orientação docente, com funcionamento previamente autorizado pela coordenação do curso, que congregam discentes que se interessam técnica e cientificamente por assuntos em comum. A execução das ações extensionistas previamente planejadas será realizada de forma vinculada às disciplinas da matriz curricular em nível crescente de complexidade, permitindo a participação de todos os estudantes de acordo com o seu nível de formação. As práticas extensionistas são planejadas a partir de atividades extraclasse associadas à algumas disciplinas do curso, assim como definido logo abaixo:

- ✓ **Introdução à Administração:** participação em feiras, visitas técnicas, semana de cursos, campanhas nas organizações públicas e privadas, dentre outros.
- ✓ **Teoria Geral da Administração:** Identificar problemas e necessidades de pessoas e organizações e contribuir com a melhoria dos serviços prestados no contexto dos sistemas público e privado.
- ✓ **Fundamentos de Economia I e II:** pesquisas de preços e custos.
- ✓ **Contabilidade Geral, Contabilidade Empresarial:** promover ações voltadas para a declaração do Imposto de Renda.
- ✓ **Gestão de Pessoas I e II:** promover ações de feira do emprego – recrutamento e seleção, confecção do currículo.
- ✓ **Administração Financeira:** desenvolvimento de ações para a comunidade focadas nas finanças pessoais.
- ✓ **Administração Mercadológica I e II:** desenvolvimento de ações voltadas para pesquisa, desenvolvimento, lançamento de novos produtos, propaganda, campanhas de marketing para empresas.
- ✓ **Empreendedorismo, Gestão de Micro e Pequenas Empresas:** desenvolvimento de plano de negócios para micro e pequenas empresas, feiras de empreendedorismo.
- ✓ **Elaboração e avaliação de projetos de investimentos:** desenvolvimento e projetos para captação de recursos para micro empresas.

Por fim, as ações de extensão desenvolvidas no curso de Administração da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, proporcionam ao estudante o desenvolvimento de uma visão ética, humanística, crítica e reflexiva para atuação no

campo das ciências da administração, permitindo a manutenção de um diálogo com a sociedade e uma formação pautada pelo compromisso social, visando fortalecer práticas de inserção social e valorização dos cidadãos em paralelo com a evolução do saber na academia. Assim, a partir das práticas extensionistas é possível prever benefícios para Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, para a sociedade e a para a formação dos futuros administradores.

2.12. Desenvolvimento de Monitoria, Iniciação Científica e Atividades de Extensão e Pós-Graduação

a) Monitoria

A Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, através do Programa de Monitoria, institui monitores e bolsistas de iniciação científica, admitindo alunos regulares, selecionados pela Direção acadêmica em articulação com as Coordenações de Curso e designados pelo Diretor Acadêmico, dentre os estudantes que tenham demonstrado rendimento satisfatório na disciplina ou área de monitoria, bem como, aptidão para as atividades auxiliares de ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica.

A monitoria e a bolsa de iniciação científica não implicam em vínculo empregatício e são exercidas sob a orientação de um professor e/ou de um profissional credenciado pela Faculdade, vedada a utilização de monitor e/ou bolsista para ministrar aulas teóricas ou práticas correspondentes à carga horária regular de disciplina curricular.

A monitoria está implantada a partir do 5º até o 8º período, sendo que cada professor indicará um aluno para que o auxílio em atividades relacionadas com a disciplina e o curso. Dessa forma, o aluno estará participando e colaborando no desenvolvimento de trabalhos referentes à disciplina e receberá, como incentivo uma pontuação referente à nota a ser determinada pelo professor, assim como um certificado de participação em atividades complementares.

b) Iniciação Científica

A Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, reconhecendo a importância da Iniciação Científica para a formação de novos pesquisadores e para capacitação de profissionais críticos, capazes de intervir na sociedade e modifica-la, instituirá o

Programa de Iniciação Científica voltado para pesquisa e incentivará os alunos do Curso de Administração, de modo a proporcionar-lhes a aprendizagem de técnicas e métodos para o desenvolvimento do pensar e do criar científicos e, também, do senso crítico. Buscando, assim, despertar-lhes a vocação científica e prepará-los para as atividades de pesquisas, afim de que possam dar continuidade na Pós-Graduação.

São oferecidos aos alunos apoios teóricos e metodológicos, de modo a desenvolverem um plano de atividades durante a sua participação em projetos de iniciação científica, orientados por professores do curso.

A seleção, a avaliação e o acompanhamento da participação dos alunos e do desenvolvimento das pesquisas são feitos por uma equipe de professores indicados pela Coordenação do curso, dentre os professores da área em que está situado o curso, ou de áreas afins.

Realiza-se anualmente uma Jornada Científica reunindo os alunos de Iniciação Científica para a divulgação dos resultados de suas pesquisas, por meio de pôster ou de comunicações coordenadas. As pesquisas que mais se destacarem são indicadas para premiação a ser definida pelo colegiado do curso.

2.12.1. Atividades de Pós-Graduação

São realizadas durante todo o curso as atividades integrativas que tem por objetivo integrar as diversas disciplinas do semestre e anualmente, a Semana de Estudos Científicos, colocando os alunos em contato com profissionais da Ciências Contábeis e da gestão ligados às diferentes instituições, ressaltando-se a participação de contadores de destaque na área.

Com o amadurecimento educacional da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, tem implementado um programa de cursos de pós-graduação em Gestão e Negócios, com vistas a atender à demanda de profissionais atuantes, mas não graduados na área.

2.12.2. Distribuição da Carga Horária por Conteúdo

A organização da estrutura curricular do curso de graduação em Administração estabelece expressamente as condições para sua efetiva conclusão e integralização curricular, de acordo com regime acadêmico que Faculdade Impacto de Porangatu -

FIP adota em nível de “seriado semestral”, de acordo com a Resolução N° 5, de 14 de outubro de 2021 do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Superior que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais no Curso de Graduação em Administração, bacharelado.

Essa organização curricular propõe um currículo, que vise assegurar a formação do graduado em Administração, como profissional intelectual, crítico e reflexivo. Esse profissional protagonista de ações sociais própria constrói e reconstrói o conhecimento, intervém na realidade através da sua atuação na docência, na gestão e na investigação educacional. Tem por intencionalidade a busca da consolidação da cidadania ativa.

A Matriz Curricular do Curso de Administração é a tradução prática de um projeto de formação, comprometida com o fortalecimento do poder do Administrador, no sentido de ser autor de sua prática, como a capacidade de realizar e de possibilitar uma tomada de ação.

A carga horária é desenvolvida conforme a estrutura abaixo:

MATRIZ ADMINISTRAÇÃO 2023/1

Disciplinas – 1º Semestre	Crédito	Carga horária
Português Instrumental	03	60
Introdução à Administração	03	60
Fundamentos da Economia I	03	60
Contabilidade Geral	03	60
Matemática aplicada	03	60
Filosofia e ética profissional	02	40
Informática aplicada	02	40
Total de horas no 1º Semestre		380

Disciplinas – 2º Semestre	Crédito	Carga horária
Teoria Geral da Administração	03	60
Contabilidade Empresarial	03	60
Fundamentos de Economia II	03	60
Sociologia, Antropologia e Relações Étnico Raciais	02	40
Psicologia Aplicada as Organizações	03	60
Metodologia de Pesquisa	02	40

Estatística Aplicada	03	60
Total de horas no 2º Semestre		380

Disciplinas – 3º Semestre	Crédito	Carga horária
Matemática Financeira	03	60
Introdução ao Direito	03	60
Organização, Sistema e Métodos	03	60
Contabilidade de Custos	03	60
Sistema de Informação Gerencial (SIG)	02	40
Comunicação Empresarial	02	40
Total de horas no 3º Semestre		320

Disciplinas – 4º Semestre	Crédito	Carga horária
Gestão de Pessoas I	03	60
Administração de Materiais	03	60
Análise das Demonstrações Financeiras	03	60
Legislação Trabalhista e Previdenciária	03	60
Legislação Tributária	03	60
Optativas: (Língua Brasileira de Sinais e ou Agronegócio) *	02	40
Total de horas no 4º Semestre		340

Disciplinas – 5º Semestre	Crédito	Carga horária
Logística Empresarial	03	60
Gestão de Pessoas II	03	60
Administração Mercadológica I	03	60
Administração Financeira	03	60
Pesquisa Operacional	03	60
Planejamento Estratégico	03	60
Total de horas no 5º Semestre		360

Disciplinas – 6º Semestre	Crédito	Carga horária
Gestão Ambiental e Responsabilidade Social	03	60
Administração Mercadológica II	03	60

Gestão da Produção I	03	60
Mercado Financeiro de Capitais	03	60
Orçamento Empresarial	03	60
Estágio Supervisionado I	05	100
Total de horas no 6º Semestre		380

Disciplinas – 7º Semestre	Crédito	Carga horária
Empreendedorismo	03	60
Gestão da Produção II	03	60
Estágio Supervisionado II	05	100
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC I)	04	80
Gestão de Micro e Pequenas Empresas	02	40
Total de horas no 7º Semestre		340

Disciplinas – 8º Semestre	Crédito	Carga horária
Elaboração e Avaliação de Projetos de Investimentos	03	60
Gestão da Qualidade	03	60
Tópicos Avançados em Administração	02	40
Administração Pública	02	40
Estágio Supervisionado III	05	100
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC II)	04	80
Total de horas no 8º Semestre		380

DESCRIÇÃO ATIVIDADES	CARGA HORÁRIA	
Atividades Teórico-Administrativas em sala de aula	2.440 horas	80,2%
Atividades Complementares	140 horas	4,6%
Estágio Supervisionado	300 horas	9,9%
Trabalho de Conclusão de Curso – TCC	160 horas	5,3%
Atividades extensionistas*	304 horas	10%*
TOTAL	3.040 horas	100%

*As atividades extensionistas estão ao longo de toda a matriz curricular, nas disciplinas e nas atividades de extensão (cursos, seminários e outras atividades).

2.12.3. Distribuição da Carga Horária por Conteúdo

Os conteúdos a serem selecionados como objeto de trabalho para desenvolvimento nas habilidades na área de administração envolvem as disciplinas com se encontrarão organizadas a seguir:

- Conteúdos de formação básica;
- Conteúdos de formação profissional;
- Conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias;
- Conteúdos de formação complementar.

Conteúdos de Formação Básica – Carga Horária: 760/aula

Disciplinas de formação básica	Carga horária
Língua portuguesa	60
Psicologia aplicada as Organizações	60
Sociologia, Antropologia e Relações Étnico Raciais	40
Filosofia e Ética Profissional	40
Introdução ao Direito	60
Fundamentos de economia I e II	120
Contabilidade Geral	60
Legislação Tributária	60
Legislação Trabalhista e Previdenciária	60
Administração Pública	40
Comunicação Empresarial	40
Empreendedorismo	60
Gestão da Qualidade	60
Total de horas – aula	760

Conteúdo de Formação Profissional – Carga Horária: 1.100 horas/aula

Disciplinas de formação profissional	Carga horária
Introdução à Administração e Teoria Geral da Administração	120
Administração Mercadológica I e II	120
Organização, sistema e métodos	60

Administração de Materiais	60
Administração Financeira	60
Gestão de pessoas I e II	120
Gestão Ambiental e Responsabilidade Social	60
Gestão da produção I e II	120
Contabilidade Empresarial	60
Orçamento Empresarial	60
Planejamento estratégico	60
Elaboração e avaliação de projetos de investimento	60
Sistema de Informação Gerencial (SIG)	40
Pesquisa Operacional	60
Gestão de Micro e Pequenas Empresas	40
Total de horas aula	1.100

Conteúdo de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias – Carga Horária: 400/aula

Disciplinas de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias	Carga horária
Matemática Aplicada	60
Informática Aplicada	40
Matemática Financeira	60
Estatística Aplicada	60
Contabilidade de Custos	60
Mercado Financeiro e de Capitais	60
Análise das Demonstrações Financeiras	60
Total de horas aula	400

Conteúdos de Formação Complementar – Carga Horária: 780 horas/aula

Disciplinas de Formação Complementar	Carga horária
Tópicos Avançados em Administração	40
Logística Empresarial	60
Metodologia de Pesquisa	40
Disciplinas optativas (Língua Brasileira de Sinais e ou Agronegócio) *	40

Atividades complementares.	140
Estagio supervisionado I, II e III	300
Trabalho de Conclusão de Curso I e II	160
Total de horas aula	780

(*) o aluno tem a obrigação de cumprir a carga horária escolhendo livremente as disciplinas dentre as ofertadas em qualquer curso da Instituição. No entanto, a Coordenação ofertará e orientará a matrícula nas disciplinas optativas do curso de Administração.

2.12 Coerência do currículo com os objetivos do curso

Os objetivos gerais constantes no Programa de Desenvolvimento Institucional PDI da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, estão presentes no perfil de formação do estudante de Administração conforme descrito na estrutura curricular do curso.

O objetivo do curso de Administração da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP é proporcionar ao estudante, a oportunidade de uma formação em Administração ao nível das melhores oferecidas pelo mundo acadêmico do Brasil.

A Faculdade Impacto de Porangatu - FIP adequa-se ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, pela Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004. Sistema de avaliação que enfatiza a avaliação institucional a partir da autoavaliação, combinando autoavaliação, avaliação externa e avaliação do desempenho do educando.

O SINAES, na sua regulamentação, prevê como um dos processos a autoavaliação institucional articulada ao desenvolvimento institucional. Desse modo, a autoavaliação é fundamental para os gestores da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP acompanhar o desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

2.12.1 Estratégias de flexibilização curricular

Com vistas a implementação das aulas semipresenciais, com utilização de recursos *on line*, plano de estudos para complementação curricular, aproveitamento de estudos, atividades complementares e participação em atividades acadêmicas de outros cursos dentro e fora da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP. Atividades de extensão, parcerias, pesquisas acadêmicas entre as principais situações teórico-práticas que são executadas pela Faculdade Impacto de Porangatu.

Além disso, o aluno reprovado em até duas disciplinas, poderá cursá-la posteriormente, em regime de dependência, sem a necessidade de interromper o curso normal do período vindouro. A Faculdade Impacto de Porangatu, com previsão em seu regimento interno, prevê a possibilidade de o aluno reprovado, cursar esta disciplina em períodos posteriores.

2.12.2 Ementário

DISCIPLINAS 1º PERÍODO

Disciplina	Português Instrumental
EMENTA	Análise das condições de produção de texto referencial. Planejamento e produção de textos referenciais com base em parâmetros da linguagem técnico-científica. Prática de elaboração de resumos, esquemas e resenhas. Leitura, interpretação e reelaboração de textos de livros. Sintaxe: concordância nominal e verbal. Redação técnica oficial e comercial
OBJETIVOS	Propiciar ao aluno a dinamização da leitura em diferentes esferas sócio-culturais da sociedade brasileira. Iniciar o aluno na investigação e elaboração do trabalho científico da Universidade.
REFERÊNCIAS BÁSICAS	<p>ANDRADE, Maria Margarida; HENRIQUES, Antônio. Língua Portuguesa: noções Básicas para Cursos Superiores. São Paulo: Atlas, 2010. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522481576/. Acesso em: 18 abr. 2023. 8 exemplares físicos</p> <p>FARACO, Carlos Alberto. Prática de texto para estudantes universitários. Petrópolis: Vozes, 2008. 8 exemplares físicos.</p> <p>MEDEIROS, João Bosco. Português Instrumental: para cursos de Contabilidade, Economia e Administração. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771295/. Acesso em: 18 abr. 2023. 8 exemplares físicos.</p>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	<p>ALMEIDA, Antônio Fernando de A.; ALMEIDA, Valéria Silva Rosa de. Português básico: gramática, redação, texto - 5ª edição. Porto Alegre: Grupo GEN, 2003. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522466009/. Acesso em: 30 mai. 2023.</p>

	<p>GOLD, Miriam. Redação Empresarial: escrevendo com sucesso na era da globalização. São Paulo, Pearson, 2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547217969/. Acesso em: 18 abr. 2023. 3 exemplares físicos.</p> <p>MASIP, Vicente. Gramática Sucinta de Português. Rio de Janeiro: LTC, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-2098-3/. Acesso em: 18 abr. 2023.</p> <p>MEDEIROS, João B.; TOMASI, Carolina. Como Escrever Textos - Gêneros e Sequências Textuais. São Paulo: Grupo GEN, 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011135/. Acesso em: 30 mai. 2023.</p> <p>MENDES, Andréia A.; BIZELLO, Aline; BSTISTA, Leonardo M.; et al. Linguística textual e ensino. São Paulo: Grupo A, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786581492670/. Acesso em: 30 mai. 2023.</p>
--	---

DISCIPLINA	Introdução à Administração
EMENTA	História da Administração como ciência. Abordagens: clássica, humanista e organizacional. Importância da Administração. Perfil e papel do administrador. Novas configurações organizacionais. Organização. Planejamento. Direção: Comunicação, tomada de decisão, poder e autoridade. Controle e coordenação. As funções administrativas frente as novas tendências. Processo empresarial. Administração por objetivos.
OBJETIVOS	Proporcionar o conhecimento teórico, capacitando a compreensão da formação e evolução ao estado atual da ciência administrativa e, através do estudo de casos, estimular a habilidade profissional para a resolução de problemas empresariais.
REFERÊNCIAS BÁSICAS	<p>MAXIMIANO, Antônio César Amaru. Teoria geral da administração: da revolução urbana revolução digital. São Paulo: Atlas, 2006. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012460/. Acesso em: 18 abr. 2023\ Exemplares Físicos 8</p> <p>OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. Teoria geral da administração: uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522</p>

	<p>475018/. Acesso em: 18 abr. 2023\ Exemplares Físico – 16 unid.</p> <p>LACOMBE, Francisco. Teoria geral da administração: gerenciando organizações. São Paulo: Saraiva, 2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502089181/. Acesso em: 18 abr. 2023. \ Exemplares Físico – 9 unid.</p>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	<p>BERNARDES, Cyro. Teoria Geral da Administração: gerenciando empresas brasileiras 1ª. Ed. Atlas: São Paulo, 2002. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502200449/. Acesso em: 18 abr. 2023. Exemplares Físicos - 3 unid.</p> <p>BERNARDES, Cyro; Marcondes, Reynaldo C. Teoria Geral da Administração. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. Físico- 3 unid</p> <p>FAYOL, Henri. Administração Industrial e Geral. 10ª ed. Atlas: São Paulo, 1990. Exemplares Físicos – 3 unid.</p> <p>OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. Teoria geral da administração. Compacta. São Paulo; Atlas, 2009. Físico 3 unid.</p> <p>RIBEIRO, Antônio de Lima. Teorias da Administração. São Paulo: Saraiva, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-02-3539-5/. Acesso em: 18 abr. 2023.\ Exemplares Físicos – 2 unid.</p>

DISCIPLINA	Fundamentos da economia I
EMENTA	Introdução geral à economia. Estudo dos problemas econômicos. Estudo do sistema econômico. Conceitos e cálculos dos principais agregados. Equilíbrio e flutuações da produção, da renda e do emprego. Desenvolvimento econômico internacional. Conceitos elementares de economia: objetivos da ciência econômica, problemas econômicos básicos. Organização econômica.
OBJETIVOS	Produzir a visão econômica geral necessária ao entendimento das disfunções financeiras e econômicas nas organizações.
REFERÊNCIAS BÁSICAS	FONTES, Rosa. Economia: um enfoque básico e simplificado. São Paulo: Atlas, 2010. 8 exemplares físicos.

	<p>MANKIW, N. G. Introdução a economia. São Paulo: Cengage, 2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522127924/. Acesso em: 18 abr. 2023. 9 exemplares físicos</p> <p>VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval. Economia: micro e macro. São Paulo: Atlas, 2006. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597003505/. Acesso em: 18 abr. 2023. 9 exemplares físicos</p>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	<p>GREMAUD, Amaury P.; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; JR., Rudinei T. Economia Brasileira Contemporânea, 8ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597010206/. Acesso em: 18 abr. 2023. 5 exemplares físicos</p> <p>JORGE, Fauzi Timaco. Economia: notas introdutórias. São Paulo: Manole, 2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522465286/ Acesso em: 30 mai. 2023.</p> <p>REGO, José M. Formação econômica do Brasil - 1ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2011. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502122260/ Acesso em: 30 mai. 2023.</p> <p>ROSSETI, José Paschoal. Introdução a economia. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008081/. Acesso em: 18 abr. 2023. 3 exemplares físicos</p> <p>SIMONSEN, Mario Henrique. Macroeconomia. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522465330/. Acesso em: 18 abr. 2023. 3 exemplares físicos.</p>

DISCIPLINA	Contabilidade Geral
EMENTA	Cenários, princípios postulados e convenções contábeis. Relatórios contábeis como obrigações e auxílio à gerência.
OBJETIVOS	Proporcionar ao discente a compreensão da importância da ciência contábil na gestão empresarial, no estudo dos princípios, estrutura, organização e aplicabilidade, com base na abordagem sistematizada.
REFERÊNCIAS BÁSICAS	IUDÍCIBUS, Sérgio de. Introdução a teoria da contabilidade . São Paulo: Atlas, 2009. Disponível em:

	<p>https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011630/. Acesso em: 18 abr. 2023. / Exemplares Físico – 9 unid.</p> <p>IUDÍCIBUS, Sérgio de. MARION, José Carlos. Curso de contabilidade para não contadores. São Paulo: Atlas, 2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559773183/. Acesso em: 18 abr. 2023. Exemplares Físico – 9 unid.</p> <p>MARION, José Carlos. Contabilidade básica. São Paulo: Atlas, 2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559773220/. Acesso em: 18 abr. 2023. Exemplares Físico – 9 unid.</p>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	<p>Equipe de Professores da USP. Contabilidade Introdutória. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2018. Físico – 2 unid.</p> <p>IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da contabilidade. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Exemplares Físico – 3 unid.</p> <p>MARION, José Carlos. Contabilidade básica. Exercícios. São Paulo: Atlas, 2009. Exemplares Físico – 9 unid.</p> <p>PADOVEZE, Clóvis Luís. Contabilidade Geral Facilitada. São Paulo: Método, 2017. Exemplares Físico – 2 unid.</p> <p>PADOVEZE, Clóvis Luís. Manual de contabilidade básica. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Exemplares Físico – 9 unid.</p> <p>QUINTANA, Alexandre Costa. Contabilidade Básica. São Paulo: Atlas, 2014. Exemplares Físico- 3unid</p>

DISCIPLINA	Matemática Aplicada
EMENTA	<p>O estudo da matemática, sua necessidade no ensino superior e o desenvolvimento do conteúdo voltado para as necessidades e do dia a dia das empresas. Números reais. Funções. Limite e Continuidade. Derivada. Aplicações da Derivada; Números Reais: conjuntos numéricos. Valor absoluto. Intervalos; Funções pares e ímpares. Funções periódicas. Funções elementares: constante, modulo, quadrática, polinomial, racional, exponencial, logarítmica e trigonométricas inversa.</p>

OBJETIVOS	Produção do ferramental matemático necessário para que o discente possa enveredar pelas trilhas da Estatística, da Economia e da computação.
REFERÊNCIAS BÁSICAS	<p>ALMEIDA, Jarbas Thaunahy Santos de. Matemática Financeira. São Paulo: Grupo GEN, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521631286/. Acesso em: 30 mai. 2023.</p> <p>CRESPO, Antônio Arnot. Matemática Financeira Fácil. São Paulo: Saraiva, 2009. 9 exemplares físicos</p> <p>BARBONI, Ayrton. Fundamentos de matemática: calculo e análise diferencial. Rio de Janeiro: Ltc, 2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-2389-2/. Acesso em: 19 abr. 2023. 6 exemplares físicos.</p> <p>MEDEIROS, Sebastião et al. Matemática para Cursos de Economia, Administração e Ciências Contábeis. Vol. 1. São Paulo: Atlas, 2010. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597016659/. Acesso em: 19 abr. 2023. 8 exemplares físicos</p>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	<p>GUIDOZI, Hamilton Luiz. Matemática para Administração. Rio de Janeiro: LTC, 2015. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-2778-4/. Acesso em: 19 abr. 2023. Exemplares Físicos – 3 unid.</p> <p>LEITHOLD, Louis. Matemática Aplicada à Economia e Administração. São Paulo: Harbra, 1998. 3 exemplares físicos.</p> <p>MEDEIROS, Sebastião. Et al. Matemática para Cursos de Economia, Administração e Ciências Contábeis. Vol. 2. São Paulo: Atlas, 1997. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597016659/. Acesso em: 30 mai. 2023.</p> <p>MORETTIN, Pedro Alberto. Cálculo: funções de uma e várias variáveis. São Paulo: Saraiva, 2003. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547201128/. Acesso em: 19 abr. 2023.</p> <p>TAN, S.T. Matemática aplicada a administração e economia. São Paulo: Thompson, 2007. 5 exemplares físicos</p>

DISCIPLINA	Filosofia e ética profissional
EMENTA	Estudo da história e evolução do pensamento filosófico e científico, sobre o enfoque e contexto da ciência da Administração. Ética profissional.
OBJETIVOS	Ofertar aos acadêmicos conhecimentos básicos sobre Filosofia e ciência, fomentando o pensamento e ação humana no processo administrativo; fornecer o embasamento sobre o conhecimento e sua forma de obtenção, a fim de promover a iniciação à metodologia científica de pesquisa.
REFERÊNCIAS BÁSICAS	<p>BANNELL, Ralph Ings (Org.). Filosofia da educação: entre a formação de educadores e a qualificação profissional. São Paulo: Cortez, 2017. 8 exemplares físicos.</p> <p>COSTA, Affonso Henrique Vieira da. Manual de iniciação à filosofia. Petrópolis: Vozes, 2007.15 exemplares físicos.</p> <p>JASPERS, Karl. Introdução a filosofia de Friedrich. Rio de Janeiro: Forense, 2015. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-6372-9/. Acesso em: 19 abr. 2023.</p> <p>JR., Paulo G. As Lições de Paulo Freire: Filosofia, Educação e Política. Rio de Janeiro : Editora Manole, 2012. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520448977/. Acesso em: 30 mai. 2023.</p>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	<p>ARANHA, Maria Lúcia de Arruda.Filosofando. São Paulo: Moderna, 2009. 2 exemplares físicos.</p> <p>ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofia da educação. São Paulo: Moderna, 2006.3 exemplares físicos.</p> <p>GOLDSTEIN, Luarence. Lógica: conceitos- chave filosofia. Porto Alegre: Artmed, 2007. 2 exemplares físicos.</p> <p>LUCKESI, Cipriano Carlos. Filosofia da Educação 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2011. 2 exemplares físicos.</p> <p>PESQUEUX, Yvon. Filosofia e Organizações (Coleção Debates em Administração). São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2018. Disponível em:</p>

	https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522126026/ . Acesso em: 30 mai. 2023.
--	--

DISCIPLINA	Informática Aplicada
EMENTA	Conceitos básicos de computação. Utilização de linguagem de alto nível. Aplicativos mais utilizados: Word, excel, power point. Histórico da computação. Home page: montagem e manutenção.
OBJETIVOS	Introduzir o discente nos conceitos básicos da informática, inclusive possibilitando o uso dos principais aplicativos, transmissão eletrônica de dados – internet e noções gerais de confecção e manutenção de home page, bem como a iniciação a sistemas operacionais alternativos.
REFERÊNCIAS BÁSICAS	<p>ALVES, William Pereira. Informática fundamental: introdução ao processamento de dados. São Paulo: Érica, 2010. 9 exemplares físicos.</p> <p>BATISTA, Emerson de O. Sistemas de informação: o uso da informação da tecnologia para gerenciamento. São Paulo: Saraiva, 2008. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502197565/. Acesso em: 19 abr. 2023. 9 exemplares físicos.</p> <p>MANZANO, André Luiz N.G. Estudo dirigido de informática básica. São Paulo: Érica, 2007. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536519111/. Acesso em: 19 abr. 2023. 9 exemplares físicos.</p>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	<p>ALBERTIN, Alberto L. Administração de Informática: Funções e Fatores Críticos de Sucesso. São Paulo: Grupo GEN, 2009. E-book. ISBN 9786559774173. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559774173/. Acesso em: 17 mai. 2023. 2 exemplares físicos.</p> <p>CIPRIAN, Adrian Rusen e Joli Ballew. Windows 8 Passo a Passo. Porto Alegre: Bookman, 2014. 8 exemplares físicos.</p> <p>JOYCE, Jerry. Windows 7: e fácil. Grupo A, 2011. E-book. ISBN 9788577808229. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788577808229/. Acesso em: 17 mai. 2023. 8 exemplares físicos.</p> <p>MANZANO, André Luiz N.G. ;Taka, Carlos Eduardo M.</p>

	Windows 7 ultimate. São Paulo: Érica, 2010. 2 exemplares físicos.
	LAUDON, K. C., LAUDON, J. P. Sistemas de informação gerenciais. São Paulo: Prentice, 2007. 8 exemplares físicos.

DISCIPLINAS 2º PERÍODO

DISCIPLINA	Teoria Geral da Administração
EMENTA	Promover o conhecimento amplo sobre a evolução das teorias administrativas e a influência das demais ciências, estimulando a comparação e análise crítica das escolas abordadas.
OBJETIVOS	Proporcionar o conhecimento teórico, capacitando a compreensão da formação e evolução ao estado atual da ciência administrativa e, através do estudo de casos, estimular a habilidade profissional para a resolução de problemas empresariais.
REFERÊNCIAS BÁSICAS	<p>MAXIMIANO, Antônio César Amaru. Teoria geral da administração: da revolução urbana revolução digital. São Paulo: Atlas, 2006. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012460/. Acesso em: 18 abr. 2023\ Exemplares Físicos 8</p> <p>OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. Teoria geral da administração: uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522475018/. Acesso em: 18 abr. 2023\ Exemplares Físico – 16 unid.</p> <p>LACOMBE, Francisco. Teoria geral da administração: gerenciando organizações. São Paulo: Saraiva, 2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502089181/ Acesso em: 18 abr. 2023. \ Exemplares Físico – 9 unid</p>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	<p>AMBONI, Nerio. Teoria geral da administração. Rio de Janeiro: Campus, 2009 Exemplares Físicos – 5 unid.</p> <p>BERNARDES, Cyro; Marcondes, Reynaldo C. Teoria Geral da Administração. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. Físico – 3 unid.</p> <p>CHIAVENATO, Idalberto. Teoria geral da administração, vol.1. Rio de Janeiro: Campus, 2001. Disponível em:</p>

	<p>https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770649/. Acesso em: 25 abr. 2023.</p> <p>MORGAN, Gareth. Imagens da organização. 1ª ed. 13ª São Paulo: Atlas, 2002. Físico – 4 unid.</p> <p>OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. Administração de Processos: conceitos, metodologias práticas 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2013. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021301/. Acesso em: 19 abr. 2023.</p>
--	--

DISCIPLINA	Contabilidade Empresarial
EMENTA	Demonstrações financeiras: análise, consolidação e tomada de decisão. A prática contábil e seus efeitos para as organizações. O ciclo contábil na tomada de decisão.
OBJETIVOS	Proporcionar ao discente a compreensão da importância da ciência contábil na gestão empresarial, no estudo dos princípios, estrutura, organização e aplicabilidade, com base na abordagem sistematizada.
REFERÊNCIAS BÁSICAS	<p>MARION, José Carlos. Contabilidade comercial. São Paulo: Atlas, 2009. Físico – 6 unid.</p> <p>RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade básica fácil. São Paulo: Saraiva, 2010. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502210912/. Acesso em: 19 abr. 2023.</p> <p>VICECONTI, Paulo. Contabilidade básica. São Paulo: Editora Saraiva, 2017. E-book. ISBN 9788547220921. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547220921/. Acesso em: 18 mai. 2023</p>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	<p>MARION, José Carlos. Análise das demonstrações contábeis. São Paulo: Atlas, 2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021264/. Acesso em: 19 abr. 2023. Físico – 2 unid.</p> <p>MORANTE, Antônio Salvador. Análise das demonstrações financeiras. São Paulo: Atlas, 2009. Físico – 2 unid.</p> <p>PADOVEZE, Clóvis Luís. Análise das Demonstrações Financeiras, 3ª edição, São Paulo: Cengage, 2015. Físico – 6 unid.</p>

	<p>SILVA, Nelson Peres da. Análise e Estruturas de Sistemas de Informação, 2ª edição, 2017. 2 exemplares Físico</p> <p>RIBEIRO, Osni M. Série + em Foco - Estrutura e análises de balanços. São Paulo: Editora Saraiva, 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547222796/. Acesso em: 08 mai. 2023.</p>
--	---

DISCIPLINA	Fundamentos da Economia II
EMENTA	Metodologia da Ciência econômica. Noções de Microeconomia: Teoria do consumidor. Teoria da firma. Teoria do mercado. Noções. Noções de Macroeconomia: o sistema macroeconômico. Medidas das atividades econômicas. O Sistema de contabilidade nacional. A teoria da determinação da renda. Moeda e sistema financeiro. Inflação. Comércio internacional. Noções de desenvolvimento econômico.
OBJETIVOS	Produzir a visão macro e microeconômica necessária ao entendimento das disfunções financeiras e econômicas nas organizações.
REFERÊNCIAS BÁSICAS	<p>KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. Introdução à Economia. São Paulo : Grupo GEN, 2023. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595159679/. Acesso em: 31 mai. 2023.</p> <p>LOPES, Luiz Martins. Manual de macroeconomia: básico e intermediário. São Paulo: Atlas, 2008. 8 exemplares físicos.</p> <p>MONTELLA, Maura. Micro e macroeconomia: uma abordagem conceitual e prática. São Paulo: Atlas, 2009. 8 exemplares físicos.</p>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	<p>GREMAUD, Amaury Patrick. Economia brasileira contemporânea. São Paulo: Atlas, 2007. 5 exemplares físico</p> <p>LANZANA, Antônio Evaristo. Economia brasileira: da estabilização ao crescimento. São Paulo: Atlas, 2009. 2 exemplares físicos</p> <p>MARIANO, Jefferson. Introdução a economia brasileira. São Paulo: Saraiva, 2005. 2 exemplares físicos</p> <p>ROSSETI, José Paschoal. Introdução a economia. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em:</p>

	<p>https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008081/. Acesso em: 31 mai. 2023.</p> <p>SILVA, César Roberto Leite. Economia e mercados – Introdução a economia. São Paulo: Saraiva, 2010. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547227739/. Acesso em: 18 mai. 2023. 2 exemplares físicos.</p>
--	--

DISCIPLINA	Sociologia, Antropologia e Relações Étnico-Raciais
EMENTA	Estudo das teorias sociológicas explicativas da estrutura e da mudança social e suas implicações sobre as organizações, especialmente as implicações da divisão do trabalho, da tecnologia e da automação sobre as relações de trabalho.
OBJETIVOS	Propiciar ao acadêmico o conhecimento e compreensão do contexto administrativo das organizações dentro do contexto social.
REFERÊNCIAS BÁSICAS	<p>CASTRO, Celso Antônio Pinheiro. Sociologia aplicada a administração. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502158139/. Acesso em: 25 abr. 2023. 8 exemplares físicos.</p> <p>BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. Construção social da realidade. 26.ed. Petrópolis: Vozes, 2006. 8 exemplares físicos.</p> <p>SANTOS, Vânia Martins. Sociologia da administração. Rio de Janeiro: Ltc, 2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521631958/. Acesso em: 25 abr. 2023. 8 exemplares físicos.</p>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	<p>DEMO, Pedro. Introdução a sociologia. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522466047/. Acesso em: 25 abr. 2023. 2 exemplares físicos.</p> <p>HOLANDA, Sergio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1997. 2 exemplares físicos.</p> <p>LAKATOS, Eva Maria. Sociologia geral. São Paulo: Atlas, 1999. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597019971/. Acesso em: 25 abr. 2023. 2 exemplares físicos.</p> <p>NOVA, Sebastião Vila. Introdução a sociologia. São Paulo: Atlas, 2004. 2 exemplares físicos.</p>

	WEBER, Max. Ética protestante e o espírito capitalista . São Paulo: Atlas, 2008. 2 exemplares físicos .
--	---

DISCIPLINA	Psicologia Aplicada as organizações
EMENTA	Noções gerais e conceitos de psicologia. Abordagem sobre a contribuição da psicologia no relacionamento homem-organização.
OBJETIVOS	Capacitar para a compreensão do comportamento humano e sua relação com a organização.
REFERÊNCIAS BÁSICAS	<p>AGUIAR, Maria Aparecia Ferreira de. Psicologia aplicada a administração. São Paulo: Atlas, 2005. 8 exemplares físicos.</p> <p>BERGAMINI, Cecília Whitaker. Psicologia aplicada a administração de empresas. São Paulo: Atlas, 2005. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522498475/. Acesso em: 25 abr. 2023. 10 exemplares físicos.</p> <p>BOCK, Ana Mercedes Bahia. Uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo: Saraiva, 2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553131327/. Acesso em: 25 abr. 2023.</p>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	<p>KRUMM, Diane. Psicologia do trabalho. Rio de Janeiro: Ltc, 2005. 2 exemplares físicos.</p> <p>KRUMM, Diane. Psicologia do Trabalho uma introdução á psicologia inustrial/organizacional. Rio de Janeiro: LTC, 2015. 4 exemplares físicos</p> <p>MORGAN, Gareth. Imagens da organização. São Paulo: Atlas, 2002. 4 exemplares físicos.</p> <p>MORIN, Estelle M. Psicologia e gestão. São Paulo: Atlas, 2009. 2 exemplares físicos.</p> <p>VECCHIO, Robert P. Comportamento organizacional. São Paulo: Cengage, 2008. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522109715/. Acesso em: 25 abr. 2023. 2 exemplares físicos.</p>

DISCIPLINA	Metodologia de Pesquisa
EMENTA	Discussão das principais tendências da reflexão teórica das metodologias e técnicas da pesquisa científica na

	administração, fornecendo o embasamento para preparação de artigo e teses.
OBJETIVOS	Capacitar o acadêmico para o planejamento e a execução da pesquisa científica, proporcionando a elaboração de projetos e relatórios partindo de informação teórica fundamentada na exigência de permanente inovação.
REFERÊNCIAS BÁSICAS	<p>ANDRADE, Maria Margarida. Introdução a metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 2010. 9 exemplares</p> <p>LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2007. 9 exemplares físicos.</p> <p>SORDI, José Osvaldo. Pesquisa Científica seleção, leitura e redação. São Paulo: Saraiva, 2013. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502210332/. Acesso em: 31 mai. 2023.</p>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	<p>APPOLINÁRIO, Fábio. Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico, 2ª edição. São Paulo: Cengage, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522466153/. Acesso em: 25 abr. 2023.</p> <p>DEMO, Pedro. Metodologia para quem quer aprender. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522466030/. Acesso em: 25 abr. 2023.</p> <p>MARTINS, Gilberto de Andrade; Theóphilo, Carlos Renato. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. São Paulo: Atlas, 2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597009088/. Acesso em: 25 abr. 2023.</p> <p>MATIAS-PEREIRA, José. Manual de metodologia da pesquisa científica. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008821/. Acesso em: 25 abr. 2023.</p> <p>SANTOS, João A.; FILHO, Domingos P. Metodologia científica. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2012. E-book. ISBN 9788522112661. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522112661/. Acesso em: 18 mai. 2023.</p>

DISCIPLINA	Estatística Aplicada
-------------------	-----------------------------

EMENTA	Conceitos preliminares: Estatística; população; amostra; estatística indutiva e dedutiva. Tabelas e gráficos. Distribuição de frequência. Medidas de dispersão. Probabilidades. Distribuição de probabilidade: normal; binomial; e de Poisson. Teorias de amostragem. Interferência estatística: Teste de hipóteses. Análise da variância. Teoria da correlação e da regressão.
OBJETIVOS	Proporcionar ao discente esmerar-se na aplicabilidade de ferramentas estatísticas essenciais à fundamentação de projetos, com vistas a melhor viabilizar o processo decisório nas organizações.
REFERÊNCIAS BÁSICAS	<p>CRESPO, Antônio Arnot. Estatística fácil, São Paulo: Saraiva, 2009. 9 exemplares físicos. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502122345/. Acesso em: 18 mai. 2023.</p> <p>RUMSEY, Deborah J. Estatística para Leigos. São Paulo: Editora Alta Books, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555200409/. Acesso em: 31 mai. 2023.</p> <p>TIBONI, Conceição Gentil Rabelo. Estatística básica para os cursos de administração, ciências contábeis tecnológicos e de gestão. São Paulo: Atlas, 2010. 8 exemplares físicos.</p>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	<p>BELFIORE, Patrícia. Estatística Aplicada a administração, contabilidade economia com Excel e SPSS. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595155596/. Acesso em: 25 abr. 2023.</p> <p>DOANE, David P. Estatística aplicada a administração e a economia. Porto Alegre: McGraw Hill, 2008. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580553949/. Acesso em: 25 abr. 2023.</p> <p>DOWNING, Douglas, Estatística Aplicada. São Paulo: Saraiva, 2010. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502126817/. Acesso em: 25 abr. 2023</p> <p>KASMIER, Leonard J. Estatística aplicada a administração e economia. Porto Alegre: Bookman, 2007. 8 exemplares físicos.</p> <p>MARTINS, Gilberto de Andrade. Curso de estatística. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 1996. Disponível em:</p>

	<p>https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522477937/. Acesso em: 25 abr. 2023. 3 exemplares físicos.</p> <p>MOORE, David S. Estatística aplicada a administração e economia. Porto Alegre: McGraw Hill, 2006. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788577808656/. Acesso em: 25 abr. 2023.</p>
--	--

DISCIPLINAS 3º PERÍODO

DISCIPLINA	Matemática Financeira
EMENTA	Juros simples e compostos. Descontos. Capitalização e depreciação. Valor presente. Valor futuro e taxa interna de retorno. Remuneração de capital: tempo e risco.
OBJETIVOS	Habilitar o discente ao cálculo de Juros Simples e compostos, além da adequada análise de valores presentes e futuros, capazes de fundamentar decisões financeiras.
REFERÊNCIAS BÁSICAS	<p>ASSAF NETO, Alexandre. Matemática financeira e suas aplicações. São Paulo: Atlas, 2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559773244/. Acesso em: 25 abr. 2023. 9 exemplares físicos.</p> <p>CRESPO, Antônio Arnot. Matemática financeira fácil. São Paulo: Saraiva, 2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502122345/. Acesso em: 25 abr. 2023. 9 exemplares físicos.</p> <p>SILVA, André Luiz Carvalho. Matemática financeira aplicada. São Paulo: Atlas, 2010. 9 exemplares físicos.</p>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	<p>FERREIRA, Robert G. Matemática Financeira Aplicada 8ª edição. São Paulo: Atlas, 2014. 3 exemplares físicos.</p> <p>PUCCINI, Abelardo de Lima. Matemática Financeira 10ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786587958064/. Acesso em: 25 abr. 2023. 6 exemplares físicos.</p> <p>POMPEO, José Nicolau; HAZZAN, Samuel. Matemática financeira. São Paulo: Saraiva, 2007. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502618176/ Acesso em: 26 abr. 2023. 3 exemplares físicos</p>

	SOBRINHO, José Dutra Vieira. Matemática Financeira 8ª edição . São Paulo: Atlas, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597015461/ Acesso em: 26 abr. 2023.
--	---

DISCIPLINA	Introdução ao Direito
EMENTA	Inserção aos conhecimentos gerais de ramos do Direito Público e Privado e legislação complementar, analisadas sob o enfoque e aplicação da prática administrativa empresarial. Teoria geral da empresa e o estabelecimento econômico; Registro de Empresas.
OBJETIVOS	Proporcionar os conhecimentos básicos das diversas vertentes das ciências jurídicas, fundamentais ao desempenho da profissão do administrador.
REFERÊNCIAS BÁSICAS	NADER, Paulo. Introdução ao Estudo do Direito 45ª edição . Rio de Janeiro: Forense, 2023. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559647255/ . Acesso em: 26 abr. 2023. .9 exemplares físicos MARTINS, Sergio Pinto. Instituições de direito público e privado . São Paulo: Saraiva, 2010. 18 exemplares físicos . MARTINS, Sergio Pinto. Direito do Trabalho 39ª Edição . São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553627475/ . Acesso em: 26 abr. 2023. 7 exemplares físicos .
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	DOWER, Nelson Godoy Brasil. Instituições de Direito Público e Privado 15ª edição . São Paulo: Saraiva, 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547215033/ . Acesso em: 18 mai. 2023. 2 exemplares físicos COTRIM, Gilberto. Direito fundamental: instituições de direito . São Paulo: Saraiva, 2010. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502087965/ . Acesso em: 26 abr. 2023. 3 exemplares físicos FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação . 10ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021417/ . Acesso em: 26 abr. 2023. VENOSA, Silvio a de Salvo. Direito civil: parte geral . Vol. 1. São Paulo: Atlas, 2010. Disponível em:

	<p>https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559772650/. Acesso em: 26 abr. 2023. 2 exemplares físicos.</p> <p>WOLKMER, Antônio Carlos. História do direito no Brasil. 7ª. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530987305/. Acesso em: 26 abr. 2023.</p>
--	---

DISCIPLINA	Organização, Sistemas e Métodos
EMENTA	Análise de estrutura organizacional. Análise administrativa. Estudo de métodos organizacionais. Estudos de métodos de trabalho: amostragem; fluxos; tempos e movimentos. Conceito de O & M. Racionalização: Eficiência; eficácia; e efetividade. Produtividade. A Organização como sistema. Organização: critérios de departamentalização; Arranjo físico. Automação: arranjo físico. Manuais. Formulários.
OBJETIVOS	Habilitar o discente para a utilização de modernas técnicas de pesquisa e de análise ambiental, preparando-o para a estrutura e a organização empresarial.
REFERÊNCIAS BÁSICAS	<p>ARAUJO, Luís César Gonçalves de. Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional. Vol. 1. São Paulo: Atlas, 2008. 8 exemplares físicos.</p> <p>BALLESTERO-ALVARES Maria Esmeralda. Manual de organização, sistemas e métodos: abordagem teórica e prática da engenharia da informação. São Paulo: Atlas, 2010. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522493265/. Acesso em: 26 abr. 2023. 10 exemplares físicos.</p> <p>CRUZ, Tadeu. Sistemas, métodos & processos: administrado por meio de processos de negócios. São Paulo: Atlas, 2005. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597007626/. Acesso em: 26 abr. 2023. 8 exemplares físicos.</p>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	<p>ANGELOMI, Marta Terezinha. Organização do conhecimento. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502125094/. Acesso em: 26 abr. 2023. 2 exemplares físicos</p> <p>ARAUJO, Luís César Gonçalves de. Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional. Vol. 2 são Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>CARREIRA, Dorival. Organização, sistemas e métodos. 2ª ed, São Paulo: Saraiva,2012. Disponível em:</p>

	<p>https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502089204/. Acesso em: 26 abr. 2023. 2 exemplares físicos</p> <p>CRUZ, Tadeu. Sistemas, organização & métodos: estudo integrado das novas tecnologias da informação. 3. Ed. Rev., atual. E ampl. São Paulo: atlas, 2002. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597007626/. Acesso em: 26 abr. 2023. 2 exemplares físicos</p> <p>OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. Administração de processos: conceitos, metodologia, práticas. São Paulo: Atlas, 2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021301/. Acesso em: 26 abr. 2023. 2 exemplares físicos</p>
--	--

DISCIPLINA	Contabilidade de Custos
EMENTA	Contabilidade de Custos: conceito, origem, evolução, objetivos. Princípios e conceitos contábeis aplicados à Contabilidade de Custos. Custos Diretos: Material direto, métodos de avaliação de estoques. Custos Indiretos: rateio dos custos indiretos de fabricação, Departamentalização, centro de custos e predeterminação dos custos indiretos de fabricação. Apuração dos Custos dos Produtos Vendidos. Sistema de Acumulação de Custos. Métodos de custeio: abordagem inicial. Escrituração dos custos.
OBJETIVOS	Possibilitar aos discentes o estudo da contabilidade de custos como um centro processador de dados e preparador de informações gerenciais para os diferentes níveis de decisão, controle e planejamento, ou seja, para o gerenciamento estratégico de custos nas organizações empresariais.
REFERÊNCIAS BÁSICAS	<p>MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597018080/. Acesso em: 26 abr. 2023. 8 exemplares físicos</p> <p>SILVA, Raimundo Nonato Sousa; LINS, Luiz dos Santos. Gestão de Custos. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2010. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595026766/. Acesso em: 26 abr. 2023. 10 exemplares físicos</p> <p>SANTOS, Joel José. Contabilidade e Análise de Custos. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2009. 8 exemplares físicos.</p>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	BORNIA, Antônio Cezar. Análise Gerencial de Custos . 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522485048/ . Acesso em: 26 abr. 2023.

	<p>CARL S. Warren; James M. Reeve; Jonathan E. Duchac; Clóvis Luís Pavodeze. Fundamentos de Contabilidade Aplicações. São Paulo: Cengage, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522128648/. Acesso em: 26 abr. 2023.</p> <p>CREPALDI, Silvio Aparecido. Curso Básico de Contabilidade de Custos.5.ed. São Paulo: Atlas, 2010. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597014181/. Acesso em: 26 abr. 2023.</p> <p>HORNGREN, Charles T. Contabilidade de Custos. 11.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004. 2 exemplares físicos</p> <p>LEONE, G. S. G. Curso de Contabilidade de Custos. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522488704/. Acesso em: 26 abr. 2023</p>
--	---

DISCIPLINA	Sistemas de Informação Gerencial (SIG)
EMENTA	<p>Revisão conceitual em termos de estruturas organizacionais e níveis de decisão. Pontuação da informática enquanto associada à estrutura organizacional. Conceituar sistemas de informação a partir do enfoque eminentemente sistêmico. Estudo dos elementos constituintes da construção e administração de sistemas. Dados; Informação; subsistemas e sistemas. Conceituar e definir Planejamento Estratégico. Conceituar e definir Alinhamento Estratégico. Sistemas de Informação corporativos. Sistemas de Informação especializados. Os Sistemas de Informação e a documentação. Manuais informatizados: organização; diagramação; e divulgação. Segurança e Auditoria de Sistemas. DSS versus MIS. Relatórios a serem produzidos e a quem encaminhar. As mais recentes tecnologias.</p>
OBJETIVOS	<p>Induzir e, posteriormente, consolidar o planejamento estratégico e o alinhamento estratégico enquanto ferramenta lógico para a definição, a organização e a consecução de objetivos.</p>
REFERÊNCIAS BÁSICAS	<p>LAUDON, Kenneth M.; LAUDON, Jane P. Sistemas de informação gerenciais. São Paulo: Prentice, 2007. 8 exemplares físicos.</p> <p>Jr, R. Kelly Rainer & Cegielski, Casey G. Introdução a Sistemas de Informação apoiando e transformando</p>

	<p>negócios na era da mobilidade. Elsevier. Rio de Janeiro, 2016. 8 exemplares físicos</p> <p>REZENDE, Denis Alcides. Planejamento de sistemas de informação e informática. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597005660/. Acesso em: 26 abr. 2023.</p>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	<p>AUDY, Jorge Luis Nicolas. Fundamentos de sistemas de informação. Porto Alegre: Bookman, 2007. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788577801305/. Acesso em: 27 abr. 2023.</p> <p>MARAKAS, George M.; O'BRIEN, James A. Administração de sistemas de informação. São Paulo: Mcgraw Hill/Artmed, 2007. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580551112/. Acesso em: 27 abr. 2023. 2 exemplares físicos</p> <p>MATTOS, Antonio Carlos M. Sistemas de informação: uma visão executiva. São Paulo: Saraiva, 2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502183469/. Acesso em: 27 abr. 2023. 2 exemplares físicos</p> <p>STAIR, Ralph M. Princípios de sistemas de informação. São Paulo: Cengage, 2015. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522124107/. Acesso em: 27 abr. 2023.</p> <p>REZENDE, Denis Alcides; ABREU, Aline França de. Tecnologia da informação: aplicada a sistemas de informação empresariais. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2013. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522490455/. Acesso em: 27 abr. 2023.</p>

DISCIPLINA	Comunicação Empresarial
EMENTA	Modelo geral de comunicações. Técnicas de Comunicação oral. Estilo de linguagem. Técnicas de redação de relatórios. A comunicação empresarial e sua importância no mercado de trabalho. Características e ação da comunicação empresarial. Diversidades e questões étnico-raciais na comunicação empresarial.
OBJETIVOS	Proporcionar ao aluno o reconhecimento, no processo da comunicação. Desenvolver as habilidades da comunicação empresarial e aplicá-las. Compreender a comunicação empresarial e níveis de linguagem verbal e não verbal.

	Perceber a importância do Marketing Pessoal no contexto da Comunicação Empresarial
REFERÊNCIAS BÁSICAS	<p>CHINEN, Rivaldo. Introdução a Comunicação Empresarial. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502119499/. Acesso em: 27 abr. 2023. 8 exemplares físicos</p> <p>TAVARES, Mauricio. Comunicação Empresarial e Planos de comunicação. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522484805/. Acesso em: 27 abr. 2023. 8 exemplares físicos.</p> <p>TOMASI, Carolina; MEDEIROS, João Bosco. Comunicação Empresarial.3.ed. São Paulo: Atlas. 2010. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597020502/. Acesso em: 27 abr. 2023. 8 exemplares físicos.</p>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	<p>BEZERRA, Rodrigo. Nova Gramática da Língua portuguesa para concursos,8ª edição. Rio de Janeiro: Método, 2017. 2 exemplares físicos.</p> <p>FERREIRA, Reinaldo Mathias & Luppi, Rosaura de Araujo. Correspondência Comercial e Oficial com Técnicas de Redação . São Paulo: WMF, 2011. 2 exemplares físicos.</p> <p>GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna. 23. ed. Rio de Janeiro: FGV. 2 exemplares físicos.</p> <p>KOCHE, Vanilda Salton ; Boff, Odete Maria Beneffi; Pavani,Cinara Ferreira. Prática Textual ,11ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015. 5 exemplares físicos.</p> <p>MASIP, Vicente. Gramática Sucinta de Português. Rio de Janeiro: LTC, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-2098-3/.Acesso em: 27 abr. 2023. 3 exemplares físicos.</p>

DISCIPLINAS 4º PERÍODO

DISCIPLINA	Gestão de Pessoas I
EMENTA	Introdução à Moderna Gestão de Pessoas e o impacto causado na estrutura da empresa. Administração de Gestão de Pessoas. Recrutamento e Seleção: metodologias e responsabilidades. Política, diretrizes e planejamento de Gestão de Pessoas.
OBJETIVOS	Promover espaços de reflexão sobre a importância da gestão

	<p>de pessoas no desenvolvimento organizacional e um conhecimento apurado de sua inter-relação com as diversas áreas da administração, com a finalidade de formar profissionais diferenciados para o mundo do trabalho; manter postura adequada para desenvolver estratégias voltadas para o desenvolvimento de pessoas nas organizações; desenvolver atitudes e comportamentos adequados para recrutar, selecionar, treinar e avaliar o desempenho das pessoas visando maior produtividade no trabalho; ter capacidade de relacionamento interpessoal para lidar com equipes multidisciplinares; compreender o sistema de relações com empregados bem como a legislação aplicada ao departamento de pessoal; e capacitar para a elaboração de planos de cargos e salários.</p>
<p>REFERÊNCIAS BÁSICAS</p>	<p>BITENCOURT, Cláudia. Gestão contemporânea de pessoas. Rio Grande do Sul: Bookman, 2010. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788577806225/. Acesso em: 27 abr. 2023. 8 exemplares físicos</p> <p>DAVEL, Eduardo; VERGARA, Sylvia Constant. Gestão com pessoas e subjetividade. São Paulo: Atlas, 2010. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522494194/. Acesso em: 27 abr. 2023. 8 exemplares físicos</p> <p>CHIAVENATO, Idalberto. Iniciação da administração de recursos humanos. São Paulo: Manole, 2010. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559773848/. Acesso em: 27 abr. 2023. 8 exemplares físicos</p>
<p>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</p>	<p>ASSEN, Marcel Van. Modelos de Gestão: os 60 modelos que todo gestor deve conhecer 2ª edição. São Paulo: Pearson, 2010.</p> <p>DUTRA, Joel Souza; Dutra, Tatiana Almendra; Dutra, Gabriela Almendra. Gestão de Pessoas Realidade Atual e Desafios Futuros. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597013320/. Acesso em: 27 abr. 2023.</p> <p>DOLAN, Simon; PINEDA, Eduardo Soto. Os 10 mandamentos para gestão de pessoas. São Paulo: Qualitymark, 2010. 2 exemplares físicos.</p> <p>MASCARENHAS, André. Gestão estratégica de pessoas. São Paulo: Cengage, 2008. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522109982/. Acesso em: 27 abr. 2020. 9 exemplares físicos.</p>

	VERGARA, Sylvia Constant. Gestão de pessoas . São Paulo: Atlas, 2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597007985/ . Acesso em: 27 abr. 2023. 2 exemplares físicos .
--	--

DISCIPLINA	Administração de Materiais
EMENTA	Sistema de material: recursos, objetivos, funções, classificação e organização da administração de material. Gestão de estoques. Armazenamento e movimentação. Sistema de movimentação de materiais. O sistema de distribuição e transporte. Administração patrimonial: recursos e instalações. Gestão de compras de materiais e patrimônio.
OBJETIVOS	Introduzir o discente na vivência da busca pelas matérias-primas e materiais de apoio necessários ao processo de transformação, a partir de condicionantes técnicos e lógicos que apropriem os desenvolvimentos analítico e crítico defronte o administrar material e patrimônio.
REFERÊNCIAS BÁSICAS	BAILY, Peter J. FARMER, David. JESSOP, David. JONES, David. Compras: princípios e administração . São Paulo: Atlas 2002. 8 exemplares físicos BALLOU, Ronald H. Logística empresarial – transportes, administração de materiais e distribuição física . 15ª Ed. São Paulo: Atlas, 1995. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788560031467/ . Acesso em: 27 abr. 2023. 7 exemplares físicos MARTINS, Petrônio G. Administração de materiais e patrimoniais . São Paulo: Saraiva, 2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502089167/ . Acesso em: 27 abr. 2009. 8 exemplares físicos
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	ARNOLD, J.R. Tony. Administração de Materiais . São Paulo: Atlas, 1999. 2 exemplares físicos . CHING, Hong Yuh. Gestão de Estoques na Cadeia de Logística Integrada , 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522481293/ . Acesso em: 27 abr. 2023. 2 exemplares físicos DIAS, Marco Aurélio P. Administração de materiais: uma abordagem logística . São Paulo: Atlas, 2009. 2 exemplares físicos PALADINI, Edson Pacheco. Gestão da Qualidade . São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em:

	<p>https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597022032/. Acesso em: 27 abr. 2023. 1 exemplar físico.</p> <p>VIANA, João José. Administração de materiais. São Paulo: Atlas, 2000. 2 exemplar físico.</p>
--	--

DISCIPLINA	Análise das Demonstrações Financeiras
EMENTA	Introdução à análise de balanço. Estruturas das demonstrações contábeis. Padronização das demonstrações contábeis. Análise vertical e horizontal. Análise da hipótese de endividamento. Principais índices. Análise do capital de giro. Análise da rentabilidade. Alavancagem Financeira e Operacional.
OBJETIVO	Capacitar o discente a analisar todas as demonstrações contábeis, visando a elaboração dos relatórios econômicos e financeiros, bem como os pareceres quanto ao desempenho global das organizações.
REFERÊNCIAS BÁSICAS	<p>AZEVEDO, Marcelo Cardoso de. Estrutura e análise das demonstrações financeiras. São Paulo: Alinea, 2009. 8 exemplares físicos.</p> <p>PADOVEZE, Clovis Luís. Análise das demonstrações financeiras. São Paulo: Thompson Pioneira, 2007. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522114689/. Acesso em: 27 abr. 2023. 8 exemplares físicos.</p> <p>RIBEIRO, Osnir Moura. Demonstrações financeiras. São Paulo: Saraiva, 2008. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547227708/. Acesso em: 27 abr. 2023. 8 exemplares físicos.</p>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	<p>IUDÍCIBUS, Sérgio de. Análise de Balanços, 11ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597010879/. Acesso em: 08 jun. 2023</p> <p>MARION, José Carlos. Análise das demonstrações contábeis. São Paulo: Atlas, 2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021264/. Acesso em: 19 abr. 2023. Físico – 2 unid.</p> <p>MORANTE, Antônio Salvador. Análise das demonstrações financeiras. São Paulo: Atlas, 2009. Físico – 2 unid.</p>

	<p>PADOVEZE, Clóvis Luís. Análise das Demonstrações Financeiras, 3ª edição, São Paulo: Cengage, 2015. Físico – 6 unid.</p> <p>SILVA, Nelson Peres da. Análise e Estruturas de Sistemas de Informação, 2ª edição, 2017. 2 exemplares Físico</p>
--	--

DISCIPLINA	Legislação Trabalhista e Previdenciária
EMENTA	Noções introdutórias. Relação de emprego. Trabalho autônomo e trabalho subordinado. Relações individuais no trabalho. Conteúdo imperativo mínimo da relação de emprego. Direito ao salário. Direito ao repouso e ao lazer. Direito ao emprego. Questões elementares de segurança e medicina do trabalho. Justiça do trabalho: provocação e funcionamento. Direito judiciário do trabalho: teoria e prática. As ações trabalhistas.
OBJETIVOS	Proporcionar ao discente a visão dos meandros envolvendo a administração a parte legal adequada dos recursos humanos nas organizações e seus desdobramentos.
REFERÊNCIAS BÁSICAS	<p>FERREIRA, Francisco; Neto, Jorge. Direito do Trabalho, 8ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2015. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597018974/. Acesso em: 27 abr. 2023.</p> <p>OLIVEIRA, Aristeu. Manual de prática trabalhista. São Paulo: Atlas, 2010. 7 exemplares físicos.</p> <p>ZAINAGHI, Domingos Sávio. Curso de legislação social: direito do trabalho. São Paulo: Atlas, 2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555762846/. Acesso em: 27 abr. 2023. 6 exemplares físicos.</p>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	<p>ALMEIDA, Amador Paes de, CLT comentada. São Paulo: Saraiva, 2022. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553620636/. Acesso em: 27 abr. 2023. 7 exemplares físicos</p> <p>DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de Direito do Trabalho 17ª Edição. São Paulo: LTr, 2018. 2 exemplares físicos</p> <p>MICHAEL, Lothar; MORLOK, Martin. Série IDP – Direitos fundamentais. São Paulo : Editora Saraiva, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547212421/ Acesso em: 28 abr. 2023.</p> <p>LEITE, Carlos Henrique B.; LEITE, Laís D.; LEITE, Leticia D. A Nova Lei do Trabalho doméstico, 1ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2015. Disponível em:</p>

	<p>https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502634763/. Acesso em: 28 abr. 2023</p> <p>MARTINS, Sergio Pinto. Direito processual do trabalho. São paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553626881/. Acesso em: 28 abr. 2023</p> <p>OLIVEIRA, Aristeu. E. Manual Prático do Trabalhador Doméstico. São Paulo: Atlas, 2016. 2 exemplares físicos</p>
--	---

DISCIPLINA	Legislação Tributária
EMENTA	Noções gerais. Evolução histórica. Relações com outros ramos do direito. Autonomia. Conceitos. Fonte. Vigência. Interpretação. Integração e aplicação. Receita enquanto atividade arrecadadora do Estado: espécies. Tributo: conceito; natureza jurídica; espécies. Obrigação Tributária. Crédito tributário Competência tributária. Repartição da receita tributária.
OBJETIVO	Dotar o discente de visão tributarista adequada à lida com a transparência fiscal cada vez mais presente no processo administrativo.
REFERÊNCIAS BÁSICAS	<p>CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de direito tributário. São Paulo: Saraiva, 2010. 8 exemplares físicos.</p> <p>CASSONE, Vittorio. Direito tributário 28ª Edição. São Paulo: Atlas, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597015706/. Acesso em: 28 abr. 2023. 1 exemplar físico.</p> <p>SABBAG, Eduardo. Manual de Direito Tributário 10ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553620469/. Acesso em: 28 abr. 2023. 2 exemplares físicos.</p>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	<p>BORBA, Claudio. Direito tributário 28º ed. São Paulo: Método, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530983857/. Acesso em: 28 abr. 2023.</p> <p>FABRETTI, Denise; MUNHOS, José Luiz; FABRETTI, Deline Ramos. Direito tributário para os Cursos de Administração e Ciências Contábeis, 10ª edição. São Paulo: Atlas, 2010. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522494385/. Acesso em: 28 abr. 2023. 2 exemplares físicos.</p> <p>KOCH, Deonísio. Processo Administrativo Tributário e Lançamento. Porto Alegre: Momento, 2013. 2 exemplares</p>

	<p>físicos.</p> <p>ICHIHARA, Yoshiaki. Direito tributário. São Paulo: Altas, 2010. 2 exemplares físicos.</p> <p>PAULSEN, Leandro. Curso de direito tributário completo. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786553623255. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553623255/ Acesso em: 19 mai. 2023</p>
--	--

DISCIPLINA OPTATIVA I	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS
EMENTA	Aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). História das comunidades surdas, da cultura e das identidades surdas. Noções básicas da língua de sinais brasileira. Conceitos, cultura e a relação histórica da surdez com a língua de sinais. A gramática da língua de sinais. Aspectos sobre a educação de surdos. Teoria da tradução e interpretação. Técnicas de tradução em Libras/Português; técnicas de tradução em Português/Libras. Ensino básico da LIBRAS. Políticas de inclusão de sujeitos surdos legislação e experiências inclusivas em administração.
OBJETIVOS	Habilitar o estudante e futuro profissional a compreender o universo e desafios da educação e do ensino de administração e da prática profissional dos deficientes auditivos e promover sua integração no meio escolar, social e profissional. Capacitar os estudantes e futuros profissionais a utilizarem a linguagem dos sinais para comunicação com os deficientes auditivos.
REFERÊNCIAS BÁSICAS	<p>CASTRO, Alberto Rainha de; Carvalho, Ilza Silva de. Comunicação por Língua Brasileira de Sinais 4ª edição. Senac, 2013. 10 exemplares físicos.</p> <p>HONORA, Márcia; Frizanco, Mary, Lopes Esteves. Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais. São Paulo: Ciranda, 2009. 11 exemplares físicos.</p> <p>QUADROS, Ronice Muller de. Língua de sinais brasileira. Porto Alegre: Artmed, 2004. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536311746/. Acesso em: 28 abr. 2023. 9 exemplares físicos.</p>
REFERÊNCIAS	ALMEIDA, Elizabeth Crepaldi de. Atividades ilustradas em

COMPLEMENTARES	<p>sinais da LIBRAS. São Paulo: Revinter, 2004. 2 exemplares físicos</p> <p>BRANDÃO, Flávia. Dicionário Ilustrado de Libras. São Paulo: Global, 2012. 9 exemplares físicos.</p> <p>BOTELHO, Paula. Linguagem e letramento na educação dos surdos - Ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte : Grupo Autêntica, 2007. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582179314/. Acesso em: 01 jun. 2023.</p> <p>MORAIS, Carlos E L.; PLINSKI, Rejane R K.; MARTINS, Gabriel P. T C.; et al. Libras. Porto Alegre: Grupo A, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595027305/. Acesso em: 01 jun. 2023.</p> <p>QUADROS, Ronice Muller de & Cruz, Carina Rebello Cruz. Língua de Sinais Instrumentos de Avaliação. Armet, 2011. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536325200/. Acesso em: 01 jun. 2023. 2 exemplares físicos.</p>
-----------------------	---

DISCIPLINA OPTATIVA II	Agronegócios
EMENTA	<p>Conceitos e técnicas administrativas e contábeis aplicáveis na geração de informações relativas às atividades do agronegócio. Economia do Agronegócio. Procedimentos contábeis do setor.</p> <p>Extrativismo, indústria e agro business. Campo de atuação do agronegócio. O Administrador e a gestão.</p>
OBJETIVOS	<p>Proporcionar ao aluno conhecimento da gestão do agronegócios.</p> <p>Apresentar ao discente as mudanças estruturais, contextuais e culturais nos investimentos da seara rural, expondo as vantagens, os desafios, as peculiaridades e perspectivas da administração agrária.</p>
REFERÊNCIAS BÁSICAS	<p>BARBOSA FILHO, Antônio Nunes. Segurança do Trabalho & Gestão Ambiental 4ª edição. São Paulo: Saraiva, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597018752/. Acesso em: 28 abr. 2023. 7 exemplares físicos.</p>

	<p>DIAS, Reinaldo. Gestão Ambiental Responsabilidade Social e Sustentabilidade 3ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011159/. Acesso em: 28 abr. 2023.</p> <p>TACHIZAWA, Takeshy. Gestão Ambiental e Responsabilidade Corporativa 8ª Edição. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597019803/. Acesso em: 28 abr. 2023. 9 exemplares físicos.</p>
<p>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</p>	<p>BARBIERE, Carlos José & Cajazeira, Jorge Emanuel Reis. Responsabilidade Social Empresarial e Empresa Sustentável 3ª ed. atualizada. São Paulo: Saraiva, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547208325/. Acesso em: 28 abr. 2023.</p> <p>BARBIERE, Carlos José. Gestão Ambiental Empresarial Conceitos, Modelos e Instrumentos 4ª edição. São Paulo: Saraiva, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547208226/. Acesso em: 28 abr. 2023.</p> <p>CAJAZEIRA, Jorge Emanuel R.; BARBIERI, José C. Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável - 3ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2016. E-book. ISBN 9788547208325. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547208325/. Acesso em: 19 mai. 2023.</p> <p>SEIFFERT, Mari Elizabet Bernardini. Gestão Ambiental Instrumentos, Esferas de Ação e Educação Ambiental 3ªed. São Paulo: Saraiva, 2008. 2 exemplares físicos.</p> <p>TACHIZAWA, Takeshy & Andrade, Rui Otávio Bernardes de. Gestão Ambiental Estratégias na Nova Era da Sustentabilidade. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. 9 exemplar físico</p>

DISCIPLINAS 5º PERÍODO

DISCIPLINA	Logística Empresarial
------------	-----------------------

EMENTA	A origem e a evolução. As dimensões da Logística. Os componentes do sistema logístico. Logísticas interna e externa. A dimensão do serviço ao cliente. Gerenciamento do fluxo e das estratégias de prazos. A Logística da resposta rápida. Gerenciamento da Cadeia de Suprimento. A Logística além das fronteiras.
OBJETIVOS	Envolver o discente na realidade da Logística Integrada Empresarial, apresentando conceitos, técnicas e práticas da Administração de Logística e Cadeia de Suprimentos, vislumbrando primordialmente o estabelecimento de uma vantagem competitiva sustentável e na geração de valor.
REFERÊNCIAS BÁSICAS	<p>BOWERSOX, Donald J. Gestão de cadeias de suprimentos. Porto Alegre: Artmed, 2006. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580553185/. Acesso em: 28 abr. 2023</p> <p>BERTAGLIA, Paulo Roberto. Logística e gerenciamento da cadeia. São Paulo: Saraiva, 2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571440975/. Acesso em: 28 abr. 2023.</p> <p>ZACCARELLI, Sérgio B. Estratégia e Sucesso nas Empresas - 2ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2013. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502194632/. Acesso em: 01 jun. 2023.</p>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	<p>CHRISTOPHER, Martin. Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos. São Paulo: Thompson, 2007. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522127320/. Acesso em: 28 abr. 2023.</p> <p>DAVID, Pierre A. Logística internacional. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2018. E-book. ISBN 9788522124244. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522124244/. Acesso em: 19 mai. 2023.</p> <p>LUDOVICO, Nelson. Logística internacional: um enfoque em comércio exterior. São Paulo: Editora Saraiva, 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547228453/. Acesso em: 01 jun. 2023.</p> <p>NOGUEIRA, Amarildo de S. Logística Empresarial, 2ª</p>

	<p>edição. Belo Horizonte: Grupo GEN, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597015553/. Acesso em: 01 jun. 2023.</p> <p>PAOLESCHI, Bruno. Logística industrial integrada – do planejamento, produção, custo e qualidade à satisfação do cliente. São Paulo: Érica, 2008. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536505091/. Acesso em: 28 abr. 2023.</p> <p>SILVA, Barbara Alyne E.; STETTINER, Caio F.; CAXITO, Fabiano de A. Logística - um enfoque prático – 3ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571440043/. Acesso em: 01 jun. 2023.</p>
--	---

DISCIPLINA	Gestão de Pessoas II
EMENTA	Sistema de Relações com Empregados. Legislação Aplicada ao Departamento de Pessoal. Necessidades Interpessoais. Liderança e Mudança organizacional.
OBJETIVOS	Promover espaços de reflexão sobre a importância da gestão de pessoas no desenvolvimento organizacional; manter postura adequada para desenvolver estratégias voltadas para o desenvolvimento de pessoas nas organizações; desenvolver atitudes e comportamentos adequados para recrutar, selecionar, treinar e avaliar o desempenho das pessoas visando maior produtividade no trabalho; compreender o sistema de relações com empregados bem como a legislação aplicada ao departamento de pessoal; e capacitar para a elaboração de planos de cargos e salários.
REFERÊNCIAS BÁSICAS	<p>CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas. Rio de Janeiro: Campus, 2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024074/. Acesso em: 28 abr. 2023</p> <p>DUTRA, Joel Souza; FISCHER, André Luiz; AMORIM, Wilson Aparecido Costa de. Gestão de pessoas – desafios estratégicos. São Paulo: Atlas, 2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597013320/. Acesso em: 28 abr. 2023.</p> <p>MARRAS, Jean Pierre. Administração de recursos humanos. São Paulo: Saraiva, 2009. Disponível em:</p>

	https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-472-0109-8/ . Acesso em: 28 abr. 2023.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	<p>BOHLANDER, George W. Administração de recursos humanos. São Paulo: Cengage, 2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522122691/. Acesso em: 28 abr. 2023.</p> <p>DEMO, Gisela. Políticas de gestão de pessoas nas organizações. São Paulo: Atlas, 2010. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522470341/. Acesso em: 02 mai. 2023.</p> <p>FERREIRA, Patrícia I. Série MBA Gestão de Pessoas - Gestão por Competências. Porto Alegre: Grupo GEN, 2015. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-2924-5/. Acesso em: 01 jun. 2023.</p> <p>ROBBINS, Stephen P.; DECENZO, David A.; WOLTER, Robert M. Fundamentos de gestão de pessoas. São Paulo: Editora Saraiva, 2013. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502204348/. Acesso em: 01 jun. 2023.</p> <p>TREFF, Marcelo. Gestão de Pessoas - Olhar Estratégico com Foco em Competências. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595155701/. Acesso em: 01 jun. 2023.</p>

DISCIPLINA	Administração Mercadológica I
EMENTA	Fundamentos, princípios e conceitos mercadológicos. Planejamento estratégico, gerencial, operacional e transformacional da gestão mercadológica. A estrutura, o ambiente e o composto da mercadológica.
OBJETIVO	Facilitar ao discente o aprofundamento e o exercício da percepção sobre mercadológica de forma que se transcenda estruturas, padrões rígidos de descrição de atividades e formatos tradicionais de administração mercadológica.
REFERÊNCIAS BÁSICAS	LUPETTI, Marcélia. Gestão estratégica da comunicação mercadológica . São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2014. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522113026/ . Acesso em: 01 jun. 2023.

	<p>MARÓSTICA, Eduardo. Inteligência de mercado. Rio de Janeiro: Cengage Learning Brasil, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522129546/. Acesso em: 01 jun. 2023.</p> <p>SILVA, Ermes Medeiros da. Pesquisa Operacional - Para os Cursos de Administração e Engenharia, 5ª edição. São Paulo : Grupo GEN, 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597013559/. Acesso em: 01 jun. 2023.</p>
<p>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</p>	<p>AAKER, David A. Administração estratégica de mercado. Rio de Janeiro: Bookman, 2007. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788540701588/. Acesso em: 02 mai. 2023.</p> <p>BARQUETTE, Stael. Pesquisa de marketing. São Paulo: Editora Saraiva, 2007. E-book. ISBN 9788502126794. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502126794/. Acesso em: 19 mai. 2023.</p> <p>FISCHMANN, Adalberto A.; ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de. Planejamento Estratégico na Prática, 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597016895/. Acesso em: 02 mai. 2023.</p> <p>LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Pesquisa de marketing. São Paulo: Atlas, 2010. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597020151/. Acesso em: 02 mai. 2023.</p> <p>OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento Estratégico. São Paulo: Atlas, 2010. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597016840/. Acesso em: 02 mai. 2023.</p> <p>ZIKMUND, William G.; BABIN, Barry J. Princípios da Pesquisa de Marketing - Tradução da 4ª edição norte-americana. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2012. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522113354/. Acesso em: 01 jun. 2023.</p>

DISCIPLINA

Administração Financeira

EMENTA	Funções e objetivos da função financeira. Análise econômico-financeira. Planejamento financeiro em curto prazo. Análise de decisões de investimento. Sistema Financeiro e mercado de capitais. Forma de acesso aos mercados financeiros e de capitais. A análise dos índices financeiros. Alavancagem financeira, operacional e mista. Decisões de financiamento.
OBJETIVOS	Introdução à análise dos vários segmentos induzindo a decisão na área financeira.
REFERÊNCIAS BÁSICAS	<p>FLEURIET, Michel; ZEIDAN, Rodrigo. O Modelo Dinâmico da Gestão Financeira. Porto Alegre: Editora Alta Books, 2015. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555207446/. Acesso em: 02 jun. 2023.</p> <p>HOJI, Masakazu. Gestão Financeira Econômica. Grupo GEN, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597019292/. Acesso em: 02 jun. 2023.</p> <p>WERNKE, Rodney. Gestão Financeira; Ênfase em Aplicações e Casos Nacionais. São Paulo: Editora Saraiva, 2010. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502117013/. Acesso em: 02 jun. 2023.</p>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	<p>ASSAF NETO, Alexandre. Fundamentos de administração financeira. São Paulo: Atlas, 2010. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597010145/. Acesso em: 02 mai. 2023.</p> <p>BURMESTER, Haino. Manual de gestão: organização, processos e práticas de liderança. São Paulo: Editora Saraiva, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553131051/. Acesso em: 02 jun. 2023.</p> <p>CHIAVENATO, Idalberto. Gestão Financeira: Uma Abordagem Introdutória. São Paulo: Grupo GEN, 2022. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559772902/. Acesso em: 02 jun. 2023.</p> <p>FILHO, Bolívar Godinho de O. Gestão de Fundos de Investimentos. São Paulo: Saint Paul Publishing (Brazil),</p>

	<p>2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580041514/. Acesso em: 09 mai. 2023</p> <p>FREZATTI, Fabio. Gestão da viabilidade econômico-financeira. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522477722/. Acesso em: 02 mai. 2023</p>
--	---

DISCIPLINA	Pesquisa Operacional
EMENTA	Introdução à Pesquisa Operacional. Planejando um estudo de pesquisa operacional. Modelagem. Métodos clássicos de otimização. Programação Linear. Análise de sensibilidade. Programação inteira. Programação não linear. Teoria dos jogos. Introdução à modelagem estocástica. Teoria das filas. Métodos de revisão. Regressão e séries temporais. Teoria dos estoques. Teoria da decisão. Simulação de sistemas.
OBJETIVOS	Desenvolver a capacidade de formular, estruturar e solucionar modelos matemáticos como instrumentos auxiliares no processo de tomada de decisão, relacionado ao planejamento e gestão dos sistemas produtivos. Dar ao aluno noções básicas de algumas técnicas de Pesquisa Operacional, de modo a permitir formular modelos, aplicar algoritmos e interpretar os resultados obtidos.
REFERÊNCIAS BÁSICAS	<p>ANDRADE, Eduardo Leopoldino de. Introdução à Pesquisa Operacional. Rio de Janeiro. LTC, 1989. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-2967-2/. Acesso em: 02 mai. 2023.</p> <p>LOESCH, Cláudio et al. Pesquisa Operacional – Fundamentos e Modelos, São Paulo: Saraiva 2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502088924/. Acesso em: 02 mai. 2023.</p> <p>SILVA, Ermes Medeiros da, et al. Pesquisa Operacional: Para os cursos de Economia, Administração e Ciências Contábeis. 3ª ed. São Paulo. Atlas, 1998. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595156753/. Acesso em: 02 mai. 2023.</p>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	COLIN, Emerson Carlos, Pesquisa Operacional: 170 Aplicações em Estratégia, Finanças, Logística, Produção, Marketing e Vendas , 2ª edição, Rio de Janeiro: LTC Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597014488/ . Acesso em: 02 mai. 2023.

	<p>HILLIER, Frederick S.; LIEBERMAN, Gerald J. Introdução à pesquisa operacional. Porto Alegre: Grupo A, 2013. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580551198/. Acesso em: 02 mai. 2023.</p> <p>LACHTERMACHER, Gerson. Pesquisa Operacional na tomada de decisões, 5ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521630494/. Acesso em: 02 jun. 2023.</p> <p>MOREIRA, Daniel Augusto, Pesquisa Operacional – Curso Introdutório, 2º Ed. Rio de Janeiro: Cengage Learning Brasil, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522128068/. Acesso em: 02 mai. 2023.</p> <p>RODRIGUES, Rodrigo. Pesquisa operacional. São Paulo: Grupo A, 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595020054/. Acesso em: 02 jun. 2023.</p>
--	---

DISCIPLINA	Planejamento Estratégico
EMENTA	Desenvolver competência que proporcione melhores resultados operacionais e competitividade nas organizações, com estímulo a visão holística do ambiente interno e externo favorecendo a tomada de decisões de curto, médio e longo prazo.
OBJETIVOS	Conhecimento e aplicação do planejamento organizacional como vantagem competitiva, através da construção e análise de cenários estratégicos.
REFERÊNCIAS BÁSICAS	<p>ANDRADE, Arnaldo Rosa de. Planejamento Estratégico - Formulação, Implementação e Controle, 2ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788597009040. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597009040/. Acesso em: 19 mai. 2023.</p> <p>OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento estratégico. São Paulo: Atlas, 2010. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597016840/. Acesso em: 02 mai. 2023</p>

	<p>PEREIRA, Maurício Fernandes Planejamento Estratégico: A Contribuição da Liderança Organizacional para o Processo de Implementação da Estratégia, V. 5. São Paulo: Atlas, 2015. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522499588/. Acesso em: 02 mai. 2023.</p>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	<p>CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. Planejamento estratégico. São Paulo: Campus, 2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597025705/. Acesso em: 03 mai. 2023.</p> <p>CERTO, Samuel C. Administração estratégica. São Paulo: Prentice Hall, 2005. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580550054/. Acesso em: 03 mai. 2023.</p> <p>CONTADOR, José C. Gestão de Operações: A Engenharia de Produção a Serviço da Modernização da Empresa. Porto Alegre: Editora Blucher, 2010. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521216339/. Acesso em: 03 mai. 2023.</p> <p>MAGRETTA, Joan. Entendendo Michael Porter. São Paulo: Editora Alta Books, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788550805047/. Acesso em: 03 mai. 2023.</p> <p>KUAZAQUI, Edmir. Planejamento Estratégico. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2015. E-book. ISBN 9788522122523. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522122523/. Acesso em: 19 mai. 2023.</p>

DISCIPLINAS 6º PERÍODO

DISCIPLINA	Gestão Ambiental e Responsabilidade Social
EMENTA	Abordagem integrada das relações empresariais e as questões sócio ambientais, a partir de um sistema de planejamento, segundo os princípios do desenvolvimento sustentável. Conceitos, desempenho empresarial, viabilidade econômica e política ambiental. Despertar no discente a

	preocupação com a Responsabilidade Social Corporativa, capacitando-os para a gestão fundamentada na integridade e em valores éticos, ambientais e filantrópicos.
OBJETIVOS	Capacitar para a gestão ambiental sob o enfoque da influência nas decisões estratégicas organizacionais. Proporcionar conhecimentos teóricos e práticos sobre a necessidade e importância da Responsabilidade Social nas organizações.
REFERÊNCIAS BÁSICAS	<p>ASHLEY, Patrícia Almeida. Ética e responsabilidade social nos negócios. São Paulo: Saraiva, 2010. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553131839/. Acesso em: 03 mai. 2023.</p> <p>CARPINETTI, Luiz Cesar R.; GEROLAMO, Mateus C. Gestão da Qualidade ISO 9001: 2015. São Paulo: Grupo GEN, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597007046/. Acesso em: 03 mai. 2023.</p> <p>FINKLER, Raquel; REIS, Agnes C.; STEIN, Ronei T.; et al. Fundamentos da engenharia ambiental. São Paulo: Grupo A, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595024632/. Acesso em: 03 mai. 2023.</p>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	<p>BARBOSA FILHO, Antonio Nunes. Segurança do trabalho e gestão ambiental. São Paulo: Atlas, 2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597018752/. Acesso em: 04 mai. 2023.</p> <p>DIAS, Reinaldo. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2006. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011159/. Acesso em: 03 mai. 2023.</p> <p>FENKER, Eloy A. Gestão Ambiental: Incentivos, Riscos e Custos. São Paulo: Grupo GEN, 2015. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597001181/. Acesso em: 02 jun. 2023.</p> <p>IBRAHIN, Francini Imene D. Educação Ambiental: Estudo dos Problemas, Ações e Instrumentos para o Desenvolvimento da Sociedade. São Paulo: Editora Saraiva, 2014. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536521534/. Acesso em: 02 jun. 2023.</p>

	TACHIZAWA, Takeshy. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa . São Paulo: Atlas, 2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597019803/ . Acesso em: 03 mai. 2023.
--	---

DISCIPLINA	Administração Mercadológica II
EMENTA	Administração mercadológica e novos modelos mentais. Mercadologia empreendedora. A cultura de diagnósticos e plano de ações mercadológicos.
OBJETIVOS	Facilitar ao discente o aguçamento e o exercício da percepção sobre mercadologia de forma que se transcendam estruturas, padrões rígidos de descrição de atividades e formatos tradicionais de administração mercadológica.
REFERÊNCIAS BÁSICAS	<p>LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Marketing – conceitos, exercícios e casos. São Paulo: Atlas, 2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597013924/ Acesso em: 05 mai. 2023.</p> <p>LUPETTI, Marcella. Gestão estratégica da comunicação mercadológica. São Paulo: Thomson, 2014. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522113026/. Acesso em: 08 mai. 2023.</p> <p>KOTLER, Philip. Marketing para O Século XXI. São Paulo: Editora Alta Books, 2021. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555202458/ Acesso em: 08 mai. 2023.</p>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	<p>COBRA, Marcos. Marketing Básico, 5ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597010572/. Acesso em: 05 mai. 2023.</p> <p>GABRIEL, Martha. Marketing na Era Digital - Conceitos, Plataformas e Estratégias. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597025859/ Acesso em: 08 mai. 2023.</p> <p>HAIR, J. Fundamentos de pesquisa de marketing. Rio de Janeiro: Ltc, 2010. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580553727/. Acesso em: 05 mai. 2023.</p> <p>HAWKINS, Del. Comportamento do Consumidor. Porto Alegre: Grupo GEN, 2018. Disponível em:</p>

	<p>https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595152373/. Acesso em: 05 mai. 2023.</p> <p>PETER, J P.; JR, James H D. Introdução ao Marketing - Criando Valor Para os Clientes, 1ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2013. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502205598/. Acesso em: 05 mai. 2023.</p> <p>SOLOMON, Michael R. Comportamento do consumidor. Rio de Janeiro: Ltc, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582603680/. Acesso em: 08 mai. 2023.</p>
--	---

DISCIPLINA	Gestão de Produção I
EMENTA	As revoluções produtivas e sua evolução. Análise, avaliação e implantação do sistema produtivo. Custos de produção e a capacidade instalada. Produção sistêmica. PCP e PDCA.
OBJETIVOS	Apresentar aos discentes a conjuntura administrativa da produção, as principais técnicas, as relações ambientais, a visão ampliada do Administrador de produção e suas responsabilidades precípuas.
REFERÊNCIAS BÁSICAS	<p>BATALHA, Mário O. Gestão da Produção e Operações. São Paulo: Grupo GEN, 2019. E-book. ISBN 9788597021288. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021288/. Acesso em: 19 mai. 2023.</p> <p>CHIAVENATO, Idalberto. Gestão da Produção: Uma Abordagem Introdutória. São Paulo: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559772865. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559772865/. Acesso em: 19 mai. 2023.</p> <p>LOBO, Renato N. Gestão de Produção. São Paulo: Editora Saraiva, 2010. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536517810/. Acesso em: 02 jun. 2023.</p>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	<p>MOREIRA, Daniel A. Administração da Produção e Operações - 2ª Edição Revista e Ampliada. São Paulo: Prentice, 2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522110193/. Acesso em: 08 mai. 2023.</p> <p>MUNIZ JUNIOR, Jorge. Modelo gestão de produção baseado no conhecimento. São Paulo: Edgard Blucher,</p>

	<p>2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580391503/. Acesso em: 08 mai. 2023.</p> <p>NOVAES, Antônio Galvão. Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição. São Paulo: Campus, 2007. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595157217/. Acesso em: 08 mai. 2023.</p> <p>LOBO, Renato N. Gestão de Produção. São Paulo: Editora Saraiva, 2010. E-book. ISBN 9788536517810. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536517810/. Acesso em: 19 mai. 2023.</p> <p>WIENEKE, Falko; SELL, Ingeborg. Gestão de produção. São Paulo: Edgard Blucher, 2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521215639/. Acesso em: 08 mai. 2023.</p>
--	---

DISCIPLINA	Mercado Financeiro e de Capitais
EMENTA	Introdução ao Sistema Financeiro Nacional e ao Mercado de Capitais. Títulos do Mercado de Capitais – tipos, conceitos e diferenciação. Mercados Organizados e derivativos de ações. Métodos de análise de investimentos em ações – análise técnica e fundamentalista.
OBJETIVOS	Apresentar e discutir os principais conceitos e instrumentos do mercado financeiro e do mercado de capitais, sua estrutura e funcionamento.
REFERÊNCIAS BÁSICAS	<p>BRITO, Osias Santana de. Mercado financeiro – 3ª ed. São Paulo : Editora Saraiva, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571440258/. Acesso em: 09 mai. 2023.</p> <p>FILHO, Jorge Ribeiro de T. Mercado de Capitais Brasileiro: uma introdução. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2006. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522108190/. Acesso em: 09 mai. 2023.</p> <p>LEMES JUNIOR, A. B.; CHEROBIM, A. P. M. S.; RIGO, C. M. 2. ed. Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras. Rio de Janeiro: Campus, 2005. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595154124/. Acesso em: 09 mai. 2023.</p>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	<p>ASSAF NETO, Alexandre. Mercado financeiro. São Paulo: Atlas. 1999. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597028171/ Acesso em: 09 mai. 2023.</p> <p>BRITO, Osias Santana de. Mercado financeiro – 3ªed. São Paulo: Editora Saraiva, 2020. E-book. ISBN 9788571440258. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571440258/. Acesso em: 19 mai. 2023</p> <p>CARRETE, Liliam S. Mercado financeiro brasileiro. São Paulo: Atlas, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021394/. Acesso em: 09 mai. 2023</p> <p>NETO, Alexandre A. Mercado Financeiro. São Paulo: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9788597028171. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597028171/. Acesso em: 19 mai. 2023.</p> <p>SOUZA, Alceu. Decisões financeiras e análise de investimentos: Fundamentos, Técnicas e Aplicações. São Paulo: Grupo GEN, 2008. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597023466/. Acesso em: 02 jun. 2023.</p>

DISCIPLINA	Orçamento Empresarial
EMENTA	O custo do capital. A estrutura do capital. O Estoque de Ativos e a sua influência sobre o planejamento e o controle do lucro. Conceito de Orçamento. O Manual de elaboração do orçamento. O Orçamento de vendas. O Orçamento de produção. O Orçamento de compras. O orçamento de material de apoio. O Orçamento de mão-de-obra. O Orçamento de custos indiretos de fabricação. O Orçamento Global. Os relatórios de tomada de decisão. Fundamentos da Responsabilidade Fiscal. A Lei Orçamentária Anual.
OBJETIVOS	Indução do Planejamento e do controle do lucro a partir do orçamento.
REFERÊNCIAS BÁSICAS	ALVES, Aline; LAFFIN, Nathália H F. Análise das demonstrações financeiras . [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2018. Disponível em:

	<p>https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595027428/. Acesso em: 05 jun. 2023.</p> <p>BRIGHAM, Eugene F.; EHRHARDT, Michael C. Administração Financeira: Teoria e prática - Tradução da 14ª edição norte-americana. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522124008/ Acesso em: 05 jun. 2023.</p> <p>HOJI, Masakazu. Administração financeira e orçamentária. São Paulo: Atlas, 2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597010534/ Acesso em: 09 mai. 2023</p>
<p>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</p>	<p>FREZATTI, Fabio. Orçamento empresarial. São Paulo: Atlas, 2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597014099/. Acesso em: 11 mai. 2023.</p> <p>GONÇALVES, Guilherme C.; SILVA, Jorge Vieira da; SILVA, Vanessa F. Planejamento e Orçamento Público. Porto Alegre: Grupo A, 2020. E-book. ISBN 9786581492557. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786581492557/. Acesso em: 22 mai. 2023</p> <p>HOJI, Masakazu. Orçamento Empresarial. São Paulo: Editora Saraiva, 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547221904/. Acesso em: 05 jun. 2023.</p> <p>MOREIRA, Jose Carlos. Orçamento empresarial: manual de elaboração. São Paulo: Atlas, 2002. SÁ, Carlos A. Orçamento empresarial: novas técnicas de elaboração e de acompanhamento. São Paulo: Grupo GEN, 2013. E-book. ISBN 9786559773398. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559773398/. Acesso em: 22 mai. 2023.</p> <p>SOUZA, Acilon Batista de. Curso de administração financeira e orçamento: princípios e aplicações. Porto Alegre: Grupo GEN, 2014. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522485642/. Acesso em: 05 jun. 2023.</p>

DISCIPLINA	Estágio Supervisionado I
EMENTA	As disciplinas de Estágio Supervisionado I, II e III, previstas na matriz curricular do curso de Administração da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, perfaz uma carga horária total de 300 (trezentas) horas/aula onde estas horas são disponibilizadas aos alunos para a pesquisa, preparação e elaboração de toda a documentação necessária ao desenvolvimento da prática.
OBJETIVOS	Esta disciplina busca oferecer e dar todo suporte necessário para o desenvolvimento prático, pois nela são trabalhadas empresas com eventos abrangentes e presentes no mercado, tendo em vista a dificuldade de se ter uma entidade para cada opção, com eventos tão indispensáveis.
REFERÊNCIAS BÁSICAS	Conforme Temática
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	Conforme Temática

DISCIPLINAS 7º PERÍODO

DISCIPLINA	Empreendedorismo
EMENTA	Raízes históricas e filosóficas do empreendedorismo. A quebra e formação de paradigmas. Empreendedorismo como revolução silenciosa. A forma de ser do empreendedor. Empreendedorismo sistemático. Tecnologia empreendedora. Validação da ideia. Administração empreendedora. Estratégia empreendedora. Processo empreendedor. Plano de negócios.
OBJETIVOS	Apresentar as mudanças cultural e estrutural do empreendedorismo, sua essência, forma e composição.

<p>REFERÊNCIAS BÁSICAS</p>	<p>NETO, João Pinheiro de B. Administração - Fundamentos da Administração - Empreendedora e Competitiva. São Paulo: Grupo GEN, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597016284/. Acesso em: 29 mai. 2023.</p> <p>PETERS, Michael P.; HISRICH, Robert D.; SHEPHERD, Deana. Empreendedorismo. Rio Grande do Sul: Bookman, 2014. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580553338/. Acesso em: 15 mai. 2023.</p> <p>SABBAG, Paulo Yazigi. Gerenciamento de projetos e empreendedorismo. São Paulo: Saraiva, 2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502204454/. Acesso em: 15 mai. 2023.</p>
<p>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</p>	<p>BARON, Robert A. Empreendedorismo: uma visão do processo. São Paulo: Thompson, 2006. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522109388/. Acesso em: 15 mai. 2023.</p> <p>BESSANT, John; TIDD, Joe. Inovação e empreendedorismo. Rio de Janeiro: Grupo A, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582605189/. Acesso em: 05 jun. 2023.</p> <p>CAVALCANTI, Marly; FARAH, Osvaldo Elias; MARCONDES, Luciana Passos. Empreendedorismo estratégico. São Paulo: Cengage, 2008. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522126972/. Acesso em: 15 mai. 2023.</p> <p>JULIEN, Pierre André. Empreendedorismo regional economia do conhecimento. São Paulo: Saraiva, 2010. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978850211141/.</p>

	<p>Acesso em: 15 mai. 2023.</p> <p>SILVA, Nelson; SALIM, César Simões. Introdução ao empreendedorismo. São Paulo: Campus, 2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595154414/. Acesso em: 15 mai. 2023.</p>
--	---

DISCIPLINA	Gestão da Produção II
EMENTA	Qualidade da produção. Gerenciamento do processo e do composto de produtos. A gestão de pessoas na produção. A produção de serviços.
OBJETIVOS	Apresentar aos discentes a conjuntura administrativa da produção, as principais técnicas, as relações ambientais, a visão ampliada do Administrador de produção e suas responsabilidades precípuas.
REFERÊNCIAS BÁSICAS	<p>CHASE, Richard B.; JACOBS, F. Robert; SOUZA, Teresa Cristina Felix de. Administração de produção e de operações. Rio Grande do Sul: Bookman, 2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788577805181/. Acesso em: 16 mai. 2023.</p> <p>MOREIRA, Daniel Augusto. Administração da produção e operações. São Paulo: Cengage, 2008. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502180420/. Acesso em: 16 mai. 2023.</p> <p>SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert; et al. Gerenciamento de operações e de processos. São Paulo: Grupo A, 2013. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565837934/. Acesso em: 05 jun. 2023.</p>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	<p>CHING, Hong Y. Administração da produção e operações, uma abordagem inovadora com desafios práticos - 1a. Edição. São Paulo: Editora Empreende, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788566103199/. Acesso em: 16 mai. 2023.</p> <p>CORREA, Luiz. Administração de produção e</p>

	<p>operações: manufatura e serviços; uma abordagem estratégica. Compacta. São Paulo: Atlas, 2006. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597013603/. Acesso em: 16 mai. 2023.</p> <p>LOZADA, Gisele. Administração da produção e operações. Porto Alegre: Grupo A, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788569726616/. Acesso em: 05 jun. 2023.</p> <p>MOREIRA, Daniel A. Administração da Produção e Operações. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2012. E-livro. ISBN 9788522110193. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522110193/. Acesso em: 22 mai. 2023</p> <p>SLACK, Nigel. Administração de produção. Compacta. São Paulo: Atlas, 1999. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597015386/. Acesso em: 16 mai. 2023.</p>
--	--

DISCIPLINA	Gestão de Micro e Pequenas Empresas
EMENTA	A mudança estrutural. Novos valores e características. A posição competitiva. Administração sistêmica nas microempresas. Intra empreendedorismo. Microcrédito. Legislação. Incubação micro empresarial. Micro e pequenas empresas globalizadas. Ética e responsabilidade social. Estratégias e ação. Mitos, utopias e perspectivas.
OBJETIVOS	Conscientizar o discente da necessidade da formação empreendedora com foco nos micros investimentos e sua gestão profissionalizada, buscando o autodesenvolvimento e as capacidades crítica e analítica em administrar as organizações menores.
REFERÊNCIAS BÁSICAS	<p>CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo: - dando Asas ao Espírito Empreendedor. São Paulo: Saraiva, 2021. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597028089/. Acesso em: 16 mai. 2023.</p> <p>FABRETTI, Laudio Camargo. As Micro e Pequenas Empresas e o Simples Nacional. São Paulo: Grupo GEN,</p>

	<p>2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597019360/. Acesso em: 16 mai. 2023</p> <p>LEMES, Antônio. Administrando Micro e Pequenas Empresas - Empreendedorismo e Gestão. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595150393/ Acesso em: 05 jun. 2023.</p>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	<p>CHINEM, Rivaldo. Introdução à comunicação empresarial. São Paulo: Editora Saraiva, 2010. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502119499/. Acesso em: 29 mai. 2023.</p> <p>JULIEN, Pierre-André; LAVRADOR, Márcia Freire Ferreira. Empreendedorismo regional e economia do conhecimento. São Paulo: Saraiva, 2010. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502111141/. Acesso em: 29 mai. 2023.</p> <p>LONGENECKER, Justin G.; PETTY, J W.; PALICH, Leslie E.; HOY, Frank. Administração de pequenas empresas – Tradução da 18ª edição norte-americana. Rio de Janeiro: Cengage Learning Brasil, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522126965/. Acesso em: 29 mai. 2023</p> <p>LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Plano de marketing para micro e pequena empresa. São Paulo: Atlas, 2007. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522483099/. Acesso em: 29 mai. 2023.</p> <p>SARAIVA, Editora. Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador (Lei Complementar n. 182, de 1º-6-2021) e Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar n. 123, de 14-12-2006). [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2021. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555597745/. Acesso em: 29 mai. 2023.</p>

DISCIPLINA	Trabalho de Conclusão de Curso I
EMENTA	O Trabalho de Conclusão de Curso de Administração será uma experiência para os

	nossos alunos na direção de sistematização de dados empresariais, relacionando-os com os aspectos da aprendizagem de práticas administrativas em consonância com as práticas de estágio, que vem se desenvolvendo desde o primeiro semestre do curso. Nesse sentido, o aluno inicia com o levantamento de dados, problemática, a elaboração de um Projeto, com detalhamento das fases de execução do mesmo, a viabilidade do que se pretende fazer, o cronograma das atividades, além de um levantamento bibliográfico do tema e os objetivos. Esse trabalho poderá estar relacionando com o estágio e com disciplina de metodologia.
OBJETIVOS	
REFERÊNCIAS BÁSICAS	Conforme Temática
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	Conforme Temática

DISCIPLINA	Estágio Supervisionado II
EMENTA	As disciplinas de Estágio Supervisionado I, II e III, previstas na matriz curricular do curso de Administração da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, perfaz uma carga horária total de 300 (trezentas) horas/aula onde estas horas são disponibilizadas aos alunos para a pesquisa, preparação e elaboração de toda a documentação necessária ao desenvolvimento da prática. .
OBJETIVOS	Esta disciplina busca oferecer e dar todo suporte necessário para o desenvolvimento prático, pois nela são trabalhadas empresas com eventos abrangentes e presentes no mercado, tendo em vista a dificuldade de se ter uma entidade para cada opção, com eventos tão indispensáveis.
REFERÊNCIAS BÁSICAS	Conforme Temática
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	Conforme Temática

DISCIPLINAS 8º PERÍODO

DISCIPLINA	Elaboração e Avaliação de Projetos de Investimentos
EMENTA	Propiciar conhecer os conceitos e as ferramentas básicas para elaboração e acompanhamento de projetos de investimento, bem como, os mecanismos de avaliação e controle.
OBJETIVOS	Capacitar para a elaboração e avaliação de projetos de investimento de forma eficiente, com a utilização das técnicas mais modernas disponíveis na teoria de finanças.
REFERÊNCIAS BÁSICAS	<p>CORREIA NETO, Jocildo. Elaboração e avaliação de projetos de investimento. São Paulo: Campus, 2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595155251/. Acesso em: 29 mai. 2023.</p> <p>FILHO, Nelson C. Elaboração de Projetos Empresarias, 2ª edição. Porto Alegre: Grupo GEN, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008180/. Acesso em: 29 mai. 2023.</p> <p>HASTINGS, David F. Análise financeira de projetos de investimento de capital. São Paulo: Editora Saraiva, 2013. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502205505/. Acesso em: 29 mai. 2023.</p>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	<p>KOLLER, Tim; GOEDHART, Marc; WESSELS, David. Avaliação de empresas: como medir e gerenciar o valor das empresas. São Paulo: Grupo A, 2022. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582605714/. Acesso em: 29 mai. 2023</p> <p>MARTINS, Eliseu; FLORES, Eduardo. Avaliação Patrimonial de Empresas: Da Visão Contábil à Economia. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2023. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559774296/. Acesso em: 29 mai. 2023.</p> <p>TITMAN, Sheridan; MARTIN, John D. Avaliação de projetos e investimentos – Valuation. Porto Alegre: Bookman, 2010. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788577806096/. Acesso em: 29 mai. 2023.</p> <p>TORRES, Oswaldo Fadigas F. Fundamentos da</p>

	<p>engenharia econômica e da análise econômica de projetos. [Digite o Local da Editora]: Cengage Learning Brasil, 2006. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522128402/. Acesso em: 29 mai. 2023.</p> <p>REBELATTO, Daisy. Projeto de investimento. São Paulo: Manole, 2004. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520442470/. Acesso em: 29 mai. 2023.</p>
--	--

DISCIPLINA	Gestão da Qualidade
EMENTA	Conceituação e funções da gestão da qualidade, gerenciamento por diretrizes, métodos e ferramentas na busca da qualidade total, e impactos da qualidade na organização. Ferramentas de qualidade. Interpretar normas de garantia da qualidade. Programas de qualidade. Auditoria. Certificado de qualidade.
OBJETIVOS	Despertar a consciência para a qualidade; apresentar e discutir a filosofia da Gestão da Qualidade, mostrando conceitos e vivências práticas, a importância do mapeamento de processos para o alcance de melhoria contínua, fornece uma visão geral e abrangente das Ferramentas para a Qualidade, aprimorando os conhecimentos dos futuros administradores sobre como alcançar a excelência de produtos e serviços, tornando as organizações mais competitivas.
REFERÊNCIAS BÁSICAS	<p>AMARAL, Daniel C.; SILVA, Sérgio Luís da; SCALICE, Regis K. Gestão de Desenvolvimento de Produtos: Uma Referência Para Melhoria do Processo, 1ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2006. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502111868/ Acesso em: 29 mai. 2023.</p> <p>MACHADO, José Fernando. Método Estatístico: Gestão da Qualidade para Melhoria Contínua. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2010 Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502125315/ Acesso em: 29 mai. 2023.</p> <p>PALADINI, Edson Pacheco. Gestão da Qualidade: Teoria e Prática. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2010. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597022032/ Acesso em: 29 mai. 2023.</p>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	<p>BARRETO, Maria da Graça Pitía. Controladoria na Gestão: A relevância do Custo da Qualidade. São Paulo: Saraiva, 2010. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502088627/. Acesso em: 29 mai. 2023.</p> <p>GOBE, Antônio Carlos (et. al.). Gerência de Produtos. 1.ed. São Paulo: Saraiva, 2008. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502111998/. Acesso em: 29 mai. 2023.</p> <p>LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Qualidade Total em Serviços. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597023404/ Acesso em: 29 mai. 2023.</p> <p>MELLO, Carlos Henrique P. ISO 9001: 2008: Sistema de gestão da qualidade para operações de produção e serviços. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2012. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522479252/. Acesso em: 29 mai. 2023.</p> <p>PALADINI, Edson Pacheco. Gestão Estratégica da Qualidade. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597022032/. Acesso em: 29 mai. 2023.</p>
-----------------------------------	--

DISCIPLINA	Tópicos Avançados em Administração
EMENTA	Integração dos pilares da administração e o mercado. Adaptação do conteúdo vigente à realidade global.
OBJETIVOS	Propiciar aos graduandos a consonância entre o heurístico e a realidade prática atual ou emergente, familiarizando-os com as ferramentas disponíveis na consolidação da ciência da Administração
REFERÊNCIAS BÁSICAS	<p>CARVALHO, Cristina A.; VIEIRA, Marcelo Milano F. O poder nas organizações - Coleção Debates em Administração. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2007. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522108374/. Acesso em: 29 mai. 2023.</p> <p>CONEJERO, Marco A.; OLIVEIRA, Murilo A.; ABDALLA, Márcio M. Administração - Conceitos, Teoria e Prática aplicados à Realidade Brasileira. : Grupo GEN, 2021. Disponível em:</p>

	<p>https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771172/. Acesso em: 29 mai. 2023.</p> <p>YU, Abraham Sin O.; SOUSA, Willy Hoppe de. Tomada de decisão nas organizações. São Paulo: Editora Saraiva, 2011. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978852126237/. Acesso em: 29 mai. 2023.</p>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	<p>BATEMAN, Thomas S. Administração: liderança e colaboração no mundo competitivo. Porto Alegre: Bookman, 2007. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580550825/. Acesso em: 29 mai. 2023.</p> <p>BIZZOTTO, Carlos Eduardo N. Plano de negócios para empreendimentos inovadores. São Paulo: Grupo GEN, 2008. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522468232/. Acesso em: 29 mai. 2023.</p> <p>KUAZAQUI, Edmir. Gestão de Carreira. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2015. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522122431/. Acesso em: 29 mai. 2023.</p> <p>NOHARA, Irene Patrícia. Direito administrativo. 12^a ed. São Paulo: Atlas, 2023. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559774289/. Acesso em: 29 mai. 2023.</p>

DISCIPLINA	Administração Pública
EMENTA	Administração pública: conceito; pessoas jurídicas; atividades; princípios. Ato e contrato administrativo: conceitos; elementos; espécies; licitações; conceitos; espécies; dispensa; inexigibilidade. Lei 8.112/90. Processo Administrativo e Fiscal: Conceito; Espécies. Polícia Administrativa. O Estudo da Lei 4320 e seus desdobramentos e aplicabilidade. O estudo da Lei 101/00, Lei de Responsabilidade Fiscal, sua aplicação e desdobramentos.
OBJETIVOS	Proporcionar a visão administrativa pública: suas variáveis fundamentais e indutoras da transparência fiscal.
REFERÊNCIAS BÁSICAS	COUTO, Reinaldo; CAPAGIO, Álvaro do C. Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos . São Paulo: Editora Saraiva, 2021. Disponível em:

	<p>https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555598223/. Acesso em: 29 mai. 2023.</p> <p>OLIVEIRA, Rafael Carvalho R. Licitações e Contratos Administrativos: Teoria e Prática. São Paulo: Grupo GEN, 2023. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559647484/. Acesso em: 29 mai. 2023.</p> <p>PERERA, José Matias. Manual de gestão pública contemporânea. São Paulo: Atlas, 2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024753/. Acesso em: 29 mai. 2023.</p>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	<p>ARAGAO, Alexandre Santos de. Direito dos serviços públicos. Rio de Janeiro: Forense, 2008. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-4557-2/. Acesso em: 29 mai. 2023.</p> <p>BARBIERI, José C.; SILVA, Dirceu da. Educação Ambiental: na Formação do Administrador. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2012. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522112616/. Acesso em: 29 mai. 2023.</p> <p>DIAS, Reinaldo. Gestão Pública - Aspectos Atuais e Perspectivas para Atualização. Porto Alegre: Grupo GEN, 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597013382/. Acesso em: 29 mai. 2023.</p> <p>LARRATE, Marco. Governança corporativa e remuneração dos gestores. São Paulo: Grupo GEN, 2013. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522477005/. Acesso em: 29 mai. 2023.</p> <p>NASCIMENTO, Edson R. Gestão pública. São Paulo: Editora Saraiva, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571441354/. Acesso em: 29 mai. 2023.</p> <p>SLOMSKI, Valmor. Governança corporativa e governança na gestão pública. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522466641/. Acesso em: 29 mai. 2023.</p>

DISCIPLINA	Estágio Supervisionado III
EMENTA	As disciplinas de Estágio Supervisionado I, II e III, previstas na matriz curricular do curso de Administração da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, perfaz uma carga horária total de 300 (trezentas) horas/aula onde estas horas são disponibilizadas aos alunos para a pesquisa, preparação e elaboração de toda a documentação necessária ao desenvolvimento da prática.
OBJETIVOS	Esta disciplina busca oferecer e dar todo suporte necessário para o desenvolvimento prático, pois nela são trabalhadas empresas com eventos abrangentes e presentes no mercado, tendo em vista a dificuldade de se ter uma entidade para cada opção, com eventos tão indispensáveis.
REFERÊNCIAS BÁSICAS	Conforme Temática
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	Conforme Temática

DISCIPLINA	Trabalho de Conclusão de Curso II
EMENTA	O Trabalho de Conclusão de Curso de Administração será uma experiência para os nossos alunos na direção de sistematização de dados empresariais, relacionando-os com os aspectos da aprendizagem de práticas administrativas em consonância com as práticas de estágio, que vem se desenvolvendo desde o primeiro semestre do curso. Nesse sentido, o aluno inicia com o levantamento de dados, problemática, a elaboração de um Projeto, com detalhamento das fases de execução do mesmo, a viabilidade do que se pretende fazer, o cronograma das atividades, além de um levantamento bibliográfico do tema e os objetivos. Esse trabalho poderá estar relacionado com o estágio e com disciplina de metodologia.
OBJETIVOS	
REFERÊNCIAS BÁSICAS	Conforme Temática
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	Conforme Temática

2.13 Metodologia

O aluno como centro do processo de aprendizagem deve ser estimulado a desenvolver todas as ações e metodologias de ensino da Faculdade. A teoria e a prática juntas são compromissos da IES, privilegiando metodologias de ensino que acolham as ações de iniciação científica, atividades de extensão e monitoria.

As atividades práticas ocorrerão em todas as disciplinas, de forma a assegurar a aprendizagem significativa de seus conteúdos, possibilitando aos discentes, além da aquisição de conteúdo, o desenvolvimento de habilidades e competências essenciais para o exercício profissional de qualidade.

Neste curso a flexibilidade estará presente, nas atividades complementares, no trabalho de conclusão de curso, estágio supervisionado e demais atividades acadêmicas, entre elas a iniciação científica e a extensão.

Já a interdisciplinaridade está presente na inter-relação entre as disciplinas, quanto das atividades complementares, e também, nos laboratórios de informática e laboratórios inerentes ao curso. Porém, os conteúdos devem se interagir harmonicamente, envolvendo alunos e professores, construindo assim, um elo que nutre o conhecimento, expandindo os horizontes e a visão da área que se está trabalhando.

2.13.1 Metodologia de ensino

Partindo da nova visão que se propõe este PPC, estão implantadas metodologias inovadoras, a fim de que se alcance a excelência por ele ofertada.

Um dos princípios a ser destacado é a busca de um sistema de ensino/aprendizado onde o discente seja o protagonista de sua própria realidade, não mais um mero receptor de um conhecimento transferido, mas como um buscador ativo das habilidades, competências e valores inerentes a prática profissional.

Neste sentido será conduzida uma progressiva redução das aulas meramente expositivas, direcionando-as a aplicação de metodologias ativas de aprendizado (problematização, estudo de casos, entre outras), baseadas inicialmente na simulação de problemas próprios da profissão farmacêutica, promovendo uma clara visão do propósito do conhecimento a ser desenvolvido, conduzindo o aluno em sua aquisição.

O docente, dentro desta nova proposta, assume o papel de sensibilizador da necessidade do aprendizado, facilitador da aquisição do conhecimento, orientador de sua aplicação em ambiente simulado e acompanhador de sua execução em ambiente profissional.

Com o objetivo de encadear todos os eventos e atividades necessárias a construção desta nova concepção dentro do Curso de Administração da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP, são realizadas, antes do início de cada período letivo, reuniões de planejamento, direcionadas por temas de abordagem (Ensino, eixos, estágio, etc.) ou setores de serviço (Laboratórios, ambientes de estágio, etc.).

O processo de planejamento partirá sempre da avaliação dos métodos aplicados e resultados obtidos nos semestres anteriores. Esta avaliação é fundamentada nos parâmetros de qualidade estabelecidos pela instituição, mas também na percepção individual de cada componente da equipe (docentes, técnicos, gestores, etc.) envolvida.

Deverá contar com todos os docentes do Curso de Administração, técnicos e representantes discentes.

Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL)

A PBL é “uma metodologia de ensino-aprendizagem colaborativa, construtivista e contextualizada, na qual situações-problema são utilizadas para iniciar, direcionar e motivar a aprendizagem de conceitos, teorias e o desenvolvimento de habilidades e atitudes no contexto de sala de aula, isto é, sem a necessidade de conceber disciplinas especificamente para esse fim” (RIBEIRO, 2010, p. 10).

Foi originalmente concebida para o ensino de medicina na Universidade McMaster (MCMASTER, 2013). Entretanto, por diversos anos, vem sendo utilizada por algumas instituições em seus diversos cursos nas mais diferentes áreas, como é o caso da Victoria University em Melbourne Austrália (VICTORY UNIVERSITY, 2013), a University of Manchester no Reino Unido (UNIVERSITY OF MANCHESTER, 2013) e a Maastricht University na Holanda (MAASTRICHT UNIVERSITY, 2013).

É importante ressaltar que a metodologia será um sucesso sempre que o(s) problema(s) for(em) bem articulado(s) com a teoria e a prática profissional (mais

próximo possível), o que inibirá que obstáculos da “experiência primeira” não aconteçam na busca da solução do(s) problema(s), como relatado por Soares (2011).

Dessa forma, os alunos ampliarão o entendimento do problema em um primeiro momento sem se preocupar com a solução do mesmo, seguido de estudo(s) individualizado(s) e em grupo, e finalmente, na busca da solução do(s) problema(s) a ser encontrada pelo grupo. É importante ressaltar que nem sempre a solução é “fechada”, o que contribui mais uma vez para que “surpresas” ou novas descobertas possam acontecer durante o processo de ensinagem nessa metodologia.

Metodologia da Problematização (MP)

A MP envolve em geral apenas uma disciplina e a realidade é o ponto de partida e de chegada. Dessa forma, a aprendizagem dar-se-á por meio da solução de problemas e situações reais que o futuro profissional poderá enfrentar. Na MP, o conhecimento científico é buscado certamente nas literaturas e nas consultas com especialistas, mas também na realidade onde o problema está ocorrendo, ou seja, é natural o uso de técnicas não convencionais construindo o conhecimento que envolve o campo social, político e ético (BERBEL & GAMBOA, 2012).

Tal conhecimento é adquirido na etapa da “teorização” na busca de pontos chave e culmina em uma hipótese, e esta é aplicada à realidade. Se solucionado o problema, encerrasse a atividade, caso contrário, recomeça o ciclo. Por se tratar da realidade, intervenções podem afetar os resultados. Portanto, o ensinante terá que selecionar a realidade com potencial para que tal conhecimento seja ministrado. Mais uma vez, pode-se afirmar que a “interferência”, em maior ou menor grau do professor-facilitador, ditará o sucesso da implantação dessa metodologia, uma vez que o obstáculo da “experiência primeira” não é desejável na solução do(s) problema(s) por meio da MP (SOARES, 2011).

Orientação por Meio de Projetos (OMP)

A OMP consiste na produção de projetos propostos pelo docente, que para a sua confecção utiliza todo o conteúdo da disciplina ministrada. Dessa forma, o aprendente tem o ensinante apenas como um professor-orientador. Os resultados dos projetos propostos devem ser próximos aos esperados pelo docente, tornando

possível assim sua avaliação. Essa metodologia é mais “perigosa” no sentido que o obstáculo da “experiência primeira” e do “conhecimento generalizado, fechado” pode ficar evidenciado (SOARES, 2011). Em especial, isso acontece sempre quando o docente “orienta” seus alunos na busca de uma solução do(s) projeto(s) muitas vezes estruturada por técnicas e padrões pré-estabelecidos, muito comuns nos Cursos de administração e que, muitas vezes, é até compreensível no mundo do trabalho.

Nesse contexto, fica mais fácil afirmar que essa metodologia é muito útil quando aplicada corretamente nas disciplinas específicas e optativas, geralmente disponíveis ao aluno no final dos cursos de graduação com aplicação no mundo do trabalho.

2.13.2 Adequação da metodologia de ensino à concepção

No curso de Administração a flexibilidade estará presente, nas atividades complementares, no trabalho de conclusão de curso e demais atividades acadêmicas, entre elas a iniciação científica e a extensão. Já a interdisciplinaridade está presente na inter-relação entre as disciplinas, quanto das atividades complementares, e principalmente por meio de projetos que possam vir a ser implementados pelo Colegiado competente da Faculdade, projetos estes que se construirá em trabalhos em comum acordo a cada módulo do curso ou específico de cada disciplina, envolvendo grupos de disciplinas e também, nos laboratórios de informática e laboratórios específicos. Porém, os conteúdos devem se interagir harmonicamente, envolvendo alunos e professores, construindo assim, um elo que nutre o conhecimento, expandindo os horizontes e a visão da área que se está trabalhando.

O curso de Administração compreende que o conhecimento resulta de uma construção contínua e se produz a partir do desenvolvimento de conteúdos integrados de forma progressiva e cumulativa.

O curso de Administração da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP, incentiva aos professores que adotem também práticas pedagógicas participativas. Desta maneira, os professores utilizam metodologias por meio de métodos e técnicas de ensino para desenvolvimento de competências relativas ao ato de se relacionar, de liderar e de valorizar a busca do conhecimento permanente.

Assim, a metodologia utilizada no curso de Administração da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP faz com que os professores:

- Atuem como facilitadores e orientadores do processo de ensino-aprendizagem;

- Estejam conscientes de que a educação é uma prática social transformadora (uma entre várias possíveis);
- Promovam a socialização do saber por meio da apropriação do conhecimento produzido historicamente e socialmente;
- Sejam entusiastas para despertar a atenção dos alunos em relação ao que estão ensinando;
- Desenvolvam e apliquem estratégias de ensino, por meio de métodos e técnicas que facilitem o processo de ensino-aprendizagem.

São utilizadas linguagens de maneira clara e explícita, evitando e controlando possíveis mal-entendidos e incompreensões, proporcionando uma rede comunicativa, negociando e compartilhando conhecimentos.

Os acadêmicos devem ter conhecimento dos instrumentos que os professores utilizam para avaliá-los, sabendo o que o professor quer deles, que meios de ajuda são proporcionados e que critérios avaliativos são aplicados, por meio do plano de ensino previamente referido.

2.13.3 Interdisciplinaridade

Um projeto pedagógico engajado na democratização social e cultural tem a função e a responsabilidade de garantir ao aluno o acesso aos saberes necessários para o desenvolvimento e o aprimoramento do uso das línguas, bem como promover a reflexão interdisciplinar, transversal e transdisciplinar dos conteúdos adquiridos ao longo de sua formação acadêmica.

O processo da interdisciplinaridade é linear e fundamenta-se na integração de conhecimentos, resultante da articulação entre as disciplinas, evitando a abordagem isolada de tópicos compartimentalizados. O processo da transversalidade é descontínuo e aponta para a incorporação no currículo dos diversos saberes – conteúdos de ciências afins – Sociologia, Antropologia e Relações Étnico Raciais, filosofia, psicologia e conhecimentos relacionados ao saber cultural do aluno. Na articulação de tais processos, efetua-se a dimensão do aprender a conhecer “dimensão da transdisciplinaridade”, ponto da aquisição de um dado conhecimento, é o conhecer, busca contínua do desenvolvimento pelos processos mentais da argumentação, comparação, interpretação, observação; estimulando ao pensar

criativo e reflexivo sobre a realidade, possibilitando o criar, o definir, o construir conhecimento: em síntese, colaborando na construção das identidades e favorecendo a autonomia dos sujeitos envolvidos no processo educacional.

O curso de Administração prevê, então, no Projeto Pedagógico, uma proposta para um modelo de educação cuja trajetória direciona-se no sentido da interdisciplinaridade entre os conteúdos “princípio da indissociabilidade para que a formação acadêmica, teórico-prática, não fragmente os saberes das diversas áreas necessárias à formação profissional, viabilizando as relações de interdependência entre os conteúdos. Este eixo promove a integração entre a teoria e prática, envolvendo todo o fluxo das disciplinas, sistematizando o duplo enfoque da pesquisa como construção do saber, e o da prática docente, a partir da própria estrutura interna de todas as disciplinas do curso. O segundo eixo fundamenta-se no princípio da transversalidade, considerando-se que o conhecimento não acontece de forma retilínea e ordenada, mas a partir do conjunto de experiências/vivências que envolvem a dinâmica do processo de ensino e aprendizagem. Trata-se da mobilidade entre os saberes, um fluxo que pode seguir qualquer direção, permitindo qualquer trânsito de ideias. Neste novo contexto, a noção da escola é ampliada -- não é mais entendida como o único lugar da aprendizagem”, dando acesso a qualquer espaço social, inclusive o espaço do trabalho, o que possibilita que temas transversais de interesse particular e do grupo, da vida e da sociedade adentrem nos saberes desenvolvidos e próprios de cada área comum e específica por meio da realização de estudos integrados, de projetos e de atividades científico acadêmicas, de extensão e culturais; buscando através de uma formação continuada o estabelecimento das conexões entre as áreas do saber. O terceiro eixo é o da transdisciplinaridade, que esboça um movimento progressivo de superação. Superação é o termo chave para se compreender o processo da educação. É um movimento de síntese, no qual tudo que foi apreendido é articulado, condição intrínseca do conhecimento.

2.13.4 Transversalidade

De acordo com a Lei Federal 9.795 de 27 de abril de 1999. Direitos Humanos – Resolução n.º 01 do CNE de 30 de maio de 2012 e Parecer CNE-CP n.º 8 de 2012. Lei 11.645, Parecer CNE-CP 03 de 2004 e Resolução CNE-CP 01 de 2004 – Diretrizes

Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro Brasileira e Educação Brasileira.

É trabalhado com as possibilidades de reconstrução de uma nova concepção de sociedade e natureza, valorizando e enfatizando tanto o meio ambiente quanto os direitos humanos e conduzindo o discente a ter uma visão ampla, sem discriminações, viabilizando a educação ético-raciais e a cultura Afro Brasileira, para que possamos entender de maneira clara que todos somos “iguais” (dentro da mesma situação) independente da cor da pele, crença, religião ou cultura. Desta forma mostrando que o Brasil é um país misto, onde todos temos os mesmos direitos e conscientizando a população não só acadêmica sobre a proteção ao meio ambiente, uma vez que já estamos sofrendo consequências drásticas por falta de nos atentar mais para esta questão.

Isto é feito de forma complementar através de palestras, pesquisas e extensão para atingir a comunidade, de forma que com isso o discente e o docente poderá exercer seu papel, questionando e apontando caminhos que possam promover a consciência para estes assuntos.

Estaremos aguçando assim o senso crítico dos educadores, educando, e sociedade de tal modo que tanto a escola como os sujeitos sociais tornem-se promotores de valores socioambientais e culturais, e as comunidades organizadas sejam as promotoras das transformações necessárias para a convivência de um mundo melhor.

O enfoque é dado sem perder de vista os elementos que compõem as estruturas políticas econômicas e educacionais, pois o meio ambiente é parte fundamental para ser aprofundada na educação seja pública ou privada de maneira que a sociedade possa se basear na sustentabilidade, de forma que se estimule permanentemente as responsabilidades éticas dos indivíduos visando diferentes segmentos da sociedade, sobre os problemas ambientais, sociais econômicos e extra econômicos considerando a igualdade, justiça social e a ética dos seres vivos.

A sustentabilidade não está voltada somente para uma sustentabilidade ecológica, apresenta também a dimensão ambiental, social, política, econômica, demográfica, cultural, institucional e espacial. Sendo assim não podemos dissociar os fatores sociais dos ambientais, pois eles devem sofrer as transformações juntos.

Trataremos estes assuntos dentro da faculdade também como componentes curriculares de disciplinas ministradas para que possam ser melhor trabalhadas e entendidas por parte da comunidade acadêmica.

Diante disto abordaremos também nas semanas de curso temas voltados para estes assuntos para visar uma melhor conscientização tanto dos discentes como da comunidade não só acadêmica, mas também da sociedade em geral. Pois, a educação é parte integrante e fundamental da sociedade, visto que embora ela não seja a única responsável pelas transformações sociais, mas sem dúvida ela traz consigo as mudanças de maneira mais rápida e consciente.

2.14 Atividades Acadêmicas Articuladas à Formação

2.14.1 Estágio curricular supervisionado

O propósito da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP por meio do Estágio Supervisionado do curso de Administração é o de construir um meio eficaz para a consecução de atividades práticas que possibilite, simultaneamente: avaliar o aluno em relação aos conhecimentos adquiridos em sala de aula; ajudar os acadêmicos na aplicação e fixação dos conteúdos teóricos; capacitar os acadêmicos para o futuro exercício da profissão; materializar a investigação acadêmica e as práticas de extensão por meio de atendimento continuado à população, fazendo com que a instituição cumpra com sua função social; respeitar os critérios legais de excelência acadêmica.

Contudo, as modalidades de estágio, como ato educativo, de acordo com o projeto pedagógico, atendido as diretrizes curriculares nacionais e o planejamento curricular do curso, são: estágio obrigatório, em função das exigências decorrentes da própria natureza da habilitação ou qualificação profissional, planejado, executado e avaliado à luz do perfil profissional de conclusão do curso; e estágio não obrigatório, desenvolvido como atividade opcional, que deve manter coerência com o perfil profissional de conclusão do curso. As atividades de estágio, independentemente de sua natureza, são desenvolvidas, preferencialmente, ao abrigo de termos de compromisso celebrados, resguardados os direitos dos alunos quanto à segurança e à integridade e impedido o desvio de objetivos e finalidades.

2.14.2 Prática de ensino desenvolvida no Estágio Supervisionado

As disciplinas de Estágio Supervisionado I, II e III, previstas na matriz curricular do curso de Administração da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, perfaz uma carga horária total de 300 (trezentas) horas/aula onde estas horas são disponibilizadas aos alunos para a pesquisa, preparação e elaboração de toda a documentação necessária ao desenvolvimento da prática.

Esta disciplina busca oferecer e dar todo suporte necessário para o desenvolvimento prático, pois nela são trabalhadas empresas com eventos abrangentes e presentes no mercado, tendo em vista a dificuldade de se ter uma entidade para cada opção, com eventos tão indispensáveis.

2.14.3 Atribuições do Professor

É de competência do professor de Estágio Supervisionado as seguintes atribuições:

- Realizar reuniões, a cada bimestre, com todos os professores das disciplinas de Administração;
- Realizar reuniões mensais com os Monitores do Laboratório Específicos de Administração;
- Estabelecer exercícios práticos a serem aplicados pelos monitores e aferir os resultados;
- Ministrando e orientar os alunos nas aulas da Prática do Estágio;
- Fazer as avaliações bimestrais;
- Orientar os monitores para as aulas práticas.

2.14.4 Frequência, avaliação e aproveitamento escolar

O aproveitamento escolar nas disciplinas de Estágio Supervisionado é avaliado segundo critérios definidos pelos professores. É obrigatória a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento). A avaliação das atividades desenvolvidas pelo aluno é contínua e dinâmica, seguindo critérios adotados pelo professor.

São condições para aprovação final nas disciplinas de Estágio Supervisionado:

- O cumprimento de todas as atividades propostas pelo professor orientador;

- A apresentação do Portfólio (documentos comprobatórios – para os Estágios I, II em pasta arquivo e para o Estágio Supervisionado III, devidamente encadernado em capa dura dos trabalhos pelos quais o aluno cumpriu suas atividades práticas, incluindo toda a documentação que compôs os Estágios Supervisionados I, II);
- Obtenção da nota mínima no Trabalho de Conclusão de Curso.

2.14.5 Avaliação

O aluno que for reprovado ou considerado INAPTO na ocorrência de uma das condições deverá cursar a disciplina novamente:

- a) Não apresentar todos os documentos que integram o respectivo Estágio Supervisionado na data estipulada pelo Professor;
- b) Não comprovar a frequência mínima de 75% (setenta e cinco) das horas aulas presenciais exigidas pela disciplina.

A reprovação na disciplina de Estágio Supervisionado não possibilitará ao aluno a revisão de provas/estágio (atividades desenvolvidas durante o semestre letivo), dada às especificidades dessa disciplina.

O aluno considerado INAPTO tem o direito de ser examinado por uma banca julgadora, formada pelo Professor da disciplina de Estágio Supervisionado, Coordenador do Curso de Administração e um Professor da unidade (específico das disciplinas de administração) escolhido pelo aluno.

2.14.6 Obrigações do aluno:

O aluno matriculado na disciplina de Estágio Supervisionado deverá estar ciente das normas e observá-las conforme a orientação do professor tendo como incumbência o seguinte:

- a) Realizar as atividades previstas no regulamento de Estágio Supervisionado;
- b) Elaborar os relatórios solicitados;
- c) Manter em dia o material comprobatório das atividades desenvolvidas, segundo cronograma apresentado pelo professor supervisor;
- d) Comparecer na IES para a prática em dias e horas marcados;

- e) Observar a ética profissional, principalmente no que concerne à divulgação de dados observados ou informações fornecidas pelos estabelecimentos empresariais;
- f) Discutir com o professor e monitores as dificuldades surgidas no decorrer do desenvolvimento do trabalho;
- g) Cumprir rigorosamente todas as atividades propostas pelo professor e o monitor.

2.15 Estágio Curricular Supervisionado

O presente Regulamento tem por finalidade normatizar as atividades relacionadas com Estágio Supervisionado do Curso de Administração da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP e estabelecer meios operacionais para seu acompanhamento e controle.

O estágio, requisito legal para a obtenção do grau de Bacharel em Administração, constitui, dentro das atividades curriculares, uma atividade obrigatória para o exercício da prática profissional supervisionada.

Entende-se por Estágio o período de desenvolvimento de habilidades profissionais supervisionadas no qual o aluno agrega capacidade para o exercício da profissão.

No Estágio, as atividades de aprendizagem profissional são desenvolvidas com a participação do estudante em situações reais, realizadas na própria instituição de ensino e/ou na comunidade em geral, com pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob a coordenação da Instituição de Ensino Superior – IES.

Este Regulamento que rege as atividades do Estágio Supervisionado em Administração da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, e está de acordo com a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, bem como as Diretrizes Curriculares fixadas pela Resolução Nº 5, de 14 de outubro de 2021, tem por finalidade oferecer ao aluno uma oportunidade de desenvolver experiências práticas e científicas no campo da Administração, a fim de melhor prepará-lo para o exercício da profissão, aprimorando a sua capacidade criativa e a sua análise crítica.

O Estágio Curricular Supervisionado faz parte da formação acadêmica, tomando por base a noção entre o pensar e o agir, capaz de conduzir ao entendimento

desta atividade como momento privilegiado do processo ensino-aprendizagem e como um importante instrumento de integração entre teoria, prática e formação profissional.

As atividades práticas de estágio são obrigatórias e devem proporcionar ao estudante a participação em situações reais de vida e de trabalho, na profissão da área do seu curso.

O Estágio Curricular Supervisionado está disciplinado em regulamento próprio conforme segue:

a) REGULAMENTO GERAL DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

CAPÍTULO I

Das Disposições Legais

Art. 1º - O estágio deve propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem e ser planejado, executado, acompanhado e avaliado em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de se constituírem em instrumento de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.

Art. 2º - O estágio curricular, como procedimento didático-pedagógico, é atividade de competência da instituição de ensino. Para caracterização e definição do estágio curricular é necessária, entre a instituição de ensino e as pessoas jurídicas de direito público e privado, a existência de instrumento jurídico, periodicamente reexaminado, onde estarão acordadas todas as condições para a realização das atividades. A instituição poderá recorrer aos serviços de agentes de integração, públicos e privados entre os sistemas de ensino e os setores de produção, serviços, comunidade e governo, mediante condições acordadas em instrumento jurídico adequado.

CAPÍTULO II

Da Definição e Finalidades do Estágio Supervisionado

Art. 3º - O Estágio Supervisionado define-se como um processo de aprendizagem profissional que:

- I. Integra o conhecimento adquirido pelo aluno em sala de aula à prática profissional, e estimula o reconhecimento de habilidades e competências adquiridas em situações reais de vida e trabalho;
- II. Propicia ao aluno a aquisição de experiência profissional específica visando sua inserção eficaz no mercado de trabalho;
- III. É desenvolvido fora da sala de aula;
- IV. Está em sintonia com o projeto pedagógico do curso, com os objetivos da instituição e com o perfil profissional desejado.

Art. 4º - O Estágio Supervisionado tem como finalidade instrumentalizar o aluno para a iniciação profissional, enfatizando o caráter técnico, social, cultural e atitudinal da profissão, preferencialmente através da sua inserção direta no mercado de trabalho.

CAPÍTULO III

Do Local de Realização do Estágio Supervisionado

Art. 5º - O Estágio Supervisionado será realizado junto à comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas públicas e/ou privadas, compatíveis com o futuro exercício profissional do aluno e mediante a existência de instrumento jurídico firmado entre a Faculdade e as instituições concedentes, sob responsabilidade e coordenação da primeira.

§ 1º - Serão priorizadas as instituições que:

- a) Oferecem seguro de acidentes pessoais em favor dos estagiários;
- b) Oferecem condições para a realização do estágio de modo que não comprometa o rendimento do aluno no curso.

§ 2º - Caso a Unidade Concedente não disponha de Seguro de Acidentes Pessoais em favor dos estagiários, fica a critério da Faculdade a decisão de contratá-lo, de acordo com a legislação em vigor.

§ 3º - A realização do Estágio Supervisionado em instituições em que os alunos apresentam vínculo empregatício ou das quais são sócios ou proprietários é possível, desde que seja firmado convênio entre estas e a Faculdade. Nestes casos, os alunos devem dedicar carga horária específica para as atividades de estágio, as quais serão orientadas e acompanhadas pela Faculdade.

CAPÍTULO IV

Da Obrigatoriedade do Estágio Supervisionado

Art. 6º - O estágio curricular é obrigatório, importante e necessário para a complementação do processo ensino-aprendizagem.

Parágrafo único. Não haverá, a qualquer título ou pretexto, dispensa de estágio curricular, pelo seu caráter de componente obrigatório para a integralização do curso e com o qual mantém absoluta e peculiar adequação.

CAPÍTULO V

Dos Objetivos do Estágio Supervisionado

Art. 7º - O Estágio Supervisionado tem por objetivos:

- I. Proporcionar ao aluno a oportunidade de aplicar seus conhecimentos acadêmicos em situações de prática profissional efetiva, criando a possibilidade de exercitar suas habilidades;
- II. Proporcionar ao aluno a oportunidade de integrar-se ao campo profissional, ampliando sua formação teórica, prática e interdisciplinar;
- III. Proporcionar ao aluno a oportunidade de participar de atividades extraclasse nas quais possa aprimorar a sua capacitação profissional;
- IV. Favorecer o desenvolvimento de competências e habilidades, como cidadão e profissional consciente;
- V. Possibilitar a atuação profissional do aluno e a reflexão sobre a mesma, permitindo-lhe construir e repensar suas práxis numa experiência significativa;
- VI. Buscar a integração das instituições de ensino às organizações profissionais, sociais e culturais ligadas à área de formação do corpo discente;
- VII. Possibilitar a aproximação dos conhecimentos acadêmicos às práticas pedagógicas.

CAPÍTULO VI

Da Supervisão de Estágio

Art. 8º - A Supervisão de Estágio tem por atribuição estabelecer as diretrizes e orientações para desenvolvimento e avaliação do Estágio Curricular no Curso de Graduação, bem como deliberar sobre questões concernentes ao mesmo. A Supervisão é constituída por:

- I. Supervisor de Estágio, que é o próprio Coordenador do Curso, supervisor nato de toda atividade de estágio no âmbito de sua Coordenação;
- II. Encarregado do Núcleo de Prática Profissional (quando constituído), que é responsável pela Coordenação de Estágio. Deve pertencer ao quadro de docentes da Faculdade e ser profissional experiente na área do curso;
- III. Professor Orientador de Estágio, que deve pertencer ao quadro de docentes da Instituição.

CAPÍTULO VII

Duração do Estágio Supervisionado

Art. 9º - O semestre a se iniciar o Estágio Supervisionado é previsto no currículo do respectivo Curso de Graduação.

Art. 10 - Para iniciar o Estágio Supervisionado, o aluno deverá fazer um requerimento endereçado à Secretaria Geral, acompanhado de cópia dos seguintes documentos:

- I. Ficha de inscrição;
- II. Plano Inicial de Estágio, constando as atividades que pretende desenvolver na Instituição Concedente.

Art. 11 - O Estágio Supervisionado se inicia a partir do momento em que a Supervisão de Estágio der o parecer favorável ao aluno.

Art. 12 - Cada estágio deverá realizar-se durante o período de, no mínimo, um semestre acadêmico, em conformidade com o currículo do respectivo Curso de Graduação.

Art. 13 - A duração do estágio supervisionado é definida na estrutura curricular de cada curso, atendendo a carga horária mínima exigida pelas diretrizes curriculares editadas pelo MEC.

Parágrafo único - É obrigatória a integralização da carga horária total do Estágio Supervisionado, como consta no currículo pleno do Curso, na qual são incluídas as horas destinadas ao planejamento, prática profissional orientada, avaliação de atividades e planos de estágio, fracionada em jornadas compatíveis com os horários de aula.

CAPÍTULO VIII

Da Avaliação do Estágio Supervisionado

Art.14 - A avaliação será feita através de relatórios de atividades e supervisão do Orientador de Estágio, atribuindo-se notas a estes instrumentos, de acordo com os critérios de avaliação de aprendizagem da Instituição.

§ 1º - Ao final do processo, cabe ao Orientador de Estágio, a menção de Suficiente ou Insuficiente.

§ 2º - Se considerado insuficiente, sujeitar-se-á o aluno à repetição do estágio ou de parte dele, a critério da Supervisão de Estágio.

CAPÍTULO IX

Das Atribuições, Responsabilidades e Competências do Coordenador de Estágio.

Art. 15 - Compete ao Coordenador de Estágio:

- I. Interceder junto ao Colegiado de Curso quanto à definição dos campos de atuação e dos Orientadores de Estágio;
- II. Elaborar o Plano de Estágio com a Coordenação do Curso;
- III. Executar a política de estágio em consonância com a Coordenação do Curso e a Diretoria Acadêmica;
- IV. Estabelecer contato e visitas às instituições conveniadas com vistas a selecionar aquelas que atendem às condições estabelecidas neste Regulamento;
- V. Captar convênios, estabelecendo um sistema de parceria com instituições de ensino e entidades de direito privado, através de credenciamentos periódicos;
- VI. Encaminhar termos para convênios com empresas concedentes;
- VII. Manter arquivo atualizado de oportunidades de estágio;

- VIII. Organizar planilha de reserva para estágio futuro de alunos;
- IX. Atuar na vinculação do estagiário com o campo de estágio, encaminhando-o através de carta de apresentação, constando o semestre que está cursando, endereço e experiências anteriores relacionadas à área de estágio (curriculares e extracurriculares);
- X. Fazer o acompanhamento do desenvolvimento do estágio, através da análise de relatórios apresentados pelos alunos e pelos professores orientadores de estágio;
- XI. Promover reunião com alunos orientandos e professores orientadores quando se fizer necessário;
- XII. Assinar com os Orientadores de Estágio o mapa de resultados dos alunos;
- XIII. Promover atividades de integração da Instituição com os campos de estágio (workshops, palestras, etc.)

CAPÍTULO X

Das Atribuições do Orientador de Estágio

Art. 16 - O professor responsável pela Orientação do Estágio deverá ter formação acadêmica na área específica do estágio, sendo que a ele compete:

- I. Orientar, acompanhar e avaliar os alunos no exercício da prática profissional, interagindo com a Instituição Concedente para acompanhamento do estagiário;
- II. Anotar no diário de classe e publicar os resultados da avaliação de desempenho dos alunos estagiários na ficha dos mesmos na Secretaria Geral;
- III. Orientar os alunos nas questões relacionadas à metodologia, procedimentos, referências bibliográficas, forma e conteúdo do Plano de Estágio definitivo e dos relatórios de estágio;
- IV. Ter horário fixo de atendimento ao aluno de, pelo menos, uma a duas horas por semana.

CAPÍTULO XI

Dos Deveres e Competências do Estagiário

Art. 17 - Compete aos alunos inscritos no Estágio Supervisionado:

- I. Conhecer a legislação específica do Estágio Supervisionado;
- II. Comparecer ao local do estágio nos dias e horários pré-estabelecidos;
- III. Respeitar os prazos e as datas de entrega dos relatórios para o Orientador de Estágio;
- IV. Participar dos encontros semanais com o Orientador de Estágio no dia e horário previamente definidos, para que o mesmo possa desenvolver as atividades de planejamento, acompanhamento e avaliação do processo de estágio.

CAPÍTULO XII

Do Afastamento, Interrupção e/ou Desligamento

Art. 18 - O aluno estagiário poderá solicitar afastamento ou interrupção do estágio nos seguintes casos:

- I. Comprometimento da saúde física e/ou mental devidamente comprovado por relatório médico;
- II. Licença maternidade, paternidade e casamento.

Art. 19 - O aluno estagiário poderá ser desligado do estágio, pela Comissão de Supervisão de Estágio e/ou pela Instituição Concedente, por:

- I. Indisciplina;
- II. Baixo desempenho, desinteresse, incompatibilidades.

CAPÍTULO XII

Da Conclusão do Estágio Supervisionado

Art. 20 - O aluno concluirá o Estágio Supervisionado após parecer de aprovação emitido pelo Orientador de Estágio, observando-se o aproveitamento mínimo na forma regimental.

Art. 21 - O aluno só poderá colar grau e receber o diploma se for aprovado no Estágio Supervisionado.

CAPÍTULO XIII

Disposições Finais

Art. 22 - Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação Geral e/ou Colegiado de Curso, cabendo recuso ao Conselho Superior da Instituição de Ensino.

Art. 23 - Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Superior da Instituição de Ensino.

2.16 Atividades Complementares

No âmbito das Atividades Complementares são desenvolvidas as seguintes atividade extra curriculares: leitura orientada e supervisionada, participação em eventos na área de Administração, tais como: jornada e semana acadêmica, congresso, seminários, simpósios, outras atividades acadêmicas como teatros, cinema, feiras e viagens culturais, visitas a museus, comunidade, parques culturais e temáticos e, cursos de Extensão dentre outra atividades que possibilitam ao aluno aprofundar seus estudos numa área específica de seu interesse além de propiciar sua iniciação no universo de produção de divulgação do conhecimento através da pesquisa acadêmica, sendo mais um dos meios de articulação entre teoria e prática da sua formação. Todas as atividades são desenvolvidas em horário diferenciado do funcionamento do curso, diretamente relacionadas às disciplinas do semestre em curso.

A realização dessas atividades é organizada pela coordenação e professores, a escolha destas atividades estará diretamente ligada ao curso. A carga horária das atividades é de 140 horas no total do curso. Ao final de cada semestre o aluno entregará a coordenação do curso um relatório das atividades, devidamente documentado com recibos de inscrição que comprove a participação do aluno na atividade e com certificados que comprovem a carga horária.

As atividades complementares são desenvolvidas em três níveis: como instrumento de integração e conhecimento do aluno da realidade social, econômica e do trabalho de sua área/curso; como instrumento de iniciação científica e ao ensino; e como instrumento de iniciação profissional.

A responsabilidade pela normatização das atividades complementares é de competência do colegiado de curso, em coerência com as diretrizes estabelecidas

pela Faculdade Impacto de Porangatu – FIP e com as do MEC. As atividades complementares são computadas no sistema de horas, para efeito de integralização do total previsto para o curso.

As atividades complementares e as modalidades admitidas são divulgadas pela direção e coordenação do curso, a fim de permitir a sua livre escolha pelo aluno. As Atividades Complementares são componentes curriculares obrigatórios que possibilitam o reconhecimento, por intermédio de avaliação do Colegiado de Curso e das Coordenação, das habilidades, conhecimentos e competências do aluno, compreendidas, inclusive, aquelas adquiridas fora do âmbito da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, incluindo cursos, estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, e interdisciplinares, especialmente no tocante às relações profissionais, nas ações de iniciação científica e de ensino que associam teoria e prática e nas ações de extensão desenvolvidas juntamente à comunidade.

Elas têm como principal objetivo estimular a participação dos alunos em experiências diversificadas que possam contribuir para a sua formação profissional, cuja realização é indispensável à colação de grau.

2.16.1 Cumprimento das Atividades Complementares

Para atender o cumprimento das 140 (cento e quarenta) horas de atividades complementares, a Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, aproveitará atividades realizadas pelo aluno, vinculadas à sua formação, visando a complementação dos conteúdos ministrados e/ou à atualização permanente dos alunos acerca de temas emergentes ligados a Administração.

É considerado pela faculdade como atividades complementares à realização de projetos de extensão; viagens de estudo; palestras; seminários ou fóruns; módulos temáticos etc.

As atividades complementares não substituem o ensino presencial, principalmente em relação aos conteúdos profissionalizantes. O aluno deverá necessariamente optar no mínimo, por três diferentes espécies de atividades complementares.

A Coordenação do Curso, em conjunto com o docente encarregado de coordenar as atividades complementares, poderão estabelecer um cronograma próprio para a

realização das atividades de um determinado período, estipulando datas de realização e reorientando-as de acordo com as necessidades teóricas-práticas.

O acadêmico deverá requerer a averbação das atividades complementares, através da entrega do relatório ou comprovante apropriado, devidamente preenchido, junto ao docente responsável pelas atividades complementares, que se encarregará de arquivar a documentação junto à Secretaria Geral, para que esta proceda ao devido registro, inclusive no Histórico Escolar do aluno.

a) REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES OBRIGATÓRIAS NO CURSO DE BACHAREL EM ADMINISTRAÇÃO

Art. 1º As Atividades Complementares previstas nos Cursos de Graduação da Faculdade são obrigatórias e categorizam-se em três grupos:

- I Grupo 1 - Atividades de Ensino;
- II Grupo 2 - Atividades de Extensão;
- III Grupo 3 - Atividades de Pesquisa.

Parágrafo único. Os alunos, obrigatoriamente, deverão distribuir a carga horária das atividades complementares em, pelo menos, dois dos grupos acima indicados.

Art. 2º As Atividades Complementares terão carga horária global prevista nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da Instituição, devendo ser cumpridas durante sua integralização.

Art. 3º As Atividades de Ensino, que podem englobar até 50 % das horas previstas, com direito a registro no histórico escolar, compõem-se de:

- a) Disciplinas e/ou cursos oferecidos pela própria Faculdade, mas não previstas no Currículo Pleno do Curso;
- b) Cursos e/ou disciplinas realizados em outras instituições, desde que com anuência prévia da Coordenação do Curso;
- c) Monitoria em disciplina vinculada a área do respectivo Curso.

Art. 4º As Atividades de Extensão, que podem englobar até 50 % das horas previstas, com direito a registro no histórico escolar, dividem-se em:

- a) Participação em seminários, palestras, congressos, conferências, encontros, cursos de atualização e similares;
- b) Estágios extracurriculares;
- c) Participação em ações de extensão patrocinada pela Instituição de Ensino;
- d) Participações em audiências, limitados a 20 h.

Art. 5º As Atividades de Pesquisa, que podem englobar até 50 % das horas previstas, com direito a registro no histórico escolar, incluem:

- a) Iniciação científica;
- b) Trabalhos publicados em periódicos, com tema vinculado à área do Curso, até 40 horas para cada um.

Art. 6º As Atividades Complementares são supervisionadas pela Coordenação do Curso ou por órgão especialmente criado pela faculdade, ao qual caberá:

- a) Estabelecer e divulgar, com a anuência do Colegiado do Curso, o Plano de Atividades Complementares a ser desenvolvido anualmente pela Faculdade;
- b) Exigir certificado de frequência e participação, notas obtidas, carga horária cumprida, relatórios de desempenho e outros documentos vinculados às referidas atividades;
- c) Analisar o documento apresentado pelo aluno para comprovar a realização de cada Atividade Complementar e, se considerá-lo suficiente, rubricá-lo e encaminhá-lo à Secretaria Geral para registro na Ficha do Aluno.

§ 1º Os documentos comprobatórios das atividades Complementares depois de rubricados pelo Coordenador e encaminhados para registro na Ficha do Aluno, permanecerão em sua Pasta para posterior expedição de Diploma.

§ 2º A Coordenação abrirá prazo de um mês ao final de cada semestre letivo, para recebimento das solicitações de aproveitamento das Atividades Complementares, devendo publicar sua decisão na primeira semana do semestre subsequente.

Art. 7º Os casos omissos, assim como os recursos interpostos, são apreciados pelo Colegiado do Curso, cabendo recurso ao Conselho Superior da Faculdade.

2.17 Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso de Administração é uma experiência para os nossos alunos na direção de sistematização de dados empresariais, relacionando-os com os aspectos da aprendizagem de práticas administrativas em consonância com as práticas de estágio, que vem se desenvolvendo desde o primeiro semestre do curso. Nesse sentido, o aluno inicia com o levantamento de dados, problemática, a elaboração de um Projeto, com detalhamento das fases de execução do mesmo, a viabilidade do que se pretende fazer, o cronograma das atividades, além de um levantamento bibliográfico do tema e os objetivos. Esse trabalho poderá estar relacionando com o estágio e com disciplina de metodologia.

O professor-orientador desses trabalhos deverá estar constantemente disponível para sanar as dúvidas e dificuldades do aluno que se inicia na pesquisa, sendo um ponto de apoio para o discente que terminará o seu curso de Administração com um texto que significará sua iniciação na produção do conhecimento educacional, possibilitando uma reflexão crítica do conhecimento sistematizado.

A atividade de iniciação científica é parte integrante e fundamental da formação do profissional que se dedica a qualquer área do conhecimento, pois a sociedade contemporânea requer profissionais com conhecimento de métodos científicos que auxiliem na produção de novos saberes e busquem as resoluções de problemas, razão pela qual o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), quando obrigatório, de acordo com a legislação vigente, na Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, tem como objetivo principal trazer respostas para questões que existem em relação às práticas oriundas no campo do saber.

O TCC terá sua estrutura composta por elementos obrigatórios e visa o estudo de um tema delimitado, objetivando o aprofundamento do conhecimento, como importante contribuição para o segmento em que se insere.

O TCC tem como objetivos: Propiciar aos alunos do curso de Administração, a ocasião de demonstrar o nível de habilitação adquirido. Incentivar a produção científica, a consulta de bibliografia especializada e o aprimoramento da capacidade de interpretação e crítica das diversas ciências e de sua aplicação.

Desenvolver a capacidade de aplicação dos conhecimentos filosóficos, científicos e tecnológicos adquiridos durante o curso, por meio da investigação

científica. Desenvolver a capacidade de planejamento para identificar, analisar e implementar abordagens e soluções para problemas sociais, naturais e/ou tecnológicos.

Garantir a abordagem científica de temas relacionados à prática profissional, inserida na dinâmica da realidade local, regional e nacional. Promover o desenvolvimento de projetos de extensão junto à sociedade, tendo em vista a busca de soluções para problemas identificados.

Qualificar o corpo docente dos cursos, através das orientações temáticas e do trato com a metodologia do trabalho científico. Subsidiar o processo de ensino, contribuindo para a realimentação dos conteúdos programáticos das disciplinas integrantes do currículo do curso.

a) REGULAMENTO DO TCC

Disposições Preliminares

Art. 1º. Este regulamento disciplina o processo de elaboração, apresentação e julgamento de artigos, como Trabalho de Graduação, incluindo a escolha do tema e a consequente orientação docente.

Art. 2º. O Trabalho de Graduação consiste em uma pesquisa individual, orientada por docente da Faculdade e relatada sob a forma de artigo, abrangendo qualquer ramo do conhecimento, tratado no curso em pauta.

Art. 3º. Os objetivos gerais do Trabalho de Graduação devem propiciar aos acadêmicos a ocasião de demonstrar o grau de habilitação adquirido, o aprofundamento temático, o estímulo à produção científica, à consulta de bibliografia especializada e o aprimoramento da capacidade de interpretação e crítica.

Das Atribuições dos Órgãos Envolvidos

Art. 4º. Compete ao Colegiado do Curso:

- I. Analisar, em grau de recurso, as decisões dos professores-orientadores;

- II. Deliberar, em instância administrativa inicial, os recursos das avaliações dos professores orientadores e das bancas examinadoras;
- III. Deliberar, em primeira instância, sobre todas as decisões e medidas necessárias ao efetivo cumprimento destas normas e do processo de desenvolvimento do Trabalho de Graduação;
- IV. Deliberar sobre as alterações deste regulamento, para decisão final do Colegiado;
- V. Deliberar sobre os casos omissos, neste regulamento, e interpretar seus dispositivos;
- VI. Indicar à Coordenação do Curso, os nomes dos professores/profissionais para integrarem as bancas examinadoras, no início de cada semestre letivo.

Art. 5º. Compete ao Coordenador do Curso:

- I. Tomar as decisões administrativas necessárias ao desenvolvimento do processo do Trabalho de Graduação;
- II. Designar os integrantes das bancas examinadoras, na época prevista no calendário acadêmico;
- III. designar os professores-orientadores, no início de cada semestre letivo, para atuarem no processo de elaboração, execução, acompanhamento e julgamento do Trabalho de Graduação;
- IV. Sugerir medidas que visem ao aprimoramento das atividades do Trabalho de Graduação;
- V. Convocar e dirigir reuniões com os professores-orientadores, com vistas à melhoria do processo do Trabalho de Graduação.

Art. 6º. Cabe ao professor-orientador:

- I. Orientar os acadêmicos na escolha do tema e na elaboração e execução do Trabalho de Graduação, sob a forma de artigo, segundo calendário semestral e jornada semanal de atividades, aprovados pelo Colegiado do Curso;
- II. Sugerir ao Colegiado do Curso normas ou instruções destinadas a aprimorarem o processo do Trabalho de Graduação;
- III. Participar de reuniões, convocadas pelo Coordenador do Curso, para análise do processo do Trabalho de Graduação, assim como da avaliação dos acadêmicos e do processo abrangente de formação;

- IV. Emitir relatórios periódicos, parciais e finais, sobre o desempenho e a avaliação dos acadêmicos, com vistas ao Trabalho de Graduação;
- V. Marcar dia, hora e local da realização do Trabalho de Graduação, mediante a apresentação de artigo, perante banca examinadora;
- VI. Emitir parecer sobre a matrícula de alunos na atividade TCC, após análise do projeto de artigo.

Dos Alunos

Art. 7º. Os alunos do curso serão submetidos ao processo de orientação, para efeito de escolha do tema e elaboração da artigo, a partir da matrícula no Trabalho de Graduação.

Art. 8º. O aluno, matriculado no Trabalho de Graduação, tem, entre outros, os seguintes deveres específicos:

- I. Frequentar as reuniões convocadas pelo Coordenador de Curso ou pelo seu professor-orientador;
- II. Manter contatos quinzenais com o seu professor-orientador, para discussão do trabalho acadêmico em desenvolvimento;
- III. Cumprir o calendário divulgado pela Coordenação do Curso, para entrega de projetos, relatórios parciais ou artigos;
- IV. Elaborar a versão final de seu artigo, obedecendo as normas e instruções deste regulamento e outras, aprovadas pelos órgãos colegiados e executivos da Faculdade;
- V. Comparecer em dia, hora e local determinados pela Coordenação do Curso para apresentar e defender a versão final de sua artigo, perante banca examinadora.

Do Trabalho de Graduação

Art. 9º. O processo do Trabalho de Graduação compreende etapas sucessivas, a serem desenvolvidas nos últimos semestres letivos do curso, dependendo do previsto na grade curricular de cada um deles.

Parágrafo único. São etapas do Trabalho de Graduação:

- I Escolha do tema, pelo aluno, sob a orientação docente;
- II Elaboração do projeto de artigo;
- III Deliberação sobre o projeto de artigo;
- IV Pesquisa bibliográfica e de campo sobre o tema escolhido;
- V Relatórios parciais e relatório final;
- VI Elaboração da versão preliminar da artigo, para discussão e análise com o professor-orientador;
- VII Elaboração do texto final da artigo;
- VIII Apresentação da artigo, em cinco vias, para julgamento de banca examinadora, com a presença do autor do Trabalho de Graduação.

Art. 10. A estrutura formal da artigo deve seguir os critérios estabelecidos nas normas da ABNT sobre o assunto, podendo haver alterações, que devem ser aprovadas pelo professor-orientador.

Art. 11. O projeto de artigo deve ser entregue ao professor-orientador, em duas vias, firmadas pelo autor.

Parágrafo único. O aluno pode entregar uma cópia em disquete, com as informações técnicas para a abertura e impressão do arquivo correspondente.

Art. 12. Cabe ao professor-orientador a avaliação do projeto de artigo.

§ 1º. Quando o projeto for aprovado, o aluno pode dar início ao seu Trabalho de Graduação; caso seja rejeitado, o aluno terá prazo máximo de sete dias letivos para reformulação e reapresentação do projeto.

§ 2º. Caso o projeto reformulado não seja aceito, a Coordenação do Curso deliberará sobre os procedimentos cabíveis, oferecendo-se ao aluno, sempre, oportunidade de recuperação de estudos, para prosseguimento do curso.

§ 3º. O projeto aprovado é entregue ao professor-orientador, para acompanhamento e avaliação do processo de elaboração e apresentação da artigo, sendo arquivada outra via no registro acadêmico do aluno.

Art. 13. A mudança de tema do projeto de artigo somente pode ocorrer com a aprovação do Colegiado do Curso, a partir de proposta do aluno ou do professor-orientador, com parecer conclusivo deste.

Art. 14. Os relatórios parciais e finais devem ser concisos, objetivos e relataram sucintamente os procedimentos obedecidos, as fases vencidas e os pontos positivos e/ou negativos ocorridos, no período.

§ 1º. Cabe ao professor-orientador a avaliação dos relatórios parciais e finais, podendo haver recurso, em primeira instância, para o Colegiado do Curso, em instância final, para o colegiado superior.

§ 2º. Quando o professor-orientador emitir relatório negativo, deve ser oferecida, ao aluno, oportunidade de correção das falhas, cabendo ao professor-orientador proporcionar todos os meios ao seu alcance para que o estudante possa concluir, com êxito, suas tarefas relativas ao Trabalho de Graduação.

Da Banca Examinadora

Art.15. Após a aprovação da artigo, pelo professor-orientador, a Coordenação do Curso marcará data, hora e local para sua defesa, perante banca examinadora.

Art. 16. A banca examinadora será constituída por três membros, designados pela Coordenação do Curso, dentre professores habilitados para essa tarefa, do quadro docente da Faculdade ou de outras IES.

Parágrafo único. A Coordenação do Curso designará secretário para as sessões das bancas examinadoras.

Art. 17. Os membros das bancas examinadoras, a contar da data de sua designação, têm o prazo de, até, trinta dias para procederem a leitura e análise das artigos que irão julgar.

Art. 18. Na defesa de sua artigo, o aluno poderá dispor de, até, quarenta minutos.

§ 1º. Cada membro da banca dispõe de quinze minutos para fazer sua arguição e comentários.

§ 2º. O aluno poderá usar mais dez minutos, após a arguição de todos os membros da banca, para responder questões não esclarecidas.

Art. 19. Os membros da banca examinadora devem atribuir conceitos, a cada artigo, de acordo com os seguintes valores:

- I. Para aprovação da artigo, que abrange notas iguais ou superiores a sete, conceito “S” “Satisfatório”;
- II. Quando a artigo não merecer a aprovação da banca, correspondendo a notas inferiores a sete, conceito “I “ Insuficiente”.

Parágrafo único. Será considerada aprovada a artigo que obtiver dois conceitos “S”.

Art. 20. A banca examinadora, no seu julgamento, deve levar em consideração o conteúdo do texto escrito, a exposição oral e a defesa do aluno, durante a arguição e os esclarecimentos finais.

Art. 21. A banca examinadora, por maioria, pode sugerir ao aluno a reformulação integral ou parcial do artigo, em qualquer fase do processo, adiando seu julgamento para a análise do texto reformulado.

Parágrafo único. O aluno poderá utilizar no máximo trinta dias letivos para a reformulação de sua artigo.

Art. 22. A avaliação final da banca examinadora deve ser registrada em documento próprio, com a assinatura de todos os membros da banca.

Disposições Gerais

Art. 23. O aluno que não entregar o artigo ou que não se apresentar para a sua defesa oral, sem motivo justificado, a critério do Colegiado de Curso, será automaticamente reprovado, podendo apresentar nova artigo, somente no semestre letivo seguinte, de acordo com o calendário aprovado.

Parágrafo único. O Colegiado do Curso fixará normas para o caso previsto neste artigo.

Art. 24. Os casos omissos e as interpretações deste regulamento devem ser resolvidos pelo Colegiado do Curso, com recurso, em instância final, para o Colegiado Superior da Faculdade.

Art. 25. Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado Superior da Faculdade.

2.18 Ações decorrentes do processo de avaliação do curso

2.18.1 Avaliações Externas

No que se refere às avaliações externas realizadas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) existem duas formas de avaliação a considerar o Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE) e o Conceito de Cursos (CC).

2.18.2 Autoavaliação

O Processo de autoavaliação estabelecido pelo PPC é organizado considerando os princípios estabelecidos e as categorias indicadas no documento “Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância. A Faculdade Impacto de Porangatu – FIP possui a Comissão Permanente de Avaliação (CPA) e uma coordenação específica para a condução dos trabalhos.

O processo de avaliação institucional realizado pela IES é semestral, sendo que no primeiro semestre letivo é desenvolvido o processo de auto avaliação dos cursos, por meio do qual se busca investigar e determinar a qualidade de gestão do Coordenador de Curso, sua integração com a equipe de trabalho e condições de infraestrutura dos cursos e da IES por meio da aplicação de questionário ao corpo discente, docente e técnico administrativo.

No segundo semestre tem-se a continuação do processo de Avaliação Institucional, mais abrangente, em conformidade com as diretrizes e dimensões fundamentadas na Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, regulação e acompanhamento das atividades da Comissão por meio da emissão de relatórios com periodicidade anual, inseridos no sistema e-MEC.

A Metodologia do Processo de Avaliação Institucional na Faculdade Impacto de Porangatu – FIP tem início com a Campanha de Sensibilização, que estimula os corpos docente, discente e técnico-administrativo, a partir da construção da credibilidade da mudança e do comprometimento de todos com a Instituição. Em seguida, as informações são coletadas por meio de formulários elaborados pela CPA

e inseridos no sistema acadêmico para que possam ser respondidos de acordo com o sistema e registro acadêmico.

Após o período de aplicação dos formulários, todos os dados são coletados pela própria CPA, de modo isolado e sigiloso, objetivando garantir a fidedignidade do processo.

Posteriormente, são elaborados relatórios que, em momento específico, obedecendo às formalidades legais, são entregues à Diretoria da IES e aos gestores de cursos, além da Diretoria Administrativa, em se tratando de corpo técnico-administrativo.

Os resultados são consolidados em formas de gráficos e por meio de reuniões, é feita a apreciação e discussão a respeito dos mesmos, tomando-se como base os relatórios da autoavaliação interna. Nesta ocasião, são estudados os mecanismos para o saneamento das deficiências apontadas através de reuniões sistemáticas e periódicas junto ao NDE e Colegiado em conjunto com a Direção e CPA, o que gera a constituição de outro documento chamado de “Plano de Melhorias”, cujo objetivo é o acompanhamento das ações que podem ser executadas à curto, à médio ou à longo prazo.

O Plano de melhorias é usado como forma de proporcionar à contínua melhoria do curso, através das análises dos resultados obtidos.

Como parâmetro adota-se, os relatórios da avaliação de autorização e reconhecimento dos cursos, objetivando observar a evolução das ações desenvolvidas e a redução dos pontos avaliados como negativos, bem como a perceber se a instituição está caminhando em direção coesa à redução de suas carências.

Isso em razão dos formulários identificar a qualidade e entrega dos planos de ensino, o grau de exigência das avaliações, a articulação das disciplinas com outras (interdisciplinaridade), dentre outras informações que auxiliam na satisfação do resultado de exames, a exemplo do ENADE.

Posteriormente, a CPA, viabiliza, de modo democrático, a disseminação dos resultados por meio de cartazes ou informativos, anúncios estes que especificam os pontos fortes e fracos, e também informam, a exemplo dos fracos, quais já foram reparados e como a instituição está trabalhando para extinguir os que ainda não foram.

O processo de autoavaliação devidamente implantado por meio de uma oitava democrática (técnicos-administrativos, alunos e professores) com base no Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância permite a IES oferecer a si mesma, informações necessárias para desenvolver o PPC de acordo com as orientações do MEC garantindo um ensino e aprendizagem de qualidade.

2.18.3 Avaliação do Curso

O processo de avaliação do curso tem caráter educativo e pedagógico, deve motivar, constantemente, a melhoria da qualidade do curso por meio de ação democrática, fundada na participação e corresponsabilidade de todos.

A avaliação, como um processo formativo do curso, propiciará a identificação de desvios e correção de rumos, bem como a revisão e inovação de procedimentos direcionados a mudança de postura e à consolidação de uma cultura pedagógica mais adequada à missão do curso e da Faculdade.

Nesta perspectiva, a avaliação de curso na IES tem a finalidade de consolidar ações que garantam:

- Constante repensar do curso;
- Coerência das ações educativas com a missão da Faculdade;
- Coerência entre o proposto no Projeto de Curso e o vivenciado no cotidiano da sala de aula;
- Coerência entre o perfil profissional constante do projeto pedagógico e o desenvolvido pelo curso;
- Integração das diferentes ações de cada um dos cursos;
- Coerência dos planos de ensino e do projeto de curso;
- Corresponsabilidade de cada sujeito envolvido no processo educativo.

A avaliação de curso é realizada anualmente por todos os alunos matriculados e tem como objetivos:

- Buscar a constante qualidade das ações do curso;
- Provocar reflexões que redirecionem as ações e a superação ou minimização dos problemas levantados;
- Subsidiar as decisões acadêmico-administrativas no âmbito do curso;

- Aprofundar o conhecimento de aspectos detectados nas Avaliações Institucional anteriores;
- Colher subsídios complementares para a Avaliação Institucional

2.19 Tecnologia de Informação e Comunicação – TICs no Processo Ensino Aprendizagem

No curso de Administração da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP são adotadas tecnologias de informação e comunicação didático-pedagógicas que venham enriquecer e qualificar o processo de ensino-aprendizagem, principalmente o desenvolvimento dos conteúdos e atividades propostos pelo curso.

Todas as salas de aula possuem conexão à Internet, para que os professores possam enriquecer suas aulas, tornando-as mais agradáveis e interativas. Os professores dispõem de todos os recursos instrucionais necessários para utilizarem nas aulas. Além disso, está disponibilizada uma rede de internet sem fio (wifi) para os alunos acessarem em seus computadores em todos os ambientes da Instituição. Também há um laboratório equipado com computadores, com livre acesso à internet, colocados à disposição dos alunos. Esse ambiente, é distinto dos laboratórios didáticos de informática e tem por objetivo permitir que os alunos realizem consultas aos sites de sua preferência e realizem seus processamentos de forma a assegurar o cumprimento de suas atividades acadêmicas, permite que, quando for o caso, alunos portadores de necessidades especiais tenham computadores adaptados às suas limitações, com base nas orientações providas pelo Núcleo de Acessibilidade.

Por fim, a Instituição também está presente nas principais redes sociais, como *Facebook, Twitter e Instagram*, de forma a propiciar mais um canal de comunicação e veiculação de matérias sobre o mercado de trabalho e eventos na área do curso.

As principais tecnologias de informação e comunicação adotadas no curso de Administração são: *softwares* para disciplinas específicas do curso, a serem trabalhadas nos laboratórios didáticos especializados, bem como no Laboratório de Informática; criação de página do curso no site da IES e/ou em redes sociais, visando discutir questões didático-pedagógicas cotidianas do curso; utilização de recursos audiovisuais e multimídia em aulas teóricas e/ou práticas; outras tecnologias poderão

ser integradas durante o desenvolvimento do curso, desde que venham favorecer o processo de ensino-aprendizagem.

2.20 Procedimentos de Avaliação dos Processos de Ensino-Aprendizagem

O processo de Avaliação do Ensino Aprendizagem, previsto no Regimento Geral da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, estipula que deverá haver pelo menos uma avaliação escrita por disciplina por bimestre, ficando a cargo do professor estipular outras formas de avaliação, tais como, projetos, seminários, pesquisas bibliográficas, apresentação de relatórios etc., que julgar conveniente e acordadas com os discentes. A aprovação por semestre exige uma média mínima de 6,0 e frequência não inferior a 75%.

De acordo com o Regimento Interno o processo de avaliação é:

Art. 68 - O rendimento escolar do aluno é verificado por disciplina, em função de assiduidade e eficiência nos estudos, ambos eliminatórios por si mesmos.

Art. 69 - Entende-se por eficiência o grau de aplicação do aluno aos estudos, e sua verificação se faz por provas, testes, pesquisas atividades práticas, trabalhos individuais e/ou em grupo.

Art. 70 - O número de trabalhos escolares a serem realizados em cada disciplina e seus respectivos valores fica a critério do professor, devendo ser estabelecidos no plano de ensino, aprovados pelo NDE.

Art. 71 - Para a avaliação da eficiência nos estudos são distribuídos pontos cumulativos numa escala de 0 (zero) a 100 (cem).

Art. 72 - A aprovação nas disciplinas dar-se-á por média ou por exame final.

§ 1º- Considera-se para todos os efeitos, Média Parcial (MP) como a média aritmética de notas bimestrais (B-1 e B-2), como sendo resultante de no mínimo 02 (duas) avaliações por bimestre prevista no plano de cada disciplina.

§ 2º- Considerar-se-á aprovado por média, o aluno que tiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco) por cento e média parcial igual ou superior a 6,0 (seis), consideradas todas as avaliações previstas no plano de ensino da disciplina. Calcula-se a Média pela seguinte fórmula:

Exemplo: $B1 + B2 \text{ MP} = \text{ou } 6,0$

2

§ 3º. Ao final da disciplina, o aluno que não atingir a Média Parcial (MP) estabelecida no caput deste artigo, pode prestar exame final (EF), devendo obter, também, neste caso, uma Média Final (MF), resultante da média aritmética simples entre as notas obtidas na Média Parcial (MP) e o exame final (EF) para a disciplina, sendo considerado aprovado o aluno que obtiver Média Final (MF) igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero).

Exemplo: $MP + EF$ MF = ou 6,0
2

§ 4º. É considerado reprovado na disciplina o aluno que obtiver Média Parcial ($B1 + B2 = MP$) igual ou inferior a 1,9 (um vírgula nove) não podendo assim se submeter ao exame final (EF).

Exemplo: $B1 + B2$ MP = ou 2,0
2

§ 5º- O aluno com Média Parcial Inferior a 2,0 (dois) ou com frequência inferior a 75% (setenta e cinco) por cento, será considerado reprovado na disciplina e não tem direito a prestar exame final (EF).

Art. 73 - O aluno que por motivo de força maior ou de doença, devidamente comprovado, não possa comparecer a uma avaliação regular é facultada a 2ª (segunda) chamada, mediante requerimento, encaminhado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da realização da mesma.

Parágrafo único. Para os casos devidamente comprovados, uma única 2ª (segunda) chamada por prova e por disciplina no bimestre letivo, poderá ser requerida.

Art. 74 - São asseguradas ao professor, na verificação do rendimento escolar, liberdade de formulação de questões e autoridade de julgamento, cabendo recurso de suas decisões para o Colegiado de Curso.

Art. 75 - As notas bimestrais deverão ser publicadas pelos professores, em locais previamente comunicados aos alunos, em até 05 (cinco) dias úteis após a data da realização da avaliação.

Parágrafo único. O controle da divulgação dos resultados finais será efetuado pela Secretaria Acadêmica.

Art. 76 - É assegurado ao aluno o direito à revisão de provas, desde que esta seja requerida na Secretaria Acadêmica com a devida justificativa até, no máximo, 05 (cinco) dias úteis após a publicação do resultado.

§ 1º- A revisão de prova será efetuada por banca composta de pelo menos 02(dois) professores e o Coordenador do Curso.

§ 2º- Para efeito do que prevê o parágrafo anterior, a banca deverá ter disponível:

- I. a prova aplicada ao aluno com o respectivo gabarito;

II. os critérios de avaliação utilizados pelo professor responsável pela disciplina.

Art. 77 - Para um melhor desenvolvimento do plano de ensino das disciplinas e por iniciativa do professor, poderá ser desenvolvido, concomitante ao período letivo, estudos de recuperação de conteúdos e notas.

2.21 Número de vagas

O Curso de Administração oferta 100 vagas no turno noturno. Tal proposta toma como base a realidade local, pois é proporcional à necessidade da região a ser atendida pelo curso e está adequada à dimensão do corpo docente e às condições de infraestrutura física e tecnológica para o ensino e a extensão.

III. CORPO DOCENTE

A composição e funcionamento do colegiado de curso têm previsão regimental e regulamentação própria, as quais se comprovam através de documentos oficiais da Instituição.

As instâncias coletivas de deliberação e discussão de questões inerentes ao desenvolvimento e busca de excelência do curso contam com o Núcleo Docente Estruturante NDE, Colegiado de Curso e Conselho Superior, além de reuniões com todos os professores. Todas as reuniões são devidamente documentadas e repassadas ao grupo de professores do curso.

A Faculdade é administrada por órgãos Conselho Superior, Colegiado Geral, órgãos de apoio e outros serviços destinados a complementar as atividades da Faculdade, na forma de seu Regimento. Esses órgãos podem ser divididos de acordo com a sua missão, competências e atribuições regimentais.

Quadro I - Composição do Quadro docente do curso:

	Professor	Titulação	Regime de Trabalho	Formação
01	Alciano Paula P. Guimarães	Especialista	Parcial	Administração
02	Carolina Martins dos Santos	Doutora	Integral	Psicologia
03	Cláudio Prado Pereira Valle	Mestre	Integral	Engenharia Civil
04	Clodoaldo Valverde	Doutor/ PhD	Parcial	Pedagogia/ Engenharia/ Direito/ Física
05	Gean Pablo àzara Souza	Mestre	Parcial	Economia
06	José Gilmar Carvalho de Brito	Mestre	Integral	Ciências Contábeis
07	José Humberto da Silva	Mestre	Integral	Administração
08	Kellen Cristina de Carvalho	Mestre	Integral	Administração
09	Lizandro Poletto	Doutor/PhD	Integral	Administração/ Pedagogia/ Direito
10	Marcia Inês Florin Costa	Mestre	Parcial	Biologia/ Letras/ Matemática
11	Maria José da Cunha Pires Oliveira	Especialista	Parcial	Administração

12	Maria Raimunda Cardozo Pinto	Mestre	Integral	Administração
13	Rafael Lima da Costa	Especialista	Parcial	Pedagogia/ Geografia
14	Rodrigo Corrêa Pires	Mestre	Parcial	Direito
15	Roseli Vieira Pires	Doutora/PhD	Integral	Administração/ Ciências Contábeis/ Pedagogia
16	Sandra Rodrigues Sarno	Mestre	Parcial	Administração
17	Solange Silva Moreira	Especialista	Integral	Ciências Contábeis

3.1 Atuação do Núcleo Docente Estruturante - NDE

O Núcleo Docente Estruturante do Curso de Administração da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, atende em sua plenitude às atribuições acadêmicas decorrentes de sua criação e atuação. É composto por cinco docentes vinculados ao curso, com significativa atuação profissional e de magistério, possuindo amplo conhecimento da concepção da proposta pedagógica do curso.

O perfil do Núcleo Docente Estruturante do curso de Administração da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP é coerente com o PPC, bem como, detentor de visões empreendedoras, analítica, crítica e ética da área profissional direta ou indiretamente ligada à atividade do setor e à macro área de concentração profissional.

Os professores indicados para o NDE do curso de Administração são suficientes em número e reúnem competências associadas a todos os componentes da estrutura curricular. Sua dedicação é adequada à proposta do curso para garantir o bom nível de interação entre discentes e docentes. Os professores possuem qualificações adequadas às atividades que desenvolvem e para as quais foram recrutados, levando-se em consideração as características regionais da localidade do curso, bem como a concepção pedagógica proposta.

A competência global dos docentes, pertencentes ao NDE, pode ser inferida de fatores como qualificação acadêmica, experiência docente, habilidade para a comunicação, entusiasmo para o desenvolvimento de estratégias educacionais mais efetivas, participação em sociedades educacionais e técnico-científicas, exercício efetivo de atividades educacionais, em áreas compatíveis com as do ensino nos programas dos cursos.

O NDE do curso de Administração possui atribuições acadêmicas de acompanhamento e atuação na concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Administração da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP é o órgão consultivo responsável pela concepção, atualização e revitalização do Projeto Pedagógico do curso e tem por finalidade elaborar a política de ensino e extensão contemplados no PPC, e acompanhar a sua execução.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Administração da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP, é composto por 5 (cinco) docentes sendo, 4 (80%) em regime de tempo integral e 20% (1) em regime de tempo parcial. 100% dos docentes tem formação *stricto Sensu*.

Quadro II - Composição do NDE do curso:

	Professor	Titulação	Regime de Trabalho	Formação
01	José Humberto da Silva	Mestre	Integral	Administração
02	José Gilmar Carvalho de Brito	Mestre	Integral	Ciências Contábeis
03	Lizandro Poletto	Doutor/PhD	Integral	Administração/ Pedagogia/ Direito/ Letras/ Teologia...
04	Rodrigo Corrêa Pires	Mestre	Parcial	Direito
05	Roseli Vieira Pires	Doutora/PhD	Integral	Administração/ Ciências Contábeis/ Pedagogia

a) REGULAMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

O presente regulamento visa estabelecer a estrutura organizacional do Núcleo Docente Estruturante dos Cursos de Graduação da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, conforme a Resolução n^o 01 de 17 de junho de 2010 da Comissão Nacional de Avaliação.

CAPÍTULO I

DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos cursos da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP é o órgão executivo e consultivo responsável pela concepção, atualização e revitalização do Projeto Pedagógico do curso e tem por finalidade elaborar e implantar a política de ensino, iniciação científica e extensão e acompanhar a sua execução, possuindo caráter deliberativo e normativo em sua esfera de decisão.

Parágrafo Único – É vedado ao Núcleo Docente Estruturante – NDE deliberar sobre assuntos que não se relacionem exclusivamente com os interesses da Instituição.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 2º. Atribuições do NDE:

- I. Apoiar as ações da coordenação;
- II. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- III. Zelar pela integralização interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- IV. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de iniciação científica e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- V. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso;
- VI. Estabelecer o perfil profissional do egresso do curso;
- VII. Atualizar periodicamente o projeto pedagógico do curso;
- VIII. Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de Curso, sempre que necessário;
- IX. Supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pelo Colegiado;
- X. Elaboração e implantação do Plano de melhorias acadêmicas;
- XI. Organização e divulgação dos eventos internos e externos;
- XII. Elaborar planos de melhorias do curso possibilitando um melhor desempenho dos acadêmicos no ENADE;
- XIII. Analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;

CAPÍTULO III

DA CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 3º. O Núcleo Docente Estruturante – NDE é composto por um mínimo de 5 (cinco) professores pertencentes ao corpo docente do curso; ter pelo menos 60% dos seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*; ter todos os membros em regime de trabalho em tempo parcial ou integral sendo pelos menos 20% em tempo integral; assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso;

Parágrafo 1º- A titulação, a formação acadêmica e o regime de trabalho dos membros do NDE seguem as legislações vigentes expedidas pelo órgão federal.

Parágrafo 2º - Coordenador do Curso é o responsável por convocar e também participa das reuniões de NDE. Em caso de faltas e impedimentos será substituído pelo membro do Núcleo Docente Estruturante - NDE mais antigo no magistério.

Art. 4º. A indicação dos representantes docentes para a composição do NDE de cada curso será feita pelo Coordenador de Curso e aprovada pela Diretoria da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP tendo sempre por base os professores lotados no curso naquele período e garantindo a permanência mínima de membros, desde o último ato regulatório, em conformidade com a legislação vigente, expedida pelo órgão federal.

CAPÍTULO IV

DAS REUNIÕES

Art. 5º. O Núcleo Docente Estruturante - NDE reúne-se ordinariamente, uma vez por bimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Coordenador ou por 2/3 dos seus membros.

Parágrafo 1º - A convocação de todos os seus membros é feita pelo Coordenador de Curso mediante aviso com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas antes da hora marcada para o início da sessão e, sempre que possível, com a pauta da reunião;

Parágrafo 2º - Somente em casos de extrema urgência poderá ser reduzido o prazo de que trata o *caput* deste artigo, desde que todos os membros do Núcleo Docente

Estruturante – NDE tenham conhecimento da convocação e ciência das causas determinantes de urgência dos assuntos a serem tratados;

Parágrafo 3º - O Núcleo Docente Estruturante - NDE salvo quórum estabelecido por lei ou por este Regulamento, funciona e delibera, normalmente, com a presença da maioria absoluta de seus membros;

Parágrafo 4º - O Núcleo Docente Estruturante - NDE poderá requisitar junto à Secretaria da Faculdade, o pessoal técnico necessário para auxiliar nas suas atividades.

Art. 6º. A pauta dos trabalhos das sessões ordinárias será obrigatoriamente a seguinte:

- I Leitura e aprovação da Ata da sessão anterior;
- II Expediente;
- III Ordem do dia;
- IV Outros assuntos de interesse geral.

Parágrafo 1º - Podem ser submetidos à consideração do plenário assuntos de urgência, a critério do Núcleo Docente Estruturante – NDE, que não constem da Ordem do Dia, se encaminhados por qualquer um de seus membros;

Parágrafo 2º- A ata circunstanciada das reuniões, será lavrada por um dos membros do Núcleo Docente Estruturante - NDE, que, depois de lida e aprovada é assinada pelos membros presentes na reunião.

Art. 7º. Todo membro do Núcleo Docente Estruturante tem direito à voz e voto, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Art. 8º. Observar-se-á nas votações os seguintes procedimentos:

- I Em todos os casos a votação é em aberto;
- II Qualquer membro do Núcleo Docente Estruturante pode fazer consignar em ata expressamente o seu voto;
- III Nenhum membro do Núcleo Docente Estruturante deve votar ou deliberar em assuntos que lhe interessem pessoalmente;
- IV Não são admitidos votos por procuração.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º - Os casos omissos serão resolvidos pelo Núcleo ou órgão superior, de acordo com a competência dos mesmos.

Art. 10º - O presente regulamente entra em vigor após aprovação pelo Conselho Superior.

3.2 Atuação do Coordenador

Compete à coordenação administrar o curso de maneira que viabilize o processo educacional a que se propõe. Há a disponibilidade de carga horária satisfatória para a execução das atividades pertinentes à função, sendo elas, de assessoramento pedagógico ao professor, orientação didático-pedagógica ao discente, planejamento e execução das políticas educacionais do curso, supervisão das atividades extras sala de aula, assim como a elaboração e despacho de documentos oficiais e de normatização, sempre em consonância com as políticas institucionais e com a legislação pertinente, bem como em sintonia com o Colegiado do Curso.

A Coordenação do Curso de graduação em Administração da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP é exercida pelo professor José Humberto da Silva³. O professor e coordenador é graduado em Administração pela Faculdade de Filosofia E Ciências Humanas, FAFICH. Mestrado em Administração, Especializações em Geografia e Gestão Ambiental e Gestão Escolar. Experiência com gestão de cursos de ensino superior e na docência nas áreas de Administração de Materiais, Administração Mercadológica, Orientação TCC I e II, Gestão da Qualidade, Recursos Humanos I, Recursos Humanos II, Tópicos Especiais em Administração, Teoria Geral da Administração, Gestão da Qualidade, Estágio Supervisionado I, Estágio Supervisionado II, e Gestão Ambiental Possui 17 anos de experiência na docência do Ensino superior, 4 anos de experiência em coordenação de curso e 30 anos de experiência profissional. Possui disponibilidade de tempo integral para coordenação

³Link do Currículo Lattes: [Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/7529731002287180](http://lattes.cnpq.br/7529731002287180)

do curso o que possibilita o atendimento da demanda, considerando a gestão do curso, a relação com os docentes, discentes e a representatividade nos colegiados superiores, por meio da elaboração de um plano de ação documentado e compartilhado, que preveja indicadores de desempenho da coordenação a serem disponibilizados publicamente, e o planejamento da administração do corpo docente do seu curso, favorecendo a integração e a melhoria progressiva e contínua. Também faz parte integrante do Núcleo docente estruturante – NDE realizando estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando as DCN`s atuais e as novas demandas do mundo do trabalho, visando sempre a qualidade do processo de formação acadêmica; e planejamento dos procedimentos para permanência de parte de seus membros e de acolhimentos dos novos membros quando for necessário. Além disso, é membro efetivo do colegiado de curso. O coordenador do Curso de graduação em Administração tem uma formação que lhe permite ter domínio do desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso – PPC.

REGIME DE TRABALHO

O coordenador do Curso de graduação em Administração é contratado em regime de tempo integral, com 40 horas de atividades semanais, nesta estão contemplados a carga horária para coordenação, administração e condução do curso.

3.3 Articulação da gestão do curso com a gestão institucional

A articulação da gestão do curso com a gestão institucional se dará mediante o desenvolvimento das seguintes ações:

- Realização de reuniões com os professores do curso antes do início de cada semestre para discussão dos planos de ensino das disciplinas: dados de identificação, ementários, objetivos, conteúdos programáticos, metodologia de ensino-aprendizagem, metodologia de avaliação, bibliografias e cronograma;
- Levantamento junto aos registros acadêmicos da frequência, dos índices de evasão, dos trancamentos, dos resultados das avaliações, dentre outros aspectos, com o intuito de acompanhar o desempenho do discente;

- Levantamento junto aos docentes dos níveis de facilidades e dificuldades encontradas na administração das aulas;
- Promoção de reuniões com profissionais da área, dos setores público e privado da região;
- Realização sistemática de reuniões com os representantes estudantis em conjunto com os líderes de cada período do curso. Realização de avaliações sistemáticas do desempenho docente e discente, tanto de cunho quantitativo quanto qualitativo;
- Revisão sistemática do projeto pedagógico do Curso como um todo com a participação dos segmentos envolvidos no processo, tanto do âmbito interno como externo;
- Revisão sistemática dos procedimentos acadêmicos e administrativos utilizados pelo curso;
- Revisão dos meios de comunicação utilizados para os públicos internos e externos;
- Organização de atividades extracurriculares para promover a integração do corpo docente e discente, bem como, para complementar a aprendizagem dos alunos, com conhecimentos não programados no currículo que podem ser programados, por exemplo, em forma de seminários, *workshops*, etc;
- Realização de avaliações sistemáticas dos conteúdos ministrados em cada período no final do semestre;
- Coordenação da matrícula e supervisionar o trabalho de orientação acadêmica;
- Articulação das atividades acadêmicas desenvolvidas para o curso no sentido de propiciar a melhor qualidade do ensino;
- Coordenação da programação do horário de provas finais junto aos respectivos departamentos.

3.4. Funcionamento do Colegiado de Curso

A composição e funcionamento do colegiado de curso têm previsão regimental e regulamentação própria, as quais se comprovam através de documentos oficiais da Instituição. Destaca-se que a constituição e as atribuições do colegiado conferem excelente representatividade e importância nas decisões sobre os assuntos acadêmicos.

As instâncias coletivas de deliberação e discussão de questões inerentes ao desenvolvimento e busca de excelência do curso contam com o Núcleo Docente Estruturante NDE, Colegiado de Curso e Conselho Superior, além de reuniões com todos os professores. Todas as reuniões são devidamente documentadas e repassadas ao grupo de professores do curso.

A Faculdade é administrada por órgãos Conselho de Superior, Colegiado Geral, órgãos de apoio e outros serviços destinados a complementar as atividades da Faculdade, na forma de seu Regimento. Esses órgãos podem ser divididos de acordo com a sua missão, competências e atribuições regimentais.

A Coordenação do curso é a unidade básica da estrutura da Faculdade para todos os efeitos de organização acadêmica, administrativa, didático-científica e administração de pessoal, sendo integrado pelo coordenador e o colegiado do curso. O colegiado do curso reúne-se em separado, ordinariamente, em datas fixadas em calendário acadêmico e extraordinariamente quando convocados pelo coordenador ou a requerimento de um terço de seus membros. O Colegiado de Curso é integrado pelos seguintes membros:

- O Coordenador do Curso, que o preside;
- Por 3 (três) representantes do corpo docente do curso, com mandato de um ano, podendo haver recondução;
- Um representante do corpo discente, indicado pelo Diretório ou Centro Acadêmico do Curso, com mandato de 01 (um) ano, podendo ser renovado.

Quadro III - Composição do Colegiado do curso:

	Professor	Titulação	Regime de Trabalho	Formação
01	José Humberto da Silva	Mestre	Integral	Administração
02	Maria José da Cunha Pires Oliveira	Especialista	Parcial	Administração
03	Maria Raimunda Cardozo Pinto	Mestre	Integral	Administração
04	Solange Silva Moreira	Especialista	Integral	Ciências Contábeis
05	Kleber de Oliveira Flores	Discente	--	Administração

Ao Colegiado de Curso aplicam-se as seguintes normas:

- O Colegiado funciona com a presença da maioria absoluta de seus membros e decide com maioria simples, salvo nos casos previstos no Regimento;
- O presidente do Colegiado, além de seu voto, tem, nos casos de empate, o voto de qualidade;
- As reuniões que não se realizem em datas pré-fixadas no calendário acadêmico são convocadas com antecedência mínima de quarenta e oito horas, salvo em caso de urgência, constando da convocação a pauta dos assuntos;
- As reuniões de caráter solene são públicas e funcionam com qualquer número;
- Das reuniões é lavrada ata, lida e assinada na mesma reunião ou na seguinte;
- É obrigatório e tem preferência sobre qualquer outra atividade o comparecimento dos membros às reuniões dos colegiados.

O Colegiado de Curso reúne-se bimestralmente e, extraordinariamente, quando convocado pela Diretoria Geral, pelo Coordenador de curso, por iniciativa própria ou a requerimento de 2/3 dos seus membros, com indicação do motivo e convocado com antecedência mínima de 48 horas.

Compete ao Colegiado de Curso:

- Deliberar sobre o projeto pedagógico do curso, atendidas as diretrizes curriculares nacionais e as normas fixadas pelo Conselho Superior;
- Deliberar sobre os programas e planos de ensino das disciplinas ou unidades curriculares;
- Emitir parecer sobre os projetos de ensino, pesquisa e de extensão que lhe forem apresentados, para decisão final do Conselho Superior;
- Pronunciar-se, em grau de curso, sobre aproveitamento e adaptação de estudos, assim como sobre aceleração e recuperação de estudos;
- Opinar, quando consultado, sobre admissão, promoção e afastamento de seu pessoal docente;
- Aprovar o plano e o calendário anual de atividades do Curso, elaborado pelo Coordenador;
- Promover a avaliação periódica do curso; e
- Exercer as demais competências que lhe sejam previstas em lei e no Regimento.

a) REGULAMENTO DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS DOS CURSOS

CAPÍTULO I DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Art. 1º. O Curso é a unidade básica da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP para todos os efeitos de organização administrativa e didático-científica, sendo integrado pelos professores das disciplinas e unidades curriculares que compõem o seu currículo, pelos alunos nele matriculados, e pelo pessoal técnico-administrativo nele lotado.

Parágrafo Único. O Curso é integrado pelo Colegiado de Curso, para as funções deliberativas, e pela Coordenadoria de Curso, para as tarefas executivas.

CAPITULO II DO COLEGIADO DOS CURSOS

Art. 2º. O Colegiado de Curso, subordinado à Coordenação do Curso, órgão consultivo, deliberativo e de assessoramento em questões didático-pedagógicas e administrativas do ensino, tem a seguinte composição:

- I O Coordenador de Curso, que o preside;
- II Corpo docente do curso, escolhidos por seus pares, com mandato de 01 (um) ano, podendo ser reconduzidos;
- III Um representante do corpo discente, indicado pelo Diretório ou Centro Acadêmico do Curso, com mandato de 01 (um) ano, podendo ser reconduzido.

CAPITULO III MANDATOS DO COLEGIADO DO CURSO

Art. 3º. Os membros do Colegiado de Curso têm os seguintes mandatos:

- I Coincidente com o tempo de permanência no cargo consignado, no caso do Coordenador do Curso;
- II Um ano para os representantes docentes, condicionado ao exercício da docência no curso, devendo ser substituído no caso de inexistência de vínculo com o curso;

- III Um ano para o representante discente.
- IV Os membros do colegiado poderão ser reconduzidos aos cargos mediante indicação e seus pares, inclusive o representante discente que poderá ser reconduzido.

CAPÍTULO IV DAS REUNIÕES

Art. 4º. Os Colegiados dos Cursos reúnem-se ordinariamente, duas vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Coordenador ou por 2/3 dos seus membros.

Parágrafo 1º - As convocações ordinárias são definidas pelo calendário acadêmico. As convocações extraordinárias de todos os seus membros são feitas pelo Coordenador de Curso mediante aviso com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas antes da hora marcada para o início da sessão e, sempre que possível, com a pauta da reunião.

Parágrafo 2º - Somente em casos de extrema urgência poderá ser reduzido o prazo de que trata o *caput* deste artigo, desde que todos os membros do Colegiado tenham conhecimento da convocação e ciência das causas determinantes de urgência dos assuntos a serem tratados.

Parágrafo 3º - O Colegiado, salvo *quórum* estabelecido por lei ou por este Regulamento, funciona e delibera normalmente com a presença da maioria absoluta de seus membros;

Art. 5º. A pauta dos trabalhos das sessões ordinárias será obrigatoriamente a seguinte:

- I Leitura e aprovação da Ata da sessão anterior;
- II Expediente;
- III Ordem do dia;
- IV Outros assuntos de interesse geral.

Parágrafo 1º - Podem ser submetidos à consideração do plenário assuntos de urgência, a critério do Colegiado, que não constem da Ordem do Dia, se encaminhados por qualquer um de seus membros;

Parágrafo 2º- A ata circunstanciada das reuniões, será lavrada por um dos membros do Colegiado, que, depois de lida e aprovada é assinada pelos membros presentes na reunião.

Art. 6º. Todo membro do Colegiado tem direito à voz e voto, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Art. 7º. Observar-se-á nas votações os seguintes procedimentos:

- I Em todos os casos a votação é em aberto;
- II Qualquer membro do Colegiado pode fazer consignar em ata expressamente o seu voto;
- III Nenhum membro do Colegiado deve votar ou deliberar em assuntos que lhe interessem pessoalmente;
- IV Não são admitidos votos por procuração.

CAPITULO V

COMPETÊNCIAS DO COLEGIADO DO CURSO

Art. 8º. Compete ao Colegiado do Curso:

- I Distribuir encargos de ensino, pesquisa e extensão entre seus professores, respeitadas as especialidades;
- II Deliberar sobre os programas e planos de ensino das disciplinas e unidades curriculares;
- III Emitir parecer sobre os projetos de ensino, pesquisa e extensão que lhe forem apresentados, para decisão final do Conselho Superior;
- IV Pronunciar-se sobre aproveitamento de estudos e adaptações de alunos;
- V Opinar sobre admissão, promoção e afastamento de seu pessoal docente;
- VI Aprovar o plano e o calendário anual de atividades do curso, elaborado pelo Coordenador; e
- VII Exercer as demais competências que lhe sejam previstas em lei e no Regimento.

CAPITULO VI

DAS DISPOSIÇÕES AO FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS DO CURSO

Art. 9º. Às reuniões dos órgãos colegiados aplicam-se as seguintes normas:

- I. Os órgãos colegiados têm regulamentos internos próprios, respeitadas as disposições constantes no Regimento Interno da IES;
- II. O colegiado funciona com a presença da maioria absoluta de seus membros e decide por maioria de votos dos presentes, salvo nos casos previstos neste Regimento em que se exija *quórum* e votação especial;
- III. As reuniões de caráter solene são públicas e funcionam com qualquer *quórum*;
- IV. Nas votações o Presidente do colegiado tem voto ordinário e, no caso de empate, decide por meio do voto de qualidade;
- V. Nenhum membro do colegiado pode participar de sessão em que aprecie matéria de seu particular interesse;
- VI. Ressalvados os impedimentos legais, nenhum membro do órgão colegiado pode recusar-se a votar;
- VII. As reuniões são convocadas pelo presidente, mediante edital, com antecedência mínima de 48 horas, em primeira convocação, ou de 24 horas em convocação subsequente, constando da convocação a ordem do dia;
- VIII. As reuniões são lavradas em atas, em livro próprio, lidas, aprovadas e assinadas pelo secretário, presidente e por todos os presentes, na mesma sessão ou na seguinte;
- IX. O comparecimento dos membros do colegiado às reuniões plenárias é de caráter obrigatório e tem preferência sobre qualquer outra atividade acadêmica, perdendo o mandato aquele que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a mais de duas reuniões consecutivas ou quatro alternadas;
- X. As presenças são registradas em livro próprio de cada colegiado, mediante a aposição das assinaturas dos presentes;
- XI. Em caso de urgência manifesta, o presidente pode decidir *ad referendum*, sobre matéria de competência do colegiado, devendo submeter o seu ato, mediante justificativa, à ratificação na reunião imediata que se realizar;
- XII. Sempre que o assunto e interesse da matéria exigir, a critério do Diretor Geral, os colegiados podem se reunir e tomar decisões conjuntas, desde que

convocados para esse fim, sendo lavrada ata de reunião conjunta e sancionados os atos decorrentes com as especificações necessárias.

- XIII. Orientar e acompanhar a vida acadêmica, bem como proceder adaptações curriculares dos alunos do curso;
- XIV. Deliberar sobre requerimentos de alunos no âmbito de suas competências;
- XV. Deliberar sobre transferências em ofício;
- XVI. Aprovar o horário de aulas;
- XVII. Elaborar e aprovar o Relatório Anual de Atividades;
- XVIII. Outras competências definidas pelo Regimento Interno da Unidade;
- XIX. Definir critérios para avaliação de programas de estágio e de monitoria bem como a elaboração das mesmas;
- XX. Apresentar ao Conselho Superior proposta de mudanças curriculares;

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10º. Este Regulamento entra em vigor a partir de sua aprovação pelo Colegiado de Curso, ratificada pelo Conselho Superior, revogando-se disposições anteriores.

Art. 11º. Os casos omissos e as interpretações deste regulamento serão apreciados pela Direção.

IV. CORPO DISCENTE

4.1 Apoio ao Discente

A Faculdade Impacto de Porangatu – FIP proporcionará o atendimento extraclasse, realizado por todos os setores da instituição (Secretaria Acadêmica, Biblioteca, Coordenadoria do Curso, Professores em TI e TP, entre outros), a fim de proporcionar ao discente ambiente adequado ao êxito da aprendizagem.

A Faculdade Impacto de Porangatu – FIP desenvolverá o serviço de atendimento psicopedagógico ao discente, denominado Núcleo Psicopedagógico de Apoio ao Discente e Docente (NUPADD), para atender, mediar e solucionar situações que possam surgir no decorrer da vida acadêmica do corpo discente. Tem por objetivo oferecer acompanhamento psicopedagógico aos docentes, técnicos administrativos e discentes, e subsídios para melhoria do desempenho de alunos que apresentem dificuldades.

Contribui para o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem em geral, recuperando as motivações, promovendo a integridade psicológica dos alunos, realizando a orientação e os serviços de aconselhamento e assegurando sua adaptação, especialmente, dos ingressantes. Este serviço é coordenado por um profissional com formação na área de psicologia e/ou psicopedagogia e o atendimento deve ser caracterizado por orientações individuais a alunos encaminhados pelos professores, Coordenador do Curso ou àqueles que procurarem o serviço espontaneamente.

Programa de atendimento extraclasse da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP consiste no atendimento aos alunos pelos professores e tem como objetivos:

- Propiciar ao aluno um espaço e momento para esclarecimento de dúvidas e aprofundamento de temas pertinentes à matéria;
- Permitir ao professor desenvolver atividades destinadas a sedimentar, junto aos alunos, os conhecimentos transmitidos em sala de aula;
- Nivelar turmas heterogêneas, que se encontrem em diferentes estágios dentro do processo de conhecimento.

O atendimento extraclasse é desenvolvido nas dependências da Faculdade, conforme o procedimento prescrito a seguir:

- I Verificada a dificuldade na aprendizagem de determinada disciplina, o aluno(s), deverá encaminhar ao Coordenador do respectivo curso, um requerimento solicitando um atendimento especial do professor.
- II Do requerimento, disponibilizado na Coordenadoria de Cursos, deverá constar:
 - a) Identificação do curso, da disciplina e respectiva turma, bem como do professor;
 - b) Justificativa do pedido;
 - c) Relação de temas/conteúdos a serem abordados pelo professor;
 - d) Indicação da data de início do(s) plantão(ões) do professor;
 - e) Disponibilidade de horário do aluno (s).
- III O requerimento deverá ser protocolado junto à Coordenação de Cursos até 07 (sete) dias úteis antes da data sugerida para o primeiro plantão.
- IV O Coordenador de Curso deverá se manifestar a respeito do requerimento dentro de 03 (três) dias úteis a contar do seu protocolo.
 - a) Avaliar os requerimentos para realização dos plantões, face à justificativa apresentada;
 - b) Contatar o professor da disciplina, expondo ao mesmo as alegações contidas no requerimento;
 - c) Deferido o pedido, organizar o(s) plantão (ões) de comum acordo entre o professor e os alunos;
 - d) Acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos através dos relatórios apresentados pelo professor/tutor, bem como pelo instrumento de avaliação respondido pelos alunos;
 - e) Manter a Diretoria da IES informada a respeito de todos os pedidos encaminhados, bem como das providências tomadas.

Constituem atribuições do Professor/Tutor:

- Definição de um plano de trabalho, em conjunto com o Coordenador, a partir do teor do requerimento apresentado pelos alunos;
- Solicitar a participação de um monitor, escolhido dentre os alunos da classe, para auxiliá-lo durante os plantões;
- Por ocasião dos plantões, retomar o conteúdo para esclarecimento de dúvidas, indicar a bibliografia destinada ao aprofundamento da disciplina, desenvolver estudo de casos, propiciar a aplicação prática dos conhecimentos transmitidos

e demais atividades destinadas ao enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem;

- Registrar o comparecimento dos alunos e monitor(es) através da respectiva lista de presença;
- Apresentar ao Coordenador de Curso relatório sobre as atividades desenvolvidas, bem como os resultados alcançados.

Os números de plantões, bem como sua duração, são definidos pelo Coordenador de Curso, de acordo com a dotação orçamentária destinada ao Programa de Atendimento Extraclasse.

Os plantões não poderão ser realizados em horários coincidentes com as aulas. Os recursos necessários aos plantões tais como salas de aula, aparelhos audiovisuais, laboratórios de informática, etc., deverão ser previamente agendados.

4.2 Ouvidoria

A Ouvidoria Acadêmica da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP é um órgão interno que representa o mecanismo de interação entre a comunidade acadêmica ou externa e as instâncias administrativas da IES, visando contribuir para o aperfeiçoamento da gestão institucional.

A Ouvidoria Acadêmica é nomeada e subordinada à Direção Geral e não possui poder deliberativo, executivo e de julgamento. No entanto, desde que observadas às disposições legais, estatutárias e regimentais aplicáveis, o Ouvidor exercerá suas funções com independência e autonomia.

4.3 Assessoria Pedagógica

A Faculdade Impacto de Porangatu – FIP proporciona o atendimento extraclasse, realizado por todos os setores da instituição (Secretaria Acadêmica, Biblioteca, Coordenadoria do Curso, Professores em TI e TP, entre outros), a fim de proporcionar ao discente ambiente adequado ao êxito da aprendizagem.

O programa de atendimento extraclasse da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP concernente ao atendimento dos alunos pelos professores e tem como objetivos:

- Propiciar ao aluno um espaço e momento para esclarecimento de dúvidas e aprofundamento de temas pertinentes à matéria;
- Permitir ao professor desenvolver atividades destinadas a sedimentar, junto aos alunos, os conhecimentos transmitidos em sala de aula;
- Nivelar turmas heterogêneas, que se encontrem em diferentes estágios dentro do processo de conhecimento.

O atendimento extraclasse é desenvolvido nas dependências da Faculdade, conforme o procedimento prescrito a seguir:

- I. Verificada a dificuldade na aprendizagem de determinada disciplina, os alunos, deverão encaminhar ao Coordenador do respectivo curso, um requerimento solicitando um atendimento especial do professor.
- II. Do requerimento, disponibilizado na Coordenadoria de Cursos, deverá constar:
 - a) Identificação do curso, da disciplina e respectiva turma, bem como do professor;
 - b) Justificativa do pedido;
 - c) Relação de temas/conteúdos a serem abordados pelo professor;
 - d) Indicação da data de início do(s) plantão(ões) do professor;
 - e) Disponibilidade de horário dos alunos.
- III O requerimento deverá ser protocolado junto à Secretaria da Coordenadoria de Cursos até 07 (sete) dias úteis antes da data sugerida para o primeiro plantão.
- IV O Coordenador de Curso deverá se manifestar a respeito do requerimento dentro de 03 (três) dias úteis a contar do seu protocolo, devendo:
 - a) Avaliar os requerimentos para realização dos plantões, face à justificativa apresentada;
 - b) Contatar o professor da disciplina, expondo ao mesmo as alegações contidas no requerimento;
 - c) Deferido o pedido, organizar o(s) plantão (ões) de comum acordo entre o professor e os alunos;
 - d) Acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos através dos relatórios apresentados pelo professor/tutor, bem como pelo instrumento de avaliação respondido pelos alunos;
 - e) Manter a Diretoria da IES informada a respeito de todos os pedidos encaminhados, bem como das providências tomadas.

Constituem atribuições do Professor/Tutor:

- Definição de um plano de trabalho, em conjunto com o Coordenador, a partir do teor do requerimento apresentado pelos alunos;
- Solicitar a participação de um monitor, escolhido dentre os alunos da classe, para auxiliá-lo durante os plantões;
- Por ocasião dos plantões, retomar o conteúdo para esclarecimento de dúvidas, indicar a bibliografia destinada ao aprofundamento da disciplina, desenvolver estudo de casos, propiciar a aplicação prática dos conhecimentos transmitidos e demais atividades destinadas ao enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem;
- Registrar o comparecimento dos alunos e monitor(es) através da respectiva lista de presença;
- Apresentar ao Coordenador de Curso relatório sobre as atividades desenvolvidas, bem como os resultados alcançados.

Os números de plantões, bem como sua duração, são definidos pelo Coordenador de Curso, de acordo com a dotação orçamentária destinada ao Programa de Atendimento Extraclasse.

Os plantões não poderão ser realizados em horários coincidentes com as aulas. Os recursos necessários aos plantões tais como salas de aula, aparelhos audiovisuais, laboratórios de informática, etc., deverão ser previamente agendados.

4.4 Atendimento Psicopedagógicos

A Faculdade Impacto de Porangatu – FIP desenvolve o serviço de atendimento psicopedagógico ao discente, denominado Núcleo Psicopedagógico de Apoio ao Discente e Docente (NUPADD), para atender, mediar e solucionar situações que possam surgir no decorrer da vida acadêmica do corpo discente.

Tem por objetivo oferecer acompanhamento psicopedagógico aos discentes e subsídios para melhoria do desempenho de alunos que apresentem dificuldades. Contribui para o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem em geral, recuperando as motivações, promovendo a integridade psicológica dos alunos, realizando a orientação e os serviços de aconselhamento e assegurando sua adaptação, especialmente, dos ingressantes.

Este serviço é coordenado por um profissional com formação na área de psicologia e/ou psicopedagogia e o atendimento deve ser caracterizado por

orientações individuais a alunos encaminhados pelos professores, Coordenador do Curso ou àqueles que procurarem o serviço espontaneamente.

4.5 Núcleo Psicopedagógico de Apoio ao Discente e Docente - NUPADD

Núcleo Psicopedagógico de Apoio ao Discente e Docente (NUPADD) é um órgão de apoio acadêmico e tem por finalidade apoiar os alunos da Instituição no desenvolvimento do seu curso de graduação.

O Núcleo Psicopedagógico de Apoio ao Discente e Docente (NUPADD) consiste em uma ação multidisciplinar voltada para o atendimento e orientação dos acadêmicos da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, no que tange ao acompanhamento, orientação e superação das dificuldades que venham a apresentar e que afetem o desempenho dos mesmos.

O NUPADD se organiza como um núcleo adjunto as Coordenações cursos, com a finalidade de prestar auxílio aos acadêmicos e assegurar continuidade no processo de acompanhamento dos discentes ao longo de sua trajetória acadêmica.

A proposta do NUPADD é oferecer apoio ao pleno desenvolvimento acadêmico e profissional dos discentes, por meio de atendimento de questões específicas e emergentes ao longo do processo educativo visando contribuir para o acompanhamento e orientação geral nos estudos.

4.6 Nivelamento

O Programa de Nivelamento apresenta-se como uma das ações necessárias para a adaptação dos discentes no ensino superior que, além de experimentarem uma forte transição metodológica, trazem consigo muitas diferenciações em níveis de conhecimentos básicos.

O sistema de nivelamento tem por objetivo diminuir as diferenças de conhecimento básico necessário como pré-requisitos para determinado curso superior. O nivelamento é uma forma de proporcionar um equilíbrio de conhecimento em determinado assunto na turma que foi composta no início de cada curso, com isto as dificuldades de conhecimentos anteriores que deveriam ser advindos do ensino médio são supridas.

O Programa de Nivelamento tem caráter acadêmico pedagógico e de assistência ao aluno. Deverá ser realizado, sistematicamente, mediante diagnóstico dos alunos com dificuldade de aprendizagem e carência no domínio dos conteúdos, nos dois primeiros períodos, paralelamente, às demais disciplinas.

Esse programa objetiva reduzir problemas de desistência e reprovação nos períodos iniciais, possibilitar ao aluno a revisão e aprendizagem de conteúdos básicos e indispensáveis à aprendizagem em cursos superior e produzir metodologias que facilitem os estudos e o resgate dos conteúdos não assimilados pelos egressos do ensino médio. Os programas e as atividades de nivelamento são organizados por professores, admitindo-se também, alunos em regime de monitoria, e gerenciados pela Coordenação do Curso.

São consideradas atividades de nivelamento: cursos, seminários, oficinas, aulas em disciplinas básicas ou específicas, assim relacionadas, como Língua Portuguesa e Informática e matemática.

4.7 Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior FIES

O Programa de Financiamento Estudantil - FIES é destinado a financiar a graduação no Ensino Superior de estudantes que não têm condições de arcar com os custos de sua formação e estejam regularmente matriculados em instituições não gratuitas, cadastradas no Programa e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC.

Criado em 1999 para substituir Programa de Crédito Educativo – PCE/CREDUC, o FIES tem registrado uma participação cada vez maior das Instituições de Ensino Superior – IES e dos estudantes do país. Em 2007 foram 1.046 mantenedoras, 1.459 IES, 2.080 campi em todo Brasil. Desde 1999 já são mais de 500 mil estudantes beneficiados, com uma aplicação de recursos da ordem de R\$ 4,6 bilhões entre contratações e renovações semestrais dos financiamentos desde a criação do programa.

A única forma de ingressar no Programa é mediante participação em Processo Seletivo de candidatos ao financiamento através do Site da Caixa Econômica Federal (www3.caixa.gov.br/fies) e do Banco do Brasil (WWW.bb.gov.br/fies), de modo a

garantir a democratização de acesso ao FIES e, conseqüentemente, ao ensino superior.

A partir de 2005, o FIES passou a conceder financiamento também aos bolsistas parciais, beneficiados com bolsa de 50%, do [PROUNI – Programa Universidade para Todos](#). Apenas para este público já foram realizadas mais de 4,6 mil contratações.

Os critérios de seleção, impessoais e objetivos, têm como premissa atender à população com efetividade, destinando e distribuindo os recursos de forma justa e igualitária, garantindo a prioridade no atendimento aos estudantes de situação econômica menos privilegiada.

4.8 Programa Universidade para Todos PROUNI

O Programa Universidade para Todos PROUNI é um programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais (meia-bolsa) pra cursos de graduação e sequencias de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. É um benefício concedido ao estudante, na forma de desconto parcial ou integral. Sobre os valores cobrados pelas instituições de ensino privadas.

Os estudantes que atendam aos critérios definidos no programa podem concorrer a dois tipos de bolsa de estudo:

1. Instituições com fins lucrativos e sem fins lucrativos não beneficentes:
 - Bolsa integral: o estudante deverá ter renda familiar per capita de, no máximo, um salário mínimo e meio.
 - Bolsa parcial (meia bolsa): o estudante deverá ter renda familiar per capita de, no máximo, três salários mínimos.

2. Público que poderá ser atendido pelo programa:
 - Estudantes que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituição privada na condição de bolsista integral.
 - Estudante que tenha feito o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM (ano vigente).
 - Estudante portador de necessidades especiais.

- Professor da rede pública de ensino que se candidate a cursos de licenciatura destinada ao magistério e educação básica e pedagogia, independente da renda.

Só pode se candidatar ao ProUni o estudante que tiver participando do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM referente a cada ano e obtido a nota mínima de 45 pontos. Não são consideradas as notas obtidas nos ENEMs anteriores. Os Resultados do ENEM são usados como critério para a distribuição das bolsas de Estudo, isto é, as bolsas são distribuídas conforme as notas obtidas pelos estudantes no ENEM. Assim, os estudantes que alcançarem as melhores notas no exame terão maiores chances de escolher o curso e a instituição em que estudarão.

O ProUni visa atender as necessidades da população mais pobre do país, a qual fez o Ensino Básico em escola pública ou particular com bolsa integral.

V. INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS DE APOIO PARA O CURSO

5.1 Gabinete de Trabalho para Professores de Tempo Integral e Parcial

Os gabinetes de trabalho para os docentes em tempo integral (TI) do curso de Administração da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP possuem infraestrutura necessária no que tange a equipamentos (computadores conectados à internet) e pessoal, e obedecem às normas de salubridade e segurança. Além disso, contam com os Laboratórios instalados no primeiro andar, para o desenvolvimento das atividades administrativas e didático-pedagógicas.

O NDE compartilha com a CPA, sala para reuniões e atividades, este ambiente possui horários agendados para o melhor aproveitamento das atividades acadêmicas.

5.2 Espaço de Trabalho para Coordenação e Serviços Acadêmicos

O gabinete de trabalho para o Coordenador do Curso de Administração da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP possui infraestrutura necessária no que tange a equipamentos (computadores conectados à internet) e pessoal e obedecem às normas de salubridade e segurança. Além disso, possui serviços de secretaria, a fim de atender as demandas burocráticas, e serviço de auxiliar de coordenação para atender as demandas acadêmicas rotineiras.

5.3 Sala dos Professores

Visando uma convivência harmônica, a Faculdade Impacto de Porangatu – FIP criou espaços específicos para garantir o bom relacionamento pessoal e didático-pedagógico de seus docentes. Esses ambientes atendem aos padrões exigidos quanto à dimensão, limpeza, luminosidade, acústica e ventilação, lazer, bem como quanto ao estado de conservação dos mobiliários e equipamentos e a comodidade dos envolvidos às atividades planejadas. A sala de professores, oferece infraestrutura com computador para preparo de atividades e é de uso exclusivo dos docentes. Além disso, para o planejamento, avaliação e discussão dos assuntos pertinentes ao andamento do curso, os docentes utilizam a sala de reunião, equipada segundo a finalidade a que se destina.

5.4 Salas de Aula

A Faculdade Impacto de Porangatu – FIP conta com um número de salas de aula suficiente para o funcionamento do curso de Administração e demais cursos da IES. Esses ambientes atendem aos padrões exigidos quanto à dimensão, limpeza, luminosidade, acústica e ventilação, bem como quanto ao estado de conservação dos mobiliários e equipamentos e a comodidade dos envolvidos às atividades planejadas.

5.5 Laboratórios Didáticos Especializados: Quantidade

As instalações e laboratórios específicos para o curso atendem aos requisitos de acessibilidade para portadores de necessidades especiais e são dotados dos equipamentos de segurança necessários a cada tipo de laboratório ou serviço, observando as normas da ABNT. O acesso aos laboratórios é planejado de modo que as disciplinas possam dispor, **de, pelo menos, duas horas semanais** por turma.

A Faculdade Impacto de Porangatu – FIP possui 2 Laboratórios de Informática disponível ao Curso de Administração, onde os equipamentos e instrumentos do Laboratório de Informática seguem as normas e padrões de qualidade e adequabilidade aos objetivos e anseios pedagógicos da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP. Além disso, na aquisição de equipamentos leva-se em consideração a relação do número de alunos por máquina.

O Laboratório funciona durante o mesmo horário de funcionamento da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP e têm por objetivo o desenvolvimento de atividades acadêmicas e de pesquisa que necessitem de recursos computacionais. Estes laboratórios, com acesso a internet, são compostos por 70 computadores atualizados e compatíveis com as atividades acadêmicas, acesso a internet, obedecendo às condições de salubridade e segurança e com os softwares necessários ao desenvolvimento do curso. (Sistema Operacional; Processador de Texto; Planilha de Cálculo; Gerenciador de Apresentações; Navegador *Web*; *Adobe Reader*; Antivírus.) Além dos *softwares*, descritos acima, especificamente para os cursos de Administração e Ciências Contábeis temos o Sistema TRON. Os Laboratórios de Informática poderão ser utilizado também, além das atividades práticas acadêmicas dos discentes, para prestação de serviços diversos, desde que

não prejudique o desenvolvimento das práticas didático-pedagógicas da comunidade acadêmica.

5.5.1 Laboratórios Didáticos Especializados: Qualidade

Os laboratórios possuem regulamentos próprios, que disponibilizam as normas de funcionamento, manuseio e trânsito em suas instalações. Todos são adequados ao quantitativo de alunos previstos e terão o funcionamento organizado através da implementação de cronograma de utilização e atividades a serem desenvolvidas. Os equipamentos são criticados periodicamente, objetivando sua atualização. Ao mesmo tempo, os insumos necessários para o funcionamento dos laboratórios e a consequente dinâmica de aula, são adquiridos regularmente, a partir de planejamento de alimentação e manutenção de cada laboratório. O acesso às suas dependências é fácil e possível mesmo para os que apresentam algum tipo de dificuldade motora.

5.5.2 Laboratórios Didáticos Especializados: Serviços

Os Laboratórios previstos para o curso de Administração seguem os padrões de segurança para que possam oferecer apoio instrucional e técnico à comunidade interna e externa. Para tanto, nos Laboratórios são feitas atualizações conforme a necessidade dos alunos e professores e, pelo menos, duas vezes ao ano. As manutenções preventivas são realizadas diariamente visando o perfeito funcionamento de todos os equipamentos. A manutenção e conservação dos laboratórios são executadas por funcionários lotados nos cursos ou por pessoal especializado ou treinado para exercer estas funções e, quando não for possível resolver o problema na instituição, é encaminhado para uma empresa terceirizada, especializada em manutenção de equipamentos. Haverá supervisores por laboratório ou grupos de laboratórios definidos pelo órgão responsável de administração dos laboratórios. Os procedimentos de manutenção são divididos em três grupos: manutenção preventiva, manutenção corretiva e manutenção de emergência.

5.5.3 Empresa Júnior

A direção da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP estimulará seus alunos para constituírem uma Empresa Júnior, alocando professores para as atividades de orientação (com horas remuneradas para tal), os alunos deverão constituir legalmente uma empresa, sob a supervisão do Coordenador Geral, tendo como metas principais:

Visão: ser uma empresa de vanguarda e reconhecida na comunidade por aplicar corretamente os princípios, técnicas e métodos da administração, da educação e das atividades acadêmicas ensinadas na Faculdade Impacto de Porangatu - FIP.

Missão: prestar bons serviços à comunidade visando o desenvolvimento, a cidadania, a qualidade de vida e o sucesso empresarial e profissional da Empresa Júnior da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP.

Objetivos Permanentes:

- Ser um provedor natural de talentos humanos (profissionais), de modelos de excelência, criatividade, iniciativa, transparência, comprometimento com a ética e profissionalismo, para o mercado e região;
- Viabilizar projetos em parceria com a comunidade, voltados para o resgate do patrimônio histórico e cultural de Porangatu, revitalizando o município e os conceitos de civismo e cidadania;
- Desenvolver estudos e pesquisas, bem como atividades de treinamento e desenvolvimento em todos os níveis da sociedade;
- Incentivar e fomentar ações e projetos de preservação do meio ambiente em parceria com a sociedade;
- Estabelecer parcerias com entidades colaborando em projetos e ações comunitárias, sociais e outros, visando o bem-estar da comunidade e a melhoria da qualidade de vida;
- Prestar serviços à sociedade, proporcionando campanhas, treinamentos, orientações, esclarecimentos, ensinamentos, fundamentos e demais atividades para o bem-estar das pessoas e das famílias em geral;
- Prestar serviços de assessoria e consultoria, treinamento e desenvolvimento, eventos e empreendimentos compartilhados para o comércio, as indústrias, o setor de serviços, turismo, ONG'S (Organizações Não-Governamentais), sindicatos, igrejas, clubes de serviços e outros.

5.6 Acesso dos Alunos aos Equipamentos de Informática e Recursos Audiovisuais e Multimídias

Os alunos poderão acessar os equipamentos dos Laboratórios de Informática da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, de acordo com as normas estabelecidas pelos órgãos colegiados competentes. Também estão disponibilizados aos alunos computadores na Biblioteca, cuja utilização deve respeitar a normatização deste ambiente de apoio acadêmico. Por fim, em todo complexo físico da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP, existem pontos para acesso *wireless*, onde a comunidade acadêmica poderá se beneficiar desta tecnologia por meio de *notebook*, *netbook*, *tablet*, *ipad*, celular etc. Com relação à proporção aluno por máquina, alcança todos os alunos matriculados na Faculdade. O total de equipamentos disponíveis para acesso dos alunos nos Laboratórios de Informática são de 70 computadores e na Biblioteca 15 computadores, atingem 85 computadores. Desta forma, suportando bem toda comunidade acadêmica. Se levarmos em consideração que na Faculdade Impacto de Porangatu – FIP existe rede sem fio (*wireless*) os benefícios aos alunos são suficientemente grandes, onde toda comunidade acadêmica poderá se beneficiar, a qualquer momento, dos serviços disponibilizados pela internet por equipamentos próprios ou da instituição. Os espaços são higienizados diariamente e contam com luminosidade e ventilação adequadas. Sobre a velocidade da internet, o plano contratado é o de IP Dedicado de 50 MB.

Através dos laboratórios de Informática da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP os alunos possuem livre acesso aos computadores, é livre desde que os laboratórios não estejam sendo utilizados ou estejam reservados para aulas ou outras atividades práticas.

Os alunos possuem acesso regular aos recursos audiovisuais da instituição como meio de diversificar e atualizar as práticas acadêmicas, estes equipamentos estão disponíveis na biblioteca e em salas devidamente preparadas e quando necessário os professores solicitam reservas para sua utilização, sendo feita através de reservas no departamento próprio.

5.7 Espaço físico

A estrutura física da instituição possui três pavimentos sendo que os quais abrigam salas de aula, Biblioteca, laboratórios e o corpo técnico-administrativo (secretaria, tesouraria, coordenação, diretoria).

Atualmente, o espaço físico está formatado da seguinte forma:

TIPO DE ÁREA	QT	Área
Salas de Aulas	22	1.213,66 m ²
Sala atendimentos	01	24,20 m ²
Salas de Coordenações	06	18 m ²
Sala de Professores	01	32 m ²
Sala de Reunião	01	27.34 m ²
Sala de Acervo Acadêmico	01	21.68 m ²
Sala do Escritório Modelo e Empresa Junior	01	26.85 m ²
Laboratórios de Física/Biofísica	01	32,02 m ²
Laboratórios de Química/Bioquímica	01	32,02 m ²
Laboratórios Informática	02	64,04 m ²
Laboratório de habilidades em Saúde	01	26.85 m ²
Laboratório de Anatomia	01	32,02 m ²
Laboratório de Fisiologia	01	32,02 m ²
Laboratório Citologia e Histologia	01	32,02 m ²
Laboratório Microscopia	01	32,02 m ²
Sala de Coleta de Material	01	26.85 m ²
Laboratório de Semiologia e Semiotécnica.	01	32,02 m ²
Laboratório de Práticas em Enfermagem	01	75,00 m ²
Núcleo de Estudos e Práticas de Atendimentos Psicoterápicos (NEPAPSI)	01	70,00 m ²
Biblioteca	01	56.07 m ²
Brinquedoteca	03	150 m ²
Sala CPA	01	7.11 m ²
Sala NDE	01	7.11 m ²
Ouvidoria	01	8 m ²

TIPO DE ÁREA	QT	Área
Psicopedagógico	01	7.11 m ²
Sala Tempo Integral	02	14.22 m ²
Áreas de Eventos Culturais	01	203 m ²
Sanitários	08	48.31 m ²
Praça de Alimentação	01	203 m ²
Anfiteatro	01	56.02 m ²

Fonte: FIP (2023)

5.8 Condições de Acesso para Portadores de Necessidades Especiais

A Faculdade, integrada com os órgãos que reúnem e defendem os interesses dos portadores de necessidades especiais, procura continuamente adequar a Instituição para garantir o acesso a todos os alunos. Assim, o estacionamento de veículos conta com áreas reservadas para este grupo de alunos ou visitantes e o pessoal responsável pela vigilância e segurança estão treinados para oferecer assistência.

Havendo necessidade, os vigilantes ajudam estes a terem acessos aos seus meios de locomoção, retirando-os de seus veículos, acomodando-os e, sendo solicitado, conduzindo-os até o local desejado.

As calçadas possuem rampas de acesso nos padrões estabelecidos, permitindo que alunos ou visitantes portadores de necessidades especiais se locomovam. Para as áreas na qual o acesso é feito por escadas, estes contam com o serviço de elevadores que lhes proporcionam total integração e participação em todas as atividades. Os sanitários também estão adaptados para uso dos alunos com necessidades especiais. O Apoio Psicopedagógico, desde o momento da matrícula faz as entrevistas e identifica as necessidades dos alunos para tomar providências como, por exemplo: carteiras especiais.

No que concerne a alunos portadores de **deficiência visual**, o Instituto de Educação do Norte Goiano assume o compromisso formal, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso:

- De manter sala de apoio equipada com máquina de datilografia em braile, impressora braile acoplada ao computador, sistema de síntese de voz, gravador e foto copiadora que amplie textos, software de ampliação de tela,

equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal, lupas, réguas de leitura, scanner acoplado a um computador;

- De adotar um plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em braile e de fitas sonoras para uso didático.

Quanto a alunos portadores de **deficiência auditiva**, compromisso formal da instituição, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso:

- De propiciar, sempre que necessário o tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;
- O tradutor e interprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) atuará:
 - I Nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino;
 - II Nas salas de aula para viabilizar o acesso dos alunos aos conhecimentos e conteúdos curriculares, em todas as atividades didático-pedagógicas; e
 - III No apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim da instituição de ensino.
- De adotar flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
- De estimular o aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado;
- De proporcionar aos professores acesso à literatura e informações sobre a especificidade linguística do portador de deficiência auditiva.
- De disponibilizar equipamentos, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva.

A instituição, em atenção aos princípios da Política Nacional de Proteção aos Direitos das Pessoas com o **Transtorno do Espectro Autista**, pretende promover e assegurar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso:

- A igualdade de condições para o acesso e a garantia de permanência na instituição, inclusive promovendo a capacitação de profissionais para o atendimento especializado (assistente de ensino e apoio);
- O desenvolvimento de métodos que se adéque aos Autistas para auxiliá-los no processo do ensino e aprendizagem, possibilitando-os a compreensão da capacidade de cada um e pontuando fatores como: a acessibilidade, a avaliação, o planejamento das aulas, o atendimento especializado, a participação dos pais na vida escolar, com o objetivo de estabelecer uma parceria escola-família, bem como respeitado o seu tempo de aprendizado.

Dessa forma espera-se que todos esses elementos de forma conjunta possam somar para que cada aluno avance nesse processo de forma particular;

- A socialização com os demais atores da comunidade acadêmica, inclusive com os seus pares, os alunos. E, nesta relação motivar a compreensão e o respeito de uns para com os outros, conhecendo e respeitando a heterogeneidade que cada um representa e respondendo de acordo com suas potencialidades e necessidades apresentadas;
- O atendimento individualizado e reservado em sala de apoio equipada com recursos multifuncionais, necessários e indispensáveis a aprendizagem das pessoas com necessidades especiais sendo de grande importância de acordo à necessidade de cada aluno um ambiente favorável para se desenvolver de maneira saudável;
- A contratação ou formação continuada de professores com formação na área da Educação Especial. O termo professor especializado, conforme a Resolução CNE/CEB N° 2 estabelece, àquele que desenvolve: [...] competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequados aos atendimentos das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. (BRASIL, 2001, p. 78. Art. 18, § 2º). É fato, que a inclusão na sala de aula está sendo aprendida no dia a dia, com a experiência de cada professor. "Mas não existe formação dissociada da prática. Estamos aprendendo ao fazer", é o que pondera Cláudia Pereira Dutra, secretária de Educação Especial do Ministério da Educação (MEC);
- Ao final, não menos importante, estimular, entre os alunos, o interesse para a pesquisa científica relativa à temática da Pessoa com o Transtorno do Espectro Autista, em cumprimento às Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, tendo em vista a relevância do tema no momento atual que é de construção e respeito às adversidades da pessoa humana.

Além disso, está implantado nas dependências da FIP o “Projeto de Atendimento Educacional Inclusivo (PAEI)” que tem por objetivo o planejamento psicopedagógico na realização de atividades de ensino/ aprendizagem direcionadas aos alunos com dificuldade de aprendizagem envolvendo aspectos como: necessidades educacionais especiais (baixa visão/ cegueira, surdez, autismo, superdotação) diversidade étnico-racial, gênero e diversidade socioeconômica, inseridos nas salas regulares dos cursos oferecidos pela Faculdade Impacto de Porangatu – FIP.

5.9 Biblioteca

Torna-se imperioso estruturar de forma continuada a biblioteca do Curso, no sentido de constituir-se em ferramenta básica de pesquisa do professorado e do alunado.

O sistema de informatização da biblioteca foi preparado pela bibliotecária da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP, o qual já está devidamente implantado.

Como um meio importante de subsidiar consultas e informações bibliográficas, os dirigentes da Instituição promovem um salto qualitativo colocando à disposição dos seus corpos discente e docente as NTI (o uso intensivo da Internet, inclusive uma capacitação específica dos discentes e docentes na busca de textos, dados e outras informações na Internet), bem como possibilitar uma informação sempre atualizada. A Biblioteca possui um papel fundamental no sentido de facilitar e possibilitar o acesso à informação, com a preocupação de garantir o desenvolvimento científico, tecnológico e social da comunidade.

A biblioteca da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP disponibiliza aos vários cursos oferecidos, condições adequadas quanto à área física, acervo de livros, periódicos especializados, CD-ROM, bem como moderna gestão e informatização do acervo, pautada em política de atualização e expansão, além do acesso às redes de informação.

5.9.1 Serviços

A Biblioteca tem como objetivo principal servir como subsídio para alunos e professores para as atividades curriculares da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP. Conta com um acervo atualizado nas várias áreas do conhecimento humano, além do grande número de assinaturas de jornais, revistas, periódicos científicos, revistas informativas e material audiovisual.

A Biblioteca funciona nos seguintes horários: de segunda a sexta-feira, das 07:00 às 22 horas, aos sábados, das 7:00 às 12:00 horas. As reservas de livros são realizadas no balcão de atendimento da biblioteca. O acervo é franqueado a alunos, professores, funcionários administrativos e visitantes.

5.9.2 Pessoal técnico-administrativo

A Faculdade mantém no atendimento da Biblioteca, auxiliares que são bem treinados e qualificados para o bom atendimento e orientação dos usuários quanto ao acervo disponível, os quais são devidamente orientados pela bibliotecária.

5.9.3 Política de aquisição, expansão e atualização

A política de atualização e expansão do Acervo incorporou as tendências atuais da Biblioteconomia e da Ciência da Informação procurando atender ao que preconizam os padrões da Biblioteconomia e aos indicadores da Avaliação das Condições de Ensino do Ministério da Educação – MEC.

A atualização e expansão têm como objetivo subsidiar o processo de aquisição, e de permuta de materiais bibliográficos e audiovisuais, a partir da necessidade de implementação do acervo.

Assim, a política de atualização e expansão tem os seguintes objetivos:

- Identificar os campos de interesse da biblioteca;
- Favorecer o crescimento racional e equilibrado do acervo;
- Determinar os itens de informação compatíveis com a formação da coleção e interesses da Instituição;
- Determinar critérios mínimos para a duplicação de títulos;
- Estabelecer parâmetros para o descarte do material.

A atualização do acervo é feita com seleção e compras programadas, a partir de indicações de coordenadores, professores, alunos, bibliotecária, que atendam, sobretudo a bibliografia básica e complementar indicada no projeto pedagógico do curso de Administração e nos projetos pedagógicos dos demais cursos oferecidos pela Instituição.

A Biblioteca deve reunir em seu acervo, diferentes tipos de material, como:

- Número de referência (almanaques, censos estatísticos, dicionários linguísticos, enciclopédias, etc);
- Livros;
- Periódicos (revistas especializadas e gerais, jornais, etc);
- Todas as publicações editadas pela Instituição;
- Multimeios (CD-ROM, DVD, etc);

- Outras publicações de interesse da Instituição.

Em se tratando de uma biblioteca vinculada a uma instituição em desenvolvimento, a priori, deve privilegiar as áreas do conhecimento concernentes aos cursos de graduação em funcionamento. Para maior ou menor ênfase, a cada campo de conhecimento, devem ser analisados, com rigor, os seguintes tópicos:

- Número de oferta da matrícula por curso;
- Número de professores por curso;
- Matriz curricular;
- Demanda por disciplina.

Para a formação do acervo, é traçado um perfil da Instituição e de seus usuários, em termos de demanda informacional. É necessário ter conhecimentos mínimos acerca dos próprios materiais a ser adquirido o que só é possível via estudo de fontes de informação para seleção, com destaque para os (as):

- Materiais distribuídos por editores, distribuidores e livrarias-catálogos;
- Guias de literatura geral e especializada;
- Catálogos, listas de novas aquisições e boletins de outras bibliotecas;
- Sugestões de usuários;
- Visitas a livrarias, exposições literárias, feiras de livros e eventos similares;
- Informações coletadas através de redes eletrônicas de informação, com ênfase para a Internet.

Diante da inexistência de uma medida-padrão, a duplicação de títulos deve ser determinada pela demanda de cada título em particular, o que exige estatística de uso, e análise da possibilidade de utilização de outras publicações de conteúdo similar. No entanto, é de suma relevância verificar se a demanda é apenas transitória, decorrente da indicação de um professor “X” ou de um evento específico, o que nem sempre justifica a duplicação de títulos.

É preciso seguir o parâmetro ditado pela MEC, que prevê livros-texto em quantidade suficiente para atender aos alunos, idealmente da ordem de um exemplar para cada dez alunos. Este número é considerado como mínimo, estando a coleção de periódicos, permanentemente em desenvolvimento.

5.9.4 Implementação das Políticas Institucionais de Atualização do Acervo no Âmbito do Curso

As políticas usadas pela instituição para aquisição de livros, revistas e periódicos seguem critérios pré-estabelecidos, os quais visam atender as necessidades dos cursos por ordem de prioridades geridas nas discussões entre professores e coordenadores de cada curso.

Para efetivação dessa política de atendimento aos cursos, a Biblioteca passa semestralmente uma lista às coordenações de curso para que sejam elencados livros, periódicos, revistas e jornais, vídeos e CD-ROM, etc, que atuam como condição à aprendizagem e suporte teórico para alunos e professores do curso.

5.9.5 Bibliografia Básica acervo físico e virtual

O acervo de livros da bibliografia básica para o funcionamento do Curso de Bacharelado em Administração da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP atende as necessidades dos conteúdos apresentados nas respectivas disciplinas. Além disso, a indicação da bibliografia básica tem por base os autores de renome das diversas áreas de conhecimento, em conformidade com os conteúdos do curso. Em cada disciplina foram indicados 3 títulos na bibliografia básica.

Para as disciplinas de todos os semestres. O curso de Administração possui hoje um acervo de bibliografias básicas de 5 exemplares de cada Unidade Curricular, os quais estão tombados junto ao patrimônio da instituição e disponíveis para consulta no acervo físico e acervo digital.

A Biblioteca da Faculdade Impacto de Porangatu- FIP, vem disponibilizar aos cursos que são oferecidos, condições adequadas a área física, aos acervos de livros, periódicos especializados, com uma gestão moderna e uma informatização do acervo, pautada em uma política de atualização e expansão, também com serviço de acesso as redes de informatização. Além do conteúdo existente no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA existe o acervo virtual por Meio da **Minha Biblioteca**. Com mais de 12.000 (Doze mil livros) títulos *on line*.

E ainda com a finalidade exclusiva de contribuir com o desenvolvimento e disseminação do conhecimento produzido no ambiente acadêmico, a Biblioteca da FIP oferece também vários links gratuitos de conteúdos eletrônicos no Portal do Aluno.

5.9.6 Bibliografia Complementar acervo físico e virtual

O acervo complementar do curso de Bacharelado em Administração da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP atende as necessidades dos conteúdos apresentados nas respectivas disciplinas. Além disso, a indicação da bibliografia complementar tem por base a mesma linha de pensamento estabelecido pelos autores da bibliografia básica, construindo desta forma um elo, porém não deixando de lado as visões de cada autor sobre um determinado assunto.

Em cada disciplina de todos os semestres foram indicados 5 títulos na bibliografia complementar por unidade curricular, totalizando 10 títulos, os quais disponíveis para consulta no acervo físico e acervo digital.

A Biblioteca da Faculdade Impacto de Porangatu- FIP, vem disponibilizar aos cursos que são oferecidos, condições adequadas a área física, aos acervos de livros, periódicos especializados, com uma gestão moderna e uma informatização do acervo, pautada em uma política de atualização e expansão, também com serviço de acesso as redes de informatização. Além do conteúdo existente no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA existe o acervo virtual por Meio da **Minha Biblioteca**. Com mais de 12.000 (Doze mil livros) títulos *on line*.

E ainda com a finalidade exclusiva de contribuir com o desenvolvimento e disseminação do conhecimento produzido no ambiente acadêmico, a Biblioteca da FIP oferece também vários links gratuitos de conteúdos eletrônicos no Portal do Aluno.

5.9.7 Periódicos Especializados

Para o curso de Administração, a Instituição conta com um grande acervo assinaturas *on line* de periódicos especializados, indexado e corrente, abrangendo as principais áreas do curso.

VI REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

6.1 Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso

O Projeto Pedagógico do Curso de Administração está coerente com as diretrizes curriculares nacionais previstas na Resolução CNE/CES n.º 5/2021, de 14 de outubro de 2021, possível de ser aferida ao longo de todo o Projeto.

6.2 Componentes Curriculares

Os conteúdos foram distribuídos de forma a atender, igualmente, às Resoluções CNE/CES n.º 02/07, de 18 de junho de 2007, que dispões sobre a carga horária mínima e os procedimentos relativos à integralização e a duração do curso; e CNE/CES n.º 03/07, de 02 de julho de 2007, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados quanto aos conceitos de horas/aula.

6.3 Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena

Nos termos da Lei n.º 9.394/96, com a redação dada pelas Leis n.º 10.639/2003 e Nº 11.645/2008 e da Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP n.º 3/2004.

Essas diretrizes específicas encontram-se atendidas na disciplina de Sociologia e responsabilidade social.

6.4 Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos

Conforme disposto no Parecer CNE/CP n.º 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP nº 1, de 30/05/2012.

Essas diretrizes específicas encontram-se atendidas na disciplina de Sociologia e responsabilidade social e na disciplina de Ética Profissional

6.5 Estudos referentes à temática das Relações Étnico-Raciais

O tratamento dessa questão está incluso nas ementas das disciplinas de Sociologia e responsabilidade social e ética Profissional, conforme termos explicitados

no Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004, e na Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de Junho de 2004. É requisito legal e normativo a ser cumprido, conforme Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – Bacharelados

6.6 Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista

Conforme disposto na Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, a Faculdade Impacto de Porangatu – FIP prevê para os discentes com espectro autista um atendimento diferenciado e especializado, por meio do atendimento psicopedagógico.

6.7 Titulação do Corpo Docente

Todo corpo docente do curso de Administração da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP possui formação em pós-graduação *lato sensu* e/ou *stricto sensu*.

6.8 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo docente do curso de Administração atende à Resolução n.º 01/CONAES de 17 de junho de 2010, sendo composto por 5 docentes com atuação no curso, sendo 02 docentes em regime de tempo integral e 3 docentes em regime de tempo parcial. Além disso, todos os integrantes do NDE possuem titulação em nível de pós-graduação *lato sensu* e/ou *stricto sensu*.

6.9 Tempo de Integralização

O curso atende ao tempo de integralização previsto na Resolução Nº 2, de 18 de junho de 2007.

6.10 Condições de Acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida

Conforme disposto na CF/88, art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei Nº 10.098/2000, nos Decretos Nº 5.296/2004, Nº 6.949/2009, Nº 7.611/2011 e na Portaria Nº 3.284/2003.

A IES apresenta condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida em todas as suas dependências.

6.11 Disciplina de Libras (Dec. Nº 5.626/2005)

O PPC contempla a disciplina de libras na estrutura curricular. A disciplina está prevista no 4º período do curso como parte das disciplinas optativas.

6.12 Informações Acadêmicas (Portaria Normativa Nº 40 de 12/12/2007, alterada pela Portaria Normativa MEC Nº 23 de 01/12/2010, publicada em 29/12/2010)

As informações acadêmicas encontram-se disponibilizadas de forma impressa e virtual.

6.13 Políticas de Educação Ambiental (Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 e decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002)

Há integração da educação ambiental às disciplinas do curso de forma transversal, contínuo e permanente, nos termos preconizados pela Resolução CNE/CP nº 2/2012 e também na disciplina de Gestão Ambiental.